



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública Externa	REUNIÃO Nº: 0525/15	DATA: 11/05/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia	INÍCIO: 09h48min	TÉRMINO: 16h41min	PÁGINAS: 111

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MESTRE NINHA - Capoeirista que perdeu o filho, vítima da violência.
SIRLENE ASSIS - Representante da União de Negros pela Igualdade — UNEGRO.
CLÁUDIO SILVA DOS REIS - Representante do Movimento Posse de Conscientização e Expressão — PCE.
VALDEMAR DE OLIVEIRA - Representante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente — CEDECA
SAMUEL VIDA - Representante do Afrogabinete de Articulação Institucional e Jurídica — AGANJU.
MARY CASTRO - Professora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude — NPEJ da Universidade Católica de Salvador — UCSAL e Pesquisadora Associada da Universidade Federal da Bahia — UFBA.
JORGE LÁZARO - Pai de vítima de violência.
AGNALDO ALMEIDA - Presidente do Conselho Estadual da Juventude da Bahia — CEJUVE.
HAMILTON BORGES - Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta.
EDUARDO RODRIGUES - Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-BA.
LUANA MALHEIRO - Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas e da Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas.
CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO - Defensor Público Geral do Estado da Bahia.
MARCELINO GALO - Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.
BIRA CORÔA - Deputado Estadual, Presidente da Comissão Especial da Promoção da Igualdade, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.
SÍLVIO HUMBERTO - Vereador da Câmara Municipal de Salvador, Estado da Bahia.
ADMAR FONTES - Coronel da Polícia Militar, representando o Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia.
GERALDO REIS - Secretário de Justiça do Estado da Bahia, representando o Governador do Estado.
ÂNGELA GUIMARÃES - Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude.
ANHAMONA DE BRITO - Superintendente de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHD.

SUMÁRIO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Exposições e debates sobre as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.
Prestação de depoimentos.**

OBSERVAÇÕES

**Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve manifestações na plateia.
Houve intervenção fora do microfone.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Há expressão ininteligível.
Há orador não identificado em breve intervenção.**



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e todas. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens, Negros e Pobres. Esta CPI foi instalada no dia 26 de março, com o objetivo de apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Em 30 de março foi aprovado o Requerimento nº 5, de minha autoria, que requer sejam realizadas audiências estaduais para levantamento de diagnósticos, informações, oitivas, diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados.

Foram designados pela Presidência da CPI três Deputados para coordenar várias iniciativas e trabalhos aqui no Estado da Bahia. Então, quero aproveitar para convidá-los a compor a Mesa: Deputado Bacelar (*palmas*), Deputado Bebeto (*palmas*) e Deputado Davidson Magalhães. (*Palmas.*)

Está conosco aqui, na condição de Relatora designada pela Presidência, a Deputada Rosângela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro. (*Palmas.*) Também acompanha o nosso trabalho o Deputado mineiro Delegado Edson Moreira. (*Palmas.*) Deputado, venha compor a Mesa conosco aqui na abertura, por favor!

Nós também designamos para fazer várias diligências, oitivas e visitas, alguns casos emblemáticos, os Deputados Bacelar, Bebeto e Davidson Magalhães. Então, eles terão outras agendas. Parece que na sexta-feira — não é isso, Deputado Bebeto? — eles vão a Itacaré, vão dialogar em Itabuna. Então, eles estão designados, e toda a estrutura da CPI vai acompanhá-los durante esse trabalho. Quero agradecer a todos pela dedicação.

Vamos fazer aqui hoje quatro mesas de debate e teremos uma mesa depois com a participação dos Deputados Estaduais aqui presentes. Inclusive nós temos feito, em todas as Assembleias onde estamos passando, o nosso pedido — ouviram, Deputados? —, a nossa convocação para que os senhores possam dar continuidade ao trabalho da CPI.

Hoje nós estamos fazendo aqui um ato importante para dar visibilidade ao tema, porque esse tema fica sempre invisível. Nesse sentido, para que esse ato não seja apenas um grande evento, importante, histórico, mas que ele possa se transformar num grande movimento para o enfrentamento dessa violência, desses



indicadores que são estarrecedores em relação aos homicídios no País, nós estamos pedindo aos companheiros, Deputados e Deputadas da Assembleia Legislativa, que, de fato, venham constituir uma Comissão Especial, no âmbito da Assembleia Legislativa, para acompanhar os trabalhos da nossa CPI lá em Brasília, mas que assumam uma tarefa também, porque nós entendemos hoje que esse debate sobre segurança pública não pode mais ficar privatizado, como se fosse um tema só de pessoas que trabalham com segurança pública ou só dos agentes de segurança pública.

Portanto, para que possamos transformar esse tema no rol de todas as políticas públicas e empoderar a sociedade brasileira e todos os brasileiros no dia a dia em relação ao debate, nós estamos pedindo que os senhores constituam essa Comissão Especial e que ela tenha também o objetivo de incentivar os Municípios a constituir outras Comissões Especiais, porque um dos grandes projetos da CPI — a nossa Relatora vai falar sobre isso — é no sentido de fazer uma emenda à Constituição Federal para que possamos fazer um novo pacto federativo em relação à segurança pública.

Nós achamos que temos que compartilhar as responsabilidades. Não dá mais para dizer que a responsabilidade da segurança pública é dever constitucional apenas dos Estados. Nós achamos fundamental a liderança dos Prefeitos, das Prefeituras dos Municípios ter e acompanhar ações sobre segurança pública, até porque, para discutir segurança pública, tem que se levar em consideração os territórios. E nós podemos aqui dar vários indicadores de territórios, como a segurança pública age por território.

Então, é uma vergonha os Municípios não serem consultados em nenhuma operação, em nenhuma ação preventiva nem de repressão em relação ao tema segurança pública. E também a União não pode assistir e ficar omissa em relação a como é feita, como é desenhada, como é desenvolvida a política de segurança pública no Brasil.

Portanto, nós achamos fundamental uma emenda à Constituição para construir um novo pacto federativo, compartilhando as responsabilidades entre União, Estados e Municípios. A ideia é que possamos, no projeto de emenda constitucional, também criar mecanismos de participação da sociedade brasileira,



participação na elaboração, na concepção, nos conceitos, nas ações preventivas e, mais do que isso, criar mecanismos de controle social, de monitoramento, de acompanhamento.

Nós achamos que esta é uma ação importante, e a Assembleia do Estado da Bahia poderia liderar esse movimento, no sentido de incentivar outras Câmaras Municipais do Estado a constituir essas Comissões e também a elaborar o que estamos chamando de plano nacional de enfrentamento ao homicídio e violações de direitos.

Nesse sentido, fica aqui o apelo da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito a esta Casa.

Nós queremos ouvir os movimentos, mas, antes, vamos fazer uma abertura rápida. Quero passar a palavra primeiro à nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, e depois aos Deputados responsáveis pela CPI aqui no Estado da Bahia.

Com a palavra a Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Bom dia a todos e todas! Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e o amigo Deputado Bacelar, companheiro não só da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas também da Comissão de Direitos Humanos. Na pessoa dele tenho testemunhado o compromisso de defender o direito à vida para todos que precisam. Da mesma maneira, quero cumprimentar o Deputado Davidson, que também tem se empenhado de forma devotada e concentrada para defender o povo não só do Estado da Bahia, mas da nossa Nação. Quero cumprimentar também o Deputado Beбето, esse campeão, esse guerreiro que, de forma aguerrida, também tem defendido os interesses do País e do Estado da Bahia com bastante bravura. Também cumprimento o Deputado Delegado Edson, do Estado de Minas Gerais, que, conosco, comigo e com o Deputado Reginaldo, tem sido também um guerreiro, caminhando lado a lado para defendermos os interesses da nossa população. Enfim, quero cumprimentar todas as instituições aqui presentes — e aí eu faço um cumprimento especial ao PRB Juventude, aqui presente, e também à UNEGRO. Na pessoa dos dois, estendo meus cumprimentos a todos aqui presentes. Meus cumprimentos ainda aos demais Deputados que aqui estão!



Já foi colocado pelo meu Presidente a importância do trabalho que nós estamos desenvolvendo. A nossa responsabilidade, na condição de Relatora de uma Comissão tão importante como esta, é ouvi-los e, com muita dedicação, através dos depoimentos aqui colocados não só pelos senhores e senhoras no Estado da Bahia, mas em todos os Estados da nossa Federação, ao final do trabalho, produzimos um documento que tenha a responsabilidade de mostrar, de ecoar a voz de cada um dos senhores e das senhoras.

Portanto, a nossa obrigação, Ângela, Presidente Nacional do Conselho de Juventude, é realmente escutar cada um dos senhores presentes. E nós fizemos questão, não só esta Relatoria, mas essa Presidência, de vir aos Estados onde os indicadores, infelizmente, são os maiores, para que possamos ouvi-los e demandar um relatório que contenha a voz, a necessidade dos senhores e das senhoras.

Cumprimento V.Exa., Sr. Presidente — não vou me estender —, e peço a essa Presidência que, ao final dos trabalhos, eu possa voltar a usar a palavra para fazer um resumo melhor dos trabalhos aqui apresentados nesta manhã.

No mais, mais uma vez, muito bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

Quero passar a palavra aqui, pela ordem, ao Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Bom dia, Presidente Reginaldo, Deputada Rosângela, meus companheiros de Estado Deputados Beбето e Davidson, Deputado Delegado Edson, Deputados Estaduais Alex, Marcelino, Bira e Yulo, Vereadores de Salvador, Luís, Sílvio, Everaldo, meus conterrâneos e minhas conterrâneas.

Acho que esta é a CPI mais importante no momento na Câmara dos Deputados. Temos mais quatro ou cinco CPIs, mas esta é a mais importante, porque esta trata do genocídio de um povo. Não é uma violência localizada, é um assassinato deliberado de jovens negros a que assistimos neste País. Por isso, a grande responsabilidade desta CPI, sob a Presidência do Deputado Reginaldo. E precisamos contar com o apoio e a colaboração dos senhores.



O Brasil é um país violento, violentíssimo, mas, mesmo violento, os índices de homicídio têm caído, menos no que diz respeito aos jovens negros. O que mantém alta a violência no Brasil é o homicídio deliberado contra jovens de 12 a 29 anos.

O último relatório sobre violência contra a juventude mostra que no Brasil há duas vezes e meia mais vítimas de homicídio jovens negros do que jovens brancos. E há Estados, como a Paraíba, onde esse número chega a 13 vezes.

Então, tenho certeza de que, ao final desta CPI, com os estudos que estamos fazendo, com os especialistas que estamos ouvindo, com as denúncias a que estamos tendo acesso, nós vamos ter que reconhecer oficialmente que no Brasil há um genocídio, que no Brasil, infelizmente, o Estado faz uma seleção racial na hora de escolher as vítimas e na hora de escolher os suspeitos. E é por isso que nós estamos aqui.

Quero desejar que tenhamos uma manhã bastante produtiva — e com certeza teremos —, pela responsabilidade, conhecimento e capacidade dos diversos palestrantes.

Sr. Presidente, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bacelar, pela coordenação e contribuição com os trabalhos no dia a dia da nossa CPI.

Passo a palavra ao Deputado Bebeto, também coordenador aqui do nosso encontro e responsável pela CPI no Estado.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, quero cumprimentá-lo e dizer da nossa alegria de recebê-lo no nosso Estado. Quero cumprimentar também a querida Deputada Rosângela Gomes, Relatora da nossa CPI, e os Deputados Davidson Magalhães e Bacelar, companheiros do Estado da Bahia. Ambos têm atuado não apenas no âmbito da nossa CPI, mas no Parlamento Nacional, defendendo os interesses do País e da Bahia. Eu os cumprimento de modo muito honroso, por tê-los na condição de companheiros daquela Casa. Quero cumprimentar o nosso Deputado Delegado Edson, que tem sido defensor dos interesses de Minas Gerais; os Deputados Estaduais Bira Coroa, companheiro de militância histórica no Movimento Negro; os companheiros Bira, Marcelino, Yulo, Alex; os Vereadores aqui presentes, Vereador Everaldo e Vereador Sílvio, de larga



trajetória e militância no Movimento Negro, Vereadores desta cidade, que encarnam bem o sentido de representar o nosso povo no Parlamento Municipal; demais representantes das diversas lideranças do movimento social, presentes nesta nossa sessão, companheiros dirigentes da UNEGRO e do SINTEPAV, que aqui se encontram presentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta CPI, tão logo instalada, causou uma verdadeira inquietação nacional, dado o caráter e os objetivos da CPI. Há um quadro de violência que a sociedade enfrenta nacionalmente, mas a CPI, revelando e estratificando os dados dessa violência, a incidência dessa violência sobre uma faixa da população, chamou a si a responsabilidade de analisar as raízes e as causas que sistêmica e historicamente atingem a juventude negra e pobre deste País.

Ao se estabelecer a CPI, nós decidimos um método para chegar aos resultados que nós perseguimos. Não é o método da criminalização pela criminalização. É identificar historicamente as raízes que levam, portanto, a esta condição de matança da nossa juventude negra e pobre. E quando nós assim o fizemos, ouvindo especialistas, ouvindo pesquisadores, ouvindo agentes da segurança pública, ouvindo militantes do Movimento Negro, meu caro Sílvio, nós estamos compondo um quadro de análise de exame desta realidade. Mas para nós vai ficando claro, em cada uma dessas oitivas que nós adotamos, que há, sem sombra de dúvidas, no discurso realizado por parte daqueles que nos levam informações, a partir da análise do discurso feito pela sociedade, uma compreensão de que a violência não tem raízes históricas ou que ela não está estabelecida a partir de um racismo que nós temos neste País que vai se hierarquizando, estabelecendo uma relação de poder no interior da própria sociedade.

A ideia que se tenta estabelecer é de que as causas da violência que incide sobre parte da juventude pobre e negra têm razões individuais, quando não o é. A violência parte, portanto, das raízes históricas que estão vinculadas ao modelo que nós historicamente enfrentamos, de escravismo, e que tem seus elementos de permanência seja no mundo do trabalho, seja na relação que parte do aparato do Estado tem ainda como cultura, a repressão, uma cultura estabelecida lá no período do Império e sobretudo na escravidão, a que Estado deveria servir para proteção



dos interesses de parte da elite brasileira. Isso está configurado, sem sombra de dúvidas, no que nós ainda estamos a assistir.

Portanto, nós temos ouvido esse discurso, mas os pesquisadores e especialistas nos trazem informações que têm sido importantes para desconstruir a vala comum do discurso que se tenta fazer de que a violência é causa individual de um ou outro jovem que se envolve com o mundo do crime e, sobretudo, com a droga. Nós temos assistido e defendido uma posição absolutamente contrária a esta condição.

Do ponto de vista da nossa posição, além de ouvir esses jovens, de ouvir as nossas organizações e, compondo um quadro de informações, de ouvir o Governo em relação ao mapa da violência, ouvindo os especialistas, ouvindo a militância do Movimento Negro brasileiro, nós, sem sombra de dúvidas, vamos construir uma ideia, vamos construir resultados indicando que a causa não está apenas na participação de um jovem que comete uma infração, mas ela está sobretudo estruturada como uma condição em que o racismo é estruturador de uma relação de poder, o racismo é estruturador de uma hierarquização na sociedade e, como tal, esses jovens são escolhidos seletivamente em um processo de abordagem para sofrer aquilo que o Estado brasileiro tem praticado.

Portanto, precisamos superar os dilemas desse racismo institucional que ainda hoje viceja e está presente em parte do Estado brasileiro com um conjunto de medidas apontadas aqui, desde uma emenda constitucional, mas também com políticas transversais que possam garantir a presença do Estado na oportunidade ao nosso jovem, com educação, na geração do emprego, na renda, no esporte e na cultura, como elementos que possibilitarão, sem sombra de dúvidas, com o Estado estando presente, uma proteção à nossa juventude.

A nossa Comissão tem este papel. Já ouvimos diversas lideranças e vamos continuar ouvindo para compor este quadro, meu caro Presidente.

Obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Beбето pela bela contribuição. Quero passar a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira para fazer uma saudação.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Bom dia, Presidente! Bom dia a todos os presentes, Deputados, movimentos e todos os que estão aqui na Assembleia. Eu vejo que realmente está ocorrendo um homicídio muito grande de pobres, cuja maioria está na rua, e também de negros. Na nossa miscigenação brasileira, também em grande parte prevalece a nossa cor.

Eu não tenho os subsídios que os meus antecessores falaram que têm para afirmar qualquer coisa. Eu sou muito cauteloso. Eu sou muito pé no chão. A gente tem que ter uma certa responsabilidade para afirmar determinadas coisas. Então, eu prefiro avançar um pouco mais nas investigações. Se der tempo, nos 120 dias, de concluir, muito bem, mas com muita cautela para que a gente não saia aleatoriamente afirmando e determinando que está havendo um extermínio. É preciso muita cautela, porque, como o pessoal do Parlamento fala, são 513 Deputados do Brasil inteiro, é muita responsabilidade. Então, eu prefiro avançar um pouco mais, analisar um pouco mais e, ao final, emitir uma conclusão. Toda conclusão precipitada causa futuramente um embaraço.

Então, a gente tem que ir com muita cautela, ir analisando os fatos, ouvindo todos os lados, e não só um lado, mas todos, e, com os números que nós estamos guardando nas mãos, com as oitivas que estão sendo feitas nas Comissões e nas diversas viagens, ao final, reunida toda a CPI, chegar à conclusão.

Preliminarmente, é isso o que temos para falar.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero, antes de compor a próxima Mesa, até provocado aqui pelo Deputado Bacelar, falar sobre o nosso prazo de funcionamento da CPI. A CPI sempre tem um prazo regimental de 120 dias, podendo ser prorrogado este prazo, de acordo com o Plenário da Câmara dos Deputados. Mas nós estamos em uma segunda fase da CPI agora, que é fazer as audiências, conhecer casos emblemáticos nos Estados, fazer oitivas, diligências, etc.

A CPI realiza audiências durante a semana em Brasília. Nós estamos lá na fase agora de ouvir inúmeros movimentos. Nós estamos fazendo duas audiências em Brasília durante a semana, nas terças e nas quintas-feiras. Às terças-feiras nós



fazemos audiência pela parte da tarde, às 14h30min — amanhã nós temos audiência —, e nas quintas-feiras nós fazemos pela manhã, às 9h30min.

No *site* da Câmara dos Deputados, pelo Portal e-Democracia, a sociedade, os movimentos podem participar. Inclusive nós vamos quebrar o Regimento e ler algumas perguntas lá para os convidados, ao vivo, em tempo real, e vamos tentar, nesses 120 dias — a Relatora já está conversando com vários segmentos —, apresentar os encaminhamentos. Se nós conseguirmos prorrogar a CPI, queremos abrir uma nova rodada de debates com a sociedade brasileira, na perspectiva de melhorar os encaminhamentos e também de ouvir a opinião dos movimentos organizados em relação a várias proposições, porque, de fato, ao final da CPI, nós teremos encaminhamentos ao Poder Executivo, que são prerrogativas constitucionais do Poder Executivo, e teremos inúmeros outros encaminhamentos que são prerrogativas do Poder Legislativo.

Então, nesse sentido, nós queremos combinar o nosso trabalho na CPI, observando o que chamamos de democracia direta com a sociedade brasileira. Nós vamos disponibilizar todos esses documentos e todos esses encaminhamentos nos portais, vamos fazer publicações, e nós queremos de fato ouvir a opinião das Assembleias, das Câmaras, do movimento organizado, de familiares de vítimas. Ou seja, nós estamos trabalhando no sentido de democratizar bastante e colher bastantes sugestões dos movimentos.

Nós temos aqui o nosso Deputado Davidson Magalhães, que é coordenador e responsável pela nossa organização e pela CPI aqui no Estado.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Bom dia a todas e a todos, ao nosso coordenador e Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes, à Deputada Rosângela Gomes, ao Deputado Delegado Edson Moreira. Quero parabenizá-los e lhes dar as boas-vindas, apesar da causa. Gostaríamos de tê-los recebido no Estado para tratar de outros problemas que não fossem este, mas estão prestando um grande serviço no debate da questão da violência, principalmente contra a população negra.

Meus colegas Deputados aqui da Bahia, Beбето, Bacelar, Deputados Estaduais Bira Coroa, da Comissão Especial de Igualdade Racial, Deputado



Marcelino Galo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Alex Lima, Vereadores Everaldo, Luiz e Sílvio, quero congratular as entidades dos movimentos sociais através da UNEGRO e da Organização Chama Viva e as entidades através da OAB.

Senhores da imprensa e todos que aceitaram e atenderam a esse convite, famílias das vítimas, primeiro é importante frisar que nós viemos aqui por um motivo muito trivial. Nós estamos vivendo um verdadeiro genocídio. Em 2012, 41 conflitos mundiais mataram 37 mil pessoas, conflitos que vão da África, passando pelo Oriente Médio, até o Cáucaso. No Brasil, 56 mil pessoas foram vítimas de homicídio em 2012, no mesmo período. Trinta mil jovens foram assassinados nesse período, em 2012, dos quais 77% eram negros e pobres. Portanto, nós estamos diante de um fato indiscutível: está ocorrendo um genocídio no Brasil.

Nesta CPI, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos uma tarefa importantíssima, porque as causas são estruturais e muito importantes, e nós precisamos enfrentá-las. Até me perguntaram como eu pude, sendo da base do Governo, trazer uma CPI para o Estado da Bahia. Eu respondi que este não era um problema de Governo; a questão da segurança é um problema de Estado, é um problema de sobrevivência e do futuro deste País. Nossa população está envelhecendo, estreitando a base da pirâmide etária no Brasil, e nós não podemos perder a nossa juventude, 30 mil jovens assassinados por ano. Este é um problema que põe em risco não só a segurança das pessoas, a vida das pessoas, a qualidade de vida, mas, inclusive, o próprio futuro do País.

Portanto, é um problema de Estado. E as causas estruturais nos impõem uma mobilização da sociedade. Entre essas causas estruturais, temos a impunidade. Apenas 3% dos homicídios no Brasil chegam à condenação, enquanto nos Estados Unidos, 65%; na França, 80%; e no Reino Unido, 90%.

Outro entrave importante é a cultura da violência no Brasil. Nós precisamos enfrentar essa cultura da violência, que inclusive leva como uma tolerância institucional à culpabilização da vítima. Nós precisamos fazer esse enfrentamento. São causas estruturais que, se nós não mobilizarmos a sociedade... Eu acho que este é um dos papéis importantes da própria CPI, além das medidas legislativas que se podem ter: avançar nesse combate. De 2011 a 2012, em um estudo feito em 16



Unidades da Federação brasileira, identificou-se que, de 16 crimes realizados, 9 foram por impulso e apenas 7 profissionais. Portanto, a causa da violência está disseminada na nossa sociedade.

Nós precisamos fazer esse enfrentamento, e me parece que esta é a contribuição que esta CPI deve e pode dar aqui na Bahia, trazer a experiência, trazer o depoimento das vítimas da violência na Bahia, para que nós possamos enfrentar, de fato, essa questão na sua dimensão e entender que a violência no Brasil tem cor, a vítima da violência no Brasil tem cor. Se nós não identificarmos esse problema, que são os negros e pobres, nós não vamos identificar o caráter de classe e a questão racial embutida na violência no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, espero que esta seja uma manhã produtiva, no sentido de colhermos aqui informações e depoimentos que possam nos levar a mecanismos importantes e mais eficientes no combate a esse genocídio que está não só vitimando a nossa juventude, mas criando um clima de insegurança e de instabilidade social para o nosso País.

Bem-vindo a todos! Que nós tenhamos aqui um dia profícuo e de grande produtividade no que diz respeito a essa contribuição que eu tenho certeza de que o Estado da Bahia, pela sua composição, inclusive, racial, em Salvador especialmente, pode dar a este debate que está sendo travado em nível nacional. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães, pela fala e contribuição aos nossos trabalhos.

Quero registrar aqui também a presença do Deputado Estadual Bira Coroa — obrigado pela presença! —, do Deputado Marcelino Galo, companheiro, Presidente da Comissão de Segurança, e o Deputado Alex Lima também está presente aqui na nossa audiência.

Também quero registrar e parabenizar pelo ato, na semana passada, que muito contribuiu para dar visibilidade ao debate, ao tema, a nossa Secretária-Adjunta e Presidente do Conselho da Juventude, Ângela Guimarães, nossa conterrânea.

O Deputado Davidson Magalhães colocou a questão da cor e da raça em relação aos homicídios, mas, lamentavelmente, também a cor e a raça predominam na nossa população carcerária. Então, além da morte dos nossos jovens e dos



nossos pobres, a nossa Justiça Criminal não prioriza nem elucida crimes contra a vida; prioriza e elucida somente crimes contra patrimônio ou contra droga, mas não contra traficantes, e sim contra usuários ou microtraficantes.

Nós temos uma população carcerária na ampla maioria presa em flagrante e abordada pela cor da pele. Isso leva o nosso sistema de segurança pública a dar dois caminhos aos nossos jovens negros e pobres: o encarceramento e, muitas vezes, a morte. Por isso, esta CPI tem muito trabalho pela frente. Quero parabenizar a companheira Ângela pelo trabalho.

Quero agradecer a esta Mesa e compor a nossa próxima Mesa de debates, solicitando à Deputada Relatora, Rosângela Gomes, que permaneça nesta composição. Convido também o Sr. Hamilton Borges, da Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta. (*Palmas.*) Não sei se ele está presente, mas o Nilton de Almeida estará representando aqui o movimento. Então, quero convidar para sentar-se à mesa o companheiro Nilton de Almeida. Convido também o Mestre Ninha, capoeirista que perdeu o filho Joel Castro (*palmas.*); Sirlene Assis, representante da UNEGRO (*palmas.*); Cláudio Silva dos Reis, do Movimento Posse de Conscientização e Expressão (*palmas.*); João Jorge, do Olodum, que não chegou ainda e pode ficar para a próxima Mesa; Valdemar de Oliveira (*palmas.*); Profa. Mary Castro, do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude (*palmas.*); Prof. Samuel Vida (*palmas.*); e o Presidente do Conselho Estadual da Juventude da Bahia, Agnaldo Almeida. (*Palmas.*)

A ideia é de que a nossa primeira Mesa seja com os movimentos. Depois vamos ter a segunda e a terceira Mesas. Vamos combinar uma intervenção de 10 minutos, porque depois nós vamos também recompor a Mesa com os Parlamentares responsáveis pela CPI, para que possamos abrir para o Plenário. Nós vamos abrir para todos. Então, nesse sentido, eu quero aqui combinar uma intervenção de 10 minutos. Vou começar pela ordem que nós chamamos para compor a Mesa.

Passo a palavra para o representante do Movimento Reaja, Nilton de Almeida, por 10 minutos. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Mestre Ninha.

O SR. MESTRE NINHA - Bom dia a todos! Realmente, eu queria estar aqui num clima de festa, mas temos um clima de dor, de tristeza. O que eu tenho a falar



sobre o caso do meu filho Joel é o seguinte: o Joel queria viver. Não foi possível por causa da incompetência de uns policiais, policiais que, na comunidade nordestina de Santa Cruz, já vinham barbarizando, parando lá na Olaria, para matar, tirar a vida de Joel na residência dele, em casa.

Então, é muito duro a gente criar um filho, dentro de casa, a gente pensando que o filho está guardado, seguro, e, no final das contas, vem a incompetência de uns maus policiais: “Pá!...” Matou. É fácil, muito fácil, puxar um gatilho. E matou o Joel.

Daí em diante eu luto até hoje e aguardo a justiça. O tal do Eraldo Meneses, o tal que matou o Joel, disse que escorregou na lixeira e a arma disparou. Ora, é fácil puxar um gatilho, mas é difícil condenar esses homens, muito difícil, muito difícil!

Eu assistia no jornal, há pouco tempo, eu assistia no jornal, porque eu gosto muito de assistir jornal, a minha Excelência, o Governador, pela sua má felicidade, dizer que queria que os policiais chegassem vivos dentro de casa. Ora, quando ele falou uma coisa dessas, eu olhei na televisão e disse: “*Meu Deus do Céu, em que mundo nós estamos?*” Agora, onde é que estou eu, a senhora, que viemos do trabalho? E ele nem está aí, nem está ligando, pelo modo como ele falou.

Mas isso ainda continua. No Nordeste, os policiais ainda continuam invadindo, atirando..., e não é novela, não é filme, é a realidade, é a realidade da vida. A gente que mora lá é que sofre.

Eu penso que, se vocês que estão à frente e querem reverter esse quadro, eu aguardo, pois é um caminho difícil, mas também não é impossível. São negros! Um parceiro disse que está em dúvida sobre sua pergunta, mas ele vê o índice de mortes, negros da favela morrendo, matando. Eu não sei. Aí ficam falando: “*É droga!*”. De onde é que vem essa droga? Vem de baixo? Vem de cima? De onde é que vem essa arma? Vem de baixo? Vem de cima? E aí fica difícil.

A nossa comunidade malmente batalha para ganhar um trocado! De onde é que vem isso? Arma é caro; drogas, para vir de carreta, não sei como é que vêm. Estão entendendo? Então, tem que regular isso, ver de onde é que vem isso que está chegando a toda a nossa comunidade, em geral, como eu falo, e que está matando nossas crianças.



Então, é só isso que eu tenho a falar. Joel foi uma vítima do sistema. E eu espero que tomem providências sobre isso, tanto em relação a Joel como a várias outras vítimas.

Muito obrigado! É só. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Mestre Ninha.

Quero passar a palavra para nossa próxima convidada, Sirlene Assis, representante do Movimento Negro.

A SRA. SIRLENE ASSIS - Bom dia a todos! Quero saudar a Mesa na pessoa do nosso Presidente, Deputado Reginaldo. Peço licença aos meus mais velhos para falar e também aos meus mais novos, porque a luta contra o genocídio da juventude negra é histórica, não é de agora. Desde a chegada do primeiro negro ao Brasil que o nosso povo sofre opressão, sofre discriminação, é exterminado.

O Movimento Negro vem denunciando o genocídio há muitos anos, vem questionando este Estado, que é burguês, que é racista, machista e homofóbico; um Estado para o qual produzimos a riqueza, mas que nos deixa invisíveis.

Eu queria estar aqui nesta Mesa falando da vida, comemorando uma vitória, mas eu percebo que a luta continua. Nós somos a Dandara, a Luiza Mahim e o Zumbi dos Palmares do nosso tempo. Eles lutaram para que nós estivéssemos aqui hoje continuando a luta, que é histórica, gente! Não dá para eleger um governo e ver esse governo matando nossos jovens.

A UNEGRO nasce em 1988, e uma das bandeiras de luta era contra os genocidas da juventude negra. Nós elegemos um governo progressista popular acreditando que ele iria fazer a transformação social. Há mudanças? Há mudanças, mas a população negra ainda está muito aquém.

A gente percebeu, no início do ano, a chacina no Cabula. Percebemos nosso Governador dizendo que foi gol. Nós, do movimento, ficamos muito tristes. E não só os negros, mas quem luta pela vida, ficou... Gente, o que é isso? Foi o nosso Governo de Estado! E nós fomos para rua pedir o voto negro consciente. Nós elegemos esse Governo, e logo percebemos esse discurso.

Sabemos que o problema da violência é um problema de Estado, mas nós acreditamos que havia também as eleições, que é também um instrumento de luta para combater esse sistema.



Então, nós não queremos que nossos jovens sejam assassinados a cada dia. Todo dia se mata gente no Brasil. Entram nas periferias, entram em nossos quilombos, acabando com os sonhos. Quando matam um jovem, não matam só um jovem; matam uma família, destroem um legado e acabam também com a história do nosso povo, da nossa gente.

Nós queremos que o nosso Governo aqui na Bahia... Não queremos BOPE, não. Nós queremos educação, curso profissionalizante, moradia digna, creche. Nós queremos que o Município possa ter creche para nossas crianças e não um cartãozinho de 50 reais. Nós queremos uma educação transformadora. Nós conseguimos alcançar as cotas na universidade, mas se esse jovem não estiver vivo, ele não vai alcançar a política afirmativa, não vai nem alcançar a política afirmativa do concurso federal, com cotas para negros.

Nós queremos vida, não queremos morte. E é preciso haver políticas transversais, gestores sensíveis à luta política. Não dá para haver gestores que queiram gestar para eles mesmos. Não dá para continuar com essa política. Temos de romper com esse paradigma e fazer com que nossos sonhos venham à tona, venham a fortalecer o Brasil.

Para o Brasil poder se desenvolver, se tornar uma Nação próspera, tem que enfrentar o racismo. O racismo institucional é um elemento estruturante da sociedade capitalista que oprime e exclui, gente. Então, não dá, em pleno século XXI, para se deparar com essas posturas dos nossos gestores e da segurança pública, que somos nós que pagamos.

O delegado diz que tem que ter cuidado. Tem que ter cuidado não; tem que ser preso, tem que ser investigado e colocado na cadeia. Por que no caso da Lava-Jato foi rapidinha a investigação e a morte dos nossos jovens parece que fica no esquecimento? Qual a diferença? A vida dos pretos vale menos? Parece que é isso. Cadê as investigações? Cadê Davi? Cadê Giovanni? Por mais que haja índice, eles não são punidos. Que segurança pública nós queremos para o Brasil? Nós queremos o fim do ato de resistência, que foi criado na ditadura militar e continua vigorando. Para quê: para matar os pretinhos?

Eu sou professora e assistente social. Na minha comunidade, em Paripe, quando eu lecionava, a polícia pegou um jovem, botou no camburão e andou, a



comunidade toda apavorada. Eu estava com medo também, mas eu parei e falei assim: *“Está levando esse jovem para onde? Ele cometeu algum ato? Tem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Está levando para o CAM? Para a DAI? Me diga!”* Liberou o menino, disse *“Ela hoje foi sua madrinha”* e deu tapa na cabeça dele. Quatro meses depois, esse jovem apareceu morto. Naquele dia ele não morreu. Se alguém me tocasse eu desmaiava, porque eu estava com tanto medo, mas eu não poderia deixar levarem aquele jovem.

A comunidade fica refém da segurança pública. A gente não vê a Polícia Militar entrando para fazer segurança do povo; vê a polícia militar entrando nas comunidades para matar a nossa juventude. Então, não dá para financiar, pagar imposto para matarem o nosso pretinho. E essa luta não pode ser só do movimento negro ou do movimento por direitos humanos; tem que ser toda a sociedade.

Eu vi a Dilma pedindo clemência para não matarem os traficantes lá fora. Eu acho que está certo, mas eu não vejo a mesma postura aqui. Quantos jovens são mortos e eu não vejo a nossa Presidência, o Governo Federal pedir: *“olhe, não matem os pretinhos, não!” “Vamos ver, vamos punir quem está matando!”* A gente queria a mesma intensidade, o mesmo vigor! *(Palmas.)*

A música fala que a carne mais barata do mercado é a carne negra. Será que isso vai continuar? Até quando vai continuar o Brasil dessa forma?

Eu acredito na força do povo, eu acredito na unidade, na diversidade. Não somos todos iguais, não. Temos sonhos. Somos diversos. Mas temos de acreditar na vida, no direito à vida.

O Estatuto da Criança e do Adolescente vem dentro do art. 227. A criança, no Código Penal, anteriormente, era vista como um problema social, mas, a partir da década de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente vê a criança como sujeito de direito, e é obrigação do Estado prover o seu desenvolvimento, a sua vida, a dignidade humana, e não é isso o que acontece. Estamos vendo aí a elite brasileira querendo a redução da maioridade penal, o que não vai resolver, mais ainda vai matar nossos pretinhos, vai acabar com a nossa juventude.

É contraditória a nossa Constituição Federal. Dizemos que o Brasil não tem pena de morte, mas tem, porque, para os pretos e os pobres, tem pena de morte, sim.



É por isto que a União de Negros pela Igualdade está aqui, com diversos movimentos: para dizer “não” ao genocídio da juventude negra, “não” ao Governo machista, racista, homofóbico. Queremos que o Estatuto da Criança e do Adolescente se cumpra na sua íntegra; que as medidas socioeducativas funcionem. Vamos ampliar!. Não queremos que as crianças saiam das casas e retornem à vida dos atos infracionais. Queremos que elas transformem e modifiquem suas vidas — e várias já modificaram as suas vidas. Mas é preciso ter políticas públicas de qualidade, que funcionem, que saiam do papel.

Bom dia a todos!

Força na caminhada rumo a um Brasil para todos!

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sirlene, pela contribuição.

Quero chamar aqui para também compor a Mesa — já tinha sido convidado, mas acabou de chegar — Hamilton Borges, militante da campanha Reaja ou será morta. *(Palmas.)*

Passo a palavra para Cláudio Silva dos Reis.

O SR. CLÁUDIO SILVA DOS REIS - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Cláudio Reis. Eu sou morador do Município de Lauro de Freitas e membro da Posse de Conscientização e Expressão — PCE há 14 anos e, desde então, temos denunciado o genocídio naquele Município.

Para começar a minha fala, eu gostaria que todos ficassem de pé, por favor.

Iranildo Pereira da Silva; Gilmar da Silva Assunção; Wanderson da Silva Sampaio; Renato da Silva Bacelar; Josemar Souza da Silva; Jessé Escavelo Caminha; Luiz Antônio dos Santos; Mário Felipe dos Santos; garoto Joel Castro — eu peço 1 minuto de silêncio por todos eles e pelos demais que aqui não foram citados, mas morreram nas mesmas situações.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. CLÁUDIO SILVA DOS REIS - Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Eu acho que a gente não poderia começar esta fala sem politizar a morte dos nossos, já que há muito tempo essas questões vêm sendo denunciadas aqui neste País e muito pouco tem sido feito.



Eu faço parte de um trabalho que aponta que, por final de semana, nós temos, em média, de 9 a 13 mortos no Município de onde venho — Lauro de Freitas. Isso é muito! Isso é muito! E, coincidentemente ou não, todos esses jovens são jovens negros, mortos na periferia, nas suas comunidades, com o seguinte atenuante a favor daqueles que matam: “*jovens, não; são traficantes*”.

O termo “jovens” eles usam quando o jovem que vende droga está dentro de um condomínio, como a matéria de capa de jornal, semana passada, que dizia: “*Jovem de classe média é preso com drogas*” — 400 quilos. Quando é o jovem da periferia que é pego com uma balinha, como se usa o termo, é “traficante”. E aí independe se ele é de classe baixa, se ele é de... Enfim, ele está morto. E isso nós já não podemos mais aceitar, apesar de todo o dia estarmos enterrando os nossos.

Eu não entendo como forças reacionárias deste Estado ainda insistem em não admitir o genocídio desse povo. Num ano em que se matam 56 mil pessoas neste País e 77,7% são negras. Ainda assim, o nosso genocídio não é admitido. O que é preciso mais? Cem por cento, para que se admita? Ou o extermínio total dessa raça? Em quanto tempo mais conseguirão extinguir o negro neste País?

Eu não entendo como estamos aqui fazendo este discurso no mesmo momento em que o Projeto de Lei nº 4.471 não consegue ser aprovado no Congresso. Eu não consigo entender. Só conseguiremos fazer essa discussão e punir os verdadeiros culpados, na sua grande maioria, dessas mortes quando o Projeto de Lei nº 4.471 for aprovado e o auto de resistência cair. Aí, não poderão mais se esconder atrás da lei que mata nossos jovens diariamente.

Alguém falou que no Brasil não há pena de morte, mas há morte sem pena. Há morte sem pena. Que outro nome podemos dar ao caso das pessoas que hoje estão sendo vítimas, neste País, dessa morte sem pena, de um Estado que não assume que tem pena de morte, mas mata nossos jovens diariamente?

Eu espero sinceramente, Presidente, Relatora, que esta CPI nos dê um norte e, de maneira efetiva, consiga começar a punir os culpados por essas mortes, já que os números são alarmantes. Todos os dias, temos inúmeras mães chorando; todos os dias, somos convocados, em alguma comunidade do Município, para saber de alguém que morreu, para ouvir a história da boca de uma mãe que teve seu filho morto pelas forças policiais deste Estado. Até quando?



Treze jovens foram assassinados no bairro Cabula e o Governador disse que a polícia fez gol de placa. E se fossem 13 jovens brancos? Será que a posição do Governador seria a mesma? Será que a posição da Secretaria de Segurança Pública seria a mesma?

Por mais que os movimentos se reúnam, se juntem e façam essa disputa, muito pouco vai ser feito se onde se decide, se onde são feitas as leis que movem este País, as coisas não andarem da forma que se precisa para que os verdadeiros culpados sejam punidos.

A gente não está aqui contra a polícia. De forma alguma estamos aqui contra a polícia. Mas também é verdade que ela invade nossas comunidades, atira primeiro e pergunta depois.

Eu citei o nome de alguns jovens de algumas comunidades do Município. O pai do Joel Castro estava aqui falando agora de mais um caso, e temos inúmeros outros para contar. Esta sessão não terminaria agora.

Infelizmente, a gente precisa de muito mais do que o poder dos movimentos sociais, do movimento negro, do movimento hip hop e de outros movimentos que se somam neste País para que tenhamos um Estado de Direito representado e respeitado.

Eu acho que, para o momento, é só.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Manifestação. Contra o genocídio, nem um passo atrás, nem um passo atrás, nem um passo atrás.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nem um passo atrás! Nem um passo atrás! *(Palmas.)*

Quero dizer ao Cláudio Silva, que citou várias vítimas, que nós estamos aqui nesta CPI, logo após o Dia das Mães, em nome dessas mães também.

Eu acho que chegou a hora de o Estado brasileiro fazer justiça não só a essas mães, mas às mães das vítimas do Cabula — realmente foi um atentado ao Estado brasileiro —, às Mães de Acari, terra da nossa Relatora — já faz quase 30 anos do atentado. E o pior é que há, também, a ousadia de alguns agentes e de criminosos em matar as lideranças, que geralmente são as mães que pedem justiça.



Cito a Edméia, mãe de uma das vítimas do Acari, que foi assassinada; as Mães de Maio, que também foram vítimas.

Em nome delas, estão aqui os Deputados Beбето, Bacelar, Davidson, Rosângela, Delegado Edson. Ou seja, nós estamos aqui com os Deputados Estaduais e a sociedade, na perspectiva de, além de olhar para o futuro, é evidente, termos que pactuar um Estado com padrão civilizatório, e um padrão civilizatório no mundo é de menos de um para cada cem mil, não é de trezentos e tantos, igual ao de cidades aqui no Estado da Bahia. É evidente que o ideal seria zero, e menos ainda: para cada um branco, vinte negros. Esse é o indicador em mais de oito Estados. Quero só reafirmar isso.

Então, é preciso olhar para o futuro, para a redução, mas nós também queremos olhar para o passado, para não esquecer o passado; queremos registrar o passado e pedir justiça.

É evidente que a CPI vai buscar respostas mais sistêmicas, mas ela não é insensível aos casos emblemáticos e específicos. Tanto é que ela designou os Deputados Beбето, Davidson e Bacelar para acompanhar os casos específicos aqui no Estado da Bahia.

Quero convidar o nosso próximo orador, Sr. Valdemar de Oliveira, Vavá.
(Palmas.)

O SR. VALDEMAR DE OLIVEIRA - Bom dia a todos e a todas.

Sr. Presidente, Sra. Relatora, demais companheiros de bancada, eu quero dizer, a princípio, da minha alegria de desta Comissão fazerem parte três Deputados da Bahia: o nosso companheiro Beбето, o meu amigo e companheiro João Carlos e o Davidson. Para nós, é um orgulho que esses três Deputados tenham se disposto a colocar parte do seu mandato nesta luta. Isso não nos surpreende. Refiro-me principalmente àquele com quem eu tenho maior relação, que é o nosso companheiro Beбето.

Meus amigos, Sr. Presidente, o CEDECA — Centro de Defesa da Criança e do Adolescente completa 25 anos. O motivo de criação do CEDECA foi exatamente o elevado índice de assassinatos de crianças e adolescentes na Região Metropolitana de Salvador, por volta de 1991. Nós obtivemos esse dado através da imprensa. Em 1992, nós realizamos a primeira pesquisa na Bahia para concluir e ter



dados científicos. Resultou dessa pesquisa que, no ano de 1991, 80 adolescentes foram assassinados na região metropolitana. Pois bem, desses 80 assassinatos, apenas 19 inquéritos foram concluídos. Quer dizer, o restante dessas vítimas não mereceu do Estado nenhuma atenção. Desses 19, apenas 12 se transformaram em processo. Nesse mesmo ano de 1991, foi levado a júri apenas um réu, e esse réu foi absolvido. Então, verifica-se a impunidade quase que absoluta.

Eu queria louvar também a presença dos Deputados Estaduais, dos Vereadores, entre os quais o meu companheiro e amigo Silvio Humberto, e também do nosso ex-Deputado e sempre militante, nosso companheiro Yulo, que aqui se faz presente.

Os senhores vejam que essa situação alterou-se muito pouco. Foi um estardalhaço! Os senhores delegados ficaram inconformados com esse dado. Disseram que nós estávamos sendo mentirosos, que o CEDECA estava mentindo. E provou-se que não houve uma só alteração.

O que continua perdurando no nosso Estado é um elevado índice de assassinatos e, mais ainda — o mais agravante —, um elevado índice de impunidade. Os dados estão aí para serem julgados. Só em alguns casos de homicídio — em torno de 10% deles — é que se chega aos autores.

Então, nós vemos esse quadro, que já foi colocado aqui pelos demais companheiros, em que a grande maioria de vítimas são exatamente negros pobres moradores da periferia.

O CEDECA assume anualmente em torno de 10 casos novos, entre os quais está o do companheiro Ninha, que teve o filho assassinado. Ele esqueceu que logo depois teve também o sobrinho assassinado, no bairro Nordeste de Amaralina, quase que em iguais condições.

Nós temos participado de debates. O que nos surpreendia sempre era que, na discussão para tratar da violência, da segurança, estavam o CEDECA, um delegado circunscricional e um comandante de batalhão — em alguns casos, um comandante de companhia. O Estado era representado só pela sua instância policial. Não se via um secretário de trabalho, um secretário de educação, um secretário de ação social. Então, a discussão só se travava no âmbito da polícia.



Essa coisa tem mudado um pouco, mas muito menos do que o necessário. Muito menos! Espero que, agora, com a ascensão do Governador Rui, essa coisa se altere. Houve uma pequena alteração, com o nosso Governador Wagner.

Verifica-se aqui, também, uma coisa que acho que o CEDECA tem identificado. Nós temos uma polícia investigativa inteiramente incapaz de fazer frente aos desafios a esse aumento de violência. Aliás, essa ineficiência dela é causa da violência. Eu louvo o ex-Governador Wagner por ter incorporado, parece-me, 11 mil a 12 mil policias militares, mas ele não deu esse tratamento à polícia investigativa, deixou-a ao deus-dará. Então, nós temos uma polícia investigativa que não investiga. E não investiga não por negligência de delegados, de agentes; não investiga porque não há estrutura. Eu sou advogado, e vários colegas meus foram delegados e me diziam: *“Valdemar, nós não temos condição nenhuma de investigar”*.

Até o ano passado, nós tínhamos uma comunidade aqui no subúrbio com quase 350 mil pessoas, e apenas uma delegacia para investigar esses crimes. É inteiramente impossível fazer frente a isso.

O que nós verificamos nas comunidades? O CEDECA, desde junho do ano passado, tem trabalhado, tem estado em seis bairros que nós consideramos os mais violentos. Mas a violência está espalhada por toda a cidade. São eles: Nordeste de Amaralina, Plataforma, Bairro da Paz, Fazenda Grande, Sussuarana e Mata Escura.

Eu tenho 70 anos, e estou há quase 50 anos nessa luta. Eu nunca vi as nossas comunidades tão amedrontadas como tenho visto agora. Têm medo da bandidagem e medo da Polícia Militar. É uma coisa terrível!

Para os senhores terem uma ideia, nós fomos realizar uma reunião numa escola estadual e, para minha surpresa, os líderes comunitários não apareceram. Eu consultei, depois, uma líder comunitária da comunidade e ela me disse: *“Mas você fez a reunião próximo da base comunitária!”* Então, o pessoal não vai porque tem medo. Isso aconteceu lá no Nordeste de Amaralina — o companheiro Ninha é morador desse bairro. A situação, realmente, é muito preocupante.

Esses jovens que estão sendo colhidos pelo narcotráfico não estão tendo outra oportunidade. Com certeza, se lhes fosse dada outra oportunidade, eles não seriam facilmente cooptados pelo narcotráfico. Não existem nos bairros periféricos



os campos de futebol, que davam lugar ao lazer, no turno seguinte ao da escola — eles foram inteiramente tomados —; não há casa de cultura; não há onde se pratique música, dança, teatro. A grande maioria desses jovens não tem absolutamente nada. E mais: eles não têm um acompanhamento, não têm um programa que lhes possibilite qualificar-se, para serem inseridos no mercado de trabalho. Então, tornam-se presas fáceis do narcotráfico, que está espalhado por toda a cidade.

Eu nasci e me criei num bairro periférico, na Fazenda Grande do Retiro, e hoje vejo com tristeza não só o nosso bairro — onde nasci e me criei —, mas a esmagadora maioria dos bairros sendo dominada pelo narcotráfico, com vítimas.

Tenho certeza de que os senhores não leram nem ouviram falar sobre isto: há cerca de 15 dias — fora essa tragédia, essa coisa terrível que foi o assassinato, o fuzilamento sumário dos doze jovens lá no Cabula —, na Baixa da Égua, no bairro de Engenho Velho da Federação, oito jovens foram assassinados, num domingo. Antes, na sexta-feira, haviam sido assassinados cinco, no Arenoso — mais dois no domingo; e, na Babilônia, mais oito.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. VALDEMAR DE OLIVEIRA - Pois é. Foram 22. O que se fala é que foi uma briga entre quadrilhas. Na Baixa da Égua, dizem que houve o assassinato de um e outro.

A coisa está se tornando tão banal que nem a imprensa, nem a mídia divulgou isso. Vinte e dois jovens foram assassinados de sexta a terça-feira, e não saiu absolutamente nada! Em Cosme de Farias, um bairro antigamente tão tranquilo, agora, no mínimo, matam quatro ou cinco. Há 10 dias, mataram quatro lá em Cosme de Farias.

Eu diria que essa violência já tomou conta da cidade. Eu acho que o desafio para o novo Governador é estabelecer, criar políticas públicas, fazer alguma coisa. No Governo Paulo Souto, por quem eu não tinha nenhuma simpatia, criou-se o Programa Viva Nordeste. Eu não tinha simpatia por ele, mas o aplaudi na época em que isso foi realizado. O Programa foi extinto, e não se colocou algo semelhante naquele bairro ou nos outros em que se faz necessário.



Então, nós temos uma situação de extrema violência. Como todos já disseram aqui, a grande vítima são exatamente os jovens negros moradores da periferia. E eu não vejo, a curto prazo, uma alteração nisso, caso não haja uma ação significativa, eficiente por parte do Governo Federal e do Governo Estadual, com a participação do Município.

Quem quiser ver vá ao Quinta dos Lázaros às segundas-feiras. Verão lá vinte e tantos corpos sendo enterrados, praticamente toda semana. Esse é um dado da realidade, que não podemos tirar.

Política pública. Como todos aqui já colocaram, a nossa polícia dá um tratamento diferenciado. Nós temos duas polícias: a polícia que age na Barra, na Graça, na Barra Avenida e na Pituba e a polícia que age na Fazenda Grande, em Massaranduba, no Bairro da Paz.

Aqui está presente o companheiro Tom, líder comunitário do Bairro da Paz, que foi injuriado, que foi violentado, que foi espancado, porque resistiu a uma forma de abordagem por parte da Polícia Militar. Ele foi chamado de nequinho desgraçado e foi espancado.

É esse tipo de polícia que nós temos, esse tipo de polícia que atira e mata jovens de mãos para o alto. Jovens levantam as mãos e são assassinados!

Nós estamos verificando aqui um caso claro de impunidade. O CEDECA, de julho para cá, acompanha cinco casos. Um desses foi o sequestro com morte de quatro jovens no subúrbio, no dia seguinte ao assassinato de um policial. Esses jovens foram sequestrados e mortos, e até agora a polícia não aponta de quem foi a autoria.

Nós temos o caso do Davi Fiúza, que foi sequestrado na porta de sua casa, e até agora sequer o corpo apareceu. A polícia limitou-se a dizer: "*Não fomos nós; não foi a polícia*". Se não foi a polícia, o que já é de desconfiar, quem foi? Apontem de quem foi a autoria! Apontem de quem foi a autoria! E nada! Desses casos todos no subúrbio, até agora não se apontou nada.

Seguidamente, 2 dias depois, o jovem Geovane foi sequestrado, assassinado, esquartejado pela polícia, pelos membros da RONDESP. (*Palmas.*)

Então, eu diria que é uma polícia... Aqui para nós, esses maus policiais tinham que ser expurgados imediatamente, tinham que ser expulsos, julgados e



condenados, para pagar pelos seus crimes. Nós não podemos continuar assistindo calados a esse assassinato em massa que está ocorrendo.

Em Nordeste de Amaralina, quatro adolescentes foram assassinados por duas pessoas: um, na garupa, saltava, atirava — pá, pá, pá — e matava. O CEDECA entrou com uma ação, e até hoje nada, nenhuma resposta. Apesar da nossa insistência, nada, nenhuma resposta. É como se tivessem matado um cachorro, um gato. Não ocorre nada, não se aponta.

Quando a polícia quer ser eficiente, ela é. Há 6 anos uns marginais sequestraram e mataram um casal de jovens estudantes da escola 2 de Julho, uma escola de classe média, e 2 ou 3 dias depois estava todo o efetivo policial lá. Eles foram logo identificados e foram logo presos, porque eram da classe média. Mas os negros e pobres moradores da periferia não merecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vavá, para concluir.

O SR. VALDEMAR DE OLIVEIRA - Não merecem, não têm essa ação de governo, e essa é uma coisa que precisa ser dita.

Finalmente, Srs. Deputados, eu queria aproveitar... O CEDECA tem uma posição inteiramente contrária à redução da maioria. Já que os senhores estão aqui e que essa excrescência foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, mas vai a plenário, eu quero ter aqui dos senhores esse compromisso de não deixarem passar isso, porque o que querem fazer é colocar os nossos jovens negros nessa penitenciária... *(Palmas.)*

(Manifestação na plateia: Violência contra o jovem, não! Violência contra o jovem, não! Violência contra o jovem, não!) (Palmas.)

O SR. VALDEMAR DE OLIVEIRA - ...nesse sistema penitenciário inteiramente falido.

Nós temos uma ressocialização de 75% dos adolescentes infratores, autores de atos infracionais. E o que ocorre com os jovens que estão na penitenciária? Quem é que se ressocializa na penitenciária?

Essa história de dizer que os jovens estão matando demais, que os adolescentes estão matando demais é uma mentira! Os adolescentes são responsáveis por 1,5% dos homicídios no Brasil — 1,5% apenas! Os 98,5% são de



autoria de adultos, e a mídia joga isso. E isso passou pela cabeça dos Deputados que aprovaram...

Então, eu quero pedir, em nome dos nossos adolescentes, que os senhores não permitam que essa excrescência passe pela Câmara dos Deputados. No mais, companheiros, é cerrar fileiras e convidá-los todos para, no dia 18 de maio — portanto, na segunda-feira... De hoje a 8 dias o CEDECA estará na Praça Municipal realizando uma manifestação contra a violência sexual que vitima crianças e adolescentes.

Quero convidar a todos a se fazerem presentes para que a gente possa dizer “não” à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: Violência contra o jovem, não! Violência contra o jovem, não! Violência contra o jovem, não! Violência contra o jovem, não!) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Quero convidar também para compor a mesa o Sr. Jorge Lázaro.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, registro a presença do Deputado Prisco e do Deputado Rosemberg Pinto. Obrigado pela presença. Também estão presentes o Vereador Everaldo Lopes dos Santos; o Vereador Luizinho, do PRB; e o Vereador Sílvio Humberto, também de Salvador. Muito obrigado pela presença.

Passo a palavra ao Prof. Samuel.

O SR. SAMUEL VIDA - Bom dia a todos e a todas.

Eu quero iniciar cumprimentando a Câmara dos Deputados pela iniciativa histórica, oportuna, embora tardia, de pautar esta discussão no plano do Estado brasileiro, a partir da representação legislativa.

Quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes, que preside a Mesa; a Deputada Rosângela Gomes — é muito prazeroso ver uma mulher negra ocupando espaço parlamentar; lamentavelmente, numa condição de exceção, quando deveria ser a regra —; o Deputado Bebeto Galvão, que nos honra por representar a Bahia na condição de homem negro; o Deputado Davidson Magalhães; o Deputado Edson; e o Deputado João Carlos Bacelar. Aproveito para registrar o agradecimento pelo



convite para participar desta audiência pública, contribuindo com o debate sobre o tema.

Quero cumprimentar ainda o restante da Mesa, através do Mestre Ninha, que, a meu ver, retrata bem, digamos assim, a nossa dor por tratar de um tema que não é abordado de forma meramente teórica ou a partir de dados frios, mas a partir da nossa própria carne, da nossa própria dor.

No âmbito da plateia, quero cumprimentar os ativistas, os militantes que constroem o movimento Reaja e que se fazem presentes. (*Palmas.*) Eles expressam a linha de frente do enfrentamento do genocídio e expressam a nossa percepção mais aguda da urgência e da natureza inegociável desse embate.

Parece-me que é preciso começar esta discussão salientando que o tema proposto pela CPI precisa ser revisto. Não se trata de uma situação de extermínio de jovens negros; trata-se de genocídio, e genocídio e extermínio não são a mesma coisa. É preciso fazer um debate, inclusive do ponto de vista teórico e jurídico, para delimitar melhor essa configuração, sob pena de os resultados serem minimizados já pela própria demarcação inicial proposta pela CPI.

O crime de genocídio é capitulado como crime contra a humanidade. O crime de genocídio tem precedentes históricos que ensejam reações institucionais e políticas que devem ser tomadas como referência para a consideração do trabalho da CPI. Portanto, essa é uma primeira questão que eu gostaria de destacar.

É bom lembrar também que o crime de genocídio atinge muito mais pessoas, e não só a vítima que é eliminada, porque atinge a totalidade dos integrantes do grupo étnico, do grupo ao qual se dirige essa violência, provocando lesões muitas vezes irreparáveis e que precisam ser enfrentadas não só no plano da criminalização dos autores, mas também no plano das reparações para aquele segmento vitimizado — vide o caso histórico e recente dos judeus, vide casos emblemáticos, como o genocídio contra os armênios etc.

Portanto, é uma discussão que exige uma configuração mais adequada pelas falas aqui do próprio Presidente, assim como do Deputado João Carlos Bacelar. Parece-me que essa percepção já está pautada no âmbito da Comissão, e eu espero — nós esperamos — que a condução do debate se dê nessa via do reconhecimento adequado de que se trata de uma prática genocida.



É bom lembrar que essa prática vem sendo denunciada secularmente pelos negros no Brasil, por Abdias Nascimento. Mereceu, inclusive, uma obra, um livro, produzido há 50 anos, onde já se afirmava a existência do genocídio. Não é um fenômeno, portanto, que possa ser configurado como um problema desta conjuntura, deste momento histórico, mas algo que, estruturalmente, faz parte da formação social e institucional do País.

Considerar o genocídio como um problema posto exige uma revisão de toda a nossa trajetória de formação societal e de formação de nossas instituições. E aí fica evidente que não há apenas omissão ou silenciamento; há, sobretudo, cumplicidade. *(Palmas.)*

As instituições estatais do País são cúmplices do genocídio que vem se desenvolvendo ao longo dos 500 anos de formação do Brasil. E são cúmplices porque são beneficiárias das consequências, no que diz respeito às oportunidades, à cidadania hierarquizada, ao monopólio do poder e da representação em nossa sociedade.

É importante considerar que há um eixo de debate que é de natureza estrutural e que precisa ser enfrentado, que não pode sumir no afã de se delimitar o problema como um problema meramente conjuntural. E essa dimensão estrutural se expressa em variados níveis. Eu vou destacar alguns, sem a pretensão, aqui, de, em 10 minutos, esgotá-los.

O racismo institucional é um dos elementos estruturantes. Nós não podemos perder de vista que o Estado brasileiro, as instituições brasileiras incorporaram uma perspectiva racista na sua própria configuração, no seu modelo organizativo e na sua ação cotidiana. E esse racismo institucional não precisa se expressar por normas expressas de apartacionismo ou de segregação. Opera perfeitamente, de forma silenciosa e eficaz, exatamente por não assumir a explicitude do seu comprometimento.

Esse racismo institucional explica por que, num Parlamento com 513 Deputados, nós não temos mais do que 10 representantes negros; explica por que o nosso Judiciário é mais branco do que o Judiciário da Dinamarca; explica por que os meios de comunicação reproduzem toda uma política de representação étnica, que nos invisibiliza ou que nos representa de forma estereotipada, reforçando o nosso



lugar de excluído e de vítima e de ameaça de perigo para a manutenção da ordem. Portanto, é fundamental que o conceito de racismo institucional seja devidamente incorporado ao debate da CPI acerca do genocídio.

Uma segunda dimensão fundamental é a rediscussão do conceito de defesa social, que estrutura nossa política de segurança pública pelo menos desde o advento da República. E sobre isso nós podemos recorrer a um dos grandes teóricos deste debate no Brasil, que foi Nina Rodrigues, quando, no alvorecer da República, em 1890, por influência de suas ideias e de outros pensadores da elite brasileira, fez com que o Estado, primeiro, adotasse um Código Penal antes de adotar uma Constituição.

O Brasil é o único país do mundo que, ao transitar da Monarquia para a República, antes de elaborar uma Constituição que defina o novo estatuto de cidadania, numa lógica republicana igualitarista, adota, antes, um Código Penal — Código Penal que reduz a maioridade para 9 anos! Isso deveria envergonhar os Srs. Deputados que aprovaram recentemente, na Comissão de Constituição e Justiça, a possível redução para 16 anos (*palmas*), violando a Constituição, violando uma cláusula pétrea, porque, em verdade, o País já teve a maioridade fixada de forma absurda — aos 9 anos —, no advento da República, com o argumento, àquela época — posto, inclusive, publicamente por Nina Rodrigues numa obra chamada *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* —, de que era uma medida profilática necessária para conter as crianças negras, que, bárbaras, selvagens, irrecuperáveis, deveriam, desde cedo, ser atingidas pelas malhas da repressão.

Portanto, discutir a defesa social é discutir profundamente todo um modelo e toda uma concepção sobre segurança pública, que faz com que determinados setores sejam vistos, desde sempre, como perigosos, como suspeitos, como passíveis de uma criminalização antecipada, inclusive. Portanto, é outro elemento fundamental.

O terceiro elemento diz respeito à necessidade de rever dramaticamente a concepção de polícia ostensiva militarizada. A desmilitarização da polícia é um imperativo democrático! (*Palmas.*) É impossível conceber uma sociedade democrática que tenha uma polícia que atue pela perspectiva da guerra interna, pela perspectiva do inimigo interno. Esse inimigo tem cor, tem raça, tem sexo, tem



localidade onde se concentra, e o aparato bélico da militarização, voltado para matar, voltado para destruir, alveja constantemente esse segmento.

É também importante destacar, como elemento estruturante deste debate, a necessidade de pôr em xeque a tal guerra às drogas, esse mito construído em torno de uma mobilização que, inclusive, ganha a opinião pública pela exploração midiática de que se justifica um confronto em que determinadas populações são, sistematicamente, genericamente, colocadas na condição de bandidas. E o aparato, já militarizado, é otimizado para enfrentar essa guerra interna.

Aqui na Bahia, por exemplo, desastrosamente, o atual Governo pretende criar um BOPE, dando confirmação a essa lógica de que a militarização imagina, enxerga um inimigo interno, que deve ser enfrentado com caveirões, com tanques, com armamento pesado, com táticas de guerra, que levam, invariavelmente, à vitimização de todas as comunidades negras urbanas.

É fundamental também que se defina uma ressignificação do conceito e do alcance da política de segurança pública. A política de segurança pública, no Brasil, tem sido historicamente confinada à policialização, inclusive pelos Governos de esquerda, que se rendem facilmente, no discurso fácil de agradar a opinião pública, os meios de comunicação, que açulam uma simplificação do problema, e acabam terceirizando essas políticas, entregando-as às corporações viciadas estruturalmente, incapazes de pensar segurança pública numa perspectiva democrática de respeito, de garantia dos direitos e de promoção da efetiva inclusão e reconhecimento pleno da cidadania dessas comunidades negras vitimizadas.

Para finalizar, é preciso dizer que — além desses problemas que podem ser apresentados como estruturais e que merecem uma atenção que extrapole qualquer preocupação com a conjuntura, uma dimensão que é conjuntural e que é de responsabilidade dos Governos sim, de cada Governo que assume uma gestão — Governos não assumem o poder para dar desculpas, nem para justificar, nas limitações estruturais, sua ineficiência; Governos disputam a possibilidade de reverter os problemas que estrangulam uma sociedade, os vícios que emperram a máquina. Portanto, eles não podem ser isentados de responsabilidades.

Nesse sentido, no caso específico da Bahia, eu queria chamar a atenção para algumas dimensões que mostram a responsabilidade dos Governos baianos



recentes: a Polícia Militar da Bahia coloca em sua página oficial — e isso pode ser verificado por qualquer um — uma autodescrição de sua história, de sua trajetória e de seu compromisso, na qual se orgulha de ter sido a força que reprimiu a Revolta dos Malês, a insurreição dos escravos.

Esse é o modelo de polícia que um Governo que se pretende democrático mantém, que viola inclusive a consciência histórica de toda uma comunidade que ressignificou o papel das insurreições escravas, que ressignificou a luta pela democracia, assumindo esse protagonismo desde o primeiro momento? E hoje o Governo — até onde eu sei, a PM é subordinada ao Governador — se orgulha e exhibe escancaradamente na sua página oficial, como atividade meritória, ter debelado essas insurreições, ter se colocado a serviço do sistema escravocrata, ter assumido a missão de capitã do mato. A nossa PM é capitã do mato desde sempre! E o Governo nada faz? E o Governo assina embaixo? E o Governo aplaude tal iniciativa? (*Palmas.*) Então, não há como desconsiderar a responsabilidade conjuntural deste e de qualquer Governo que esteja em atuação.

Também vale a pena destacar como este Governo se silencia diante de práticas como o estabelecimento de um baralho do crime, que, numa perspectiva lombrosiana, reduz indivíduos, eventualmente delinquentes, à condição de coisa, de objeto, que fatalmente serão eliminados. Todos que integram o baralho do crime mais cedo ou mais tarde são eliminados em ações policiais que já estão previamente legitimadas, porque essas pessoas foram demonizadas, diabolizadas pelo próprio Estado.

Também merece registro a omissão conivente do Governo diante de uma cartilha lombrosiana sobre tatuagens, que permite que a polícia identifique um suposto usuário de uma tatuagem — aprovado por esta Casa —, por uma associação completamente irresponsável, não científica e inconsistente sobre a exibição de uma determinada figura e um determinado perfil criminoso. É o mesmo Governo que se silencia quando uma unidade criada sob a hipótese de atuar no *front* mais ofensivo do combate ao crime exhibe um vídeo de fim de ano, uma animação na qual se simula uma execução. A RONDESP exibiu um vídeo em que um suposto bandido com arma na mão era abordado pela polícia, largava a arma, levantava as mãos e em seguida era executado, como procedimento absolutamente



normal. É por isso que não choca o caso Geovane; é por isso que não choca o caso do Cabula. A RONDESP foi criada para matar e assume isso explicitamente. *(Palmas.)* É elogiada pelo Estado e pelo Governo como unidade especial.

Daí nós poderíamos avançar, falando do caso Geovani, que não é apenas o assassinato de um jovem pela polícia, é uma ação que mostra a complexidade desse aparato voltado para a prática do homicídio. Esse jovem é abordado ilegalmente, conduzido para uma unidade da polícia, morto no interior da unidade, esquartejado. É uma ação que inicialmente mobiliza três policiais, ao final envolve 11. Como é possível um assassinato nas dependências de uma corporação policial envolvendo 11 policiais e isso ser tratado como caso isolado? O Comandante da PM e o Secretário de Segurança Pública deveriam ser demitidos sumariamente. *(Palmas.)* Não têm nenhuma condição de se colocar como dirigentes de uma política de segurança democrática após um episódio dessa natureza. Nada disso é cogitado. Difusamente, o Secretário de Segurança Pública disse que serão revistos os procedimentos da RONDESP. Quais? Como? Do que se trata?

Chegamos, enfim, ao caso do Cabula, uma ação desastrosa que no início contava com uma versão oficial que dizia que, por uma ação da inteligência, chegou-se ao conflito com um grupo perigoso de bandidos que estaria mobilizado para explodir caixas eletrônicas, numa ação delituosa.

Pois bem, dizem os integrantes da alta cúpula da Secretaria de Segurança Pública que, dos 12 mortos, nove tinham passagens policiais. Logo em seguida cai por terra essa versão: era apenas um! Apenas um! É um erro grosseiro demais! Onde está a inteligência nesse caso? Por que a inteligência não possibilitou uma ação preventiva que desmobilizasse a eventual ação criminosa? Todas as evidências mostram que houve execução. E, ao que consta na antecipação divulgada nesses últimos dias pela imprensa, o próprio Ministério Público, que inicialmente se colocou — pelo menos através de um dos seus integrantes, o Promotor Davi Gallo — irresponsavelmente respaldando a ação policial, admite que houve execução. Os laudos mostram que os mortos foram atingidos a uma distância curta, com tiros nas mãos, nos antebraços, numa clara evidência de execução. Isso mereceu por parte do nosso Governador uma comparação trágica com um gol praticado por artilheiro; isso mereceu uma antecipada isenção de responsabilidade



que levou toda a cúpula da PM a aplaudir entusiasticamente, babando ódio, babando alegria pela possibilidade de contar com carta branca para matar. Esse é o discurso do Governador. Podem olhar as imagens veiculadas.

Portanto, não se pode considerar que os Governos não tenham responsabilidade, não se pode imaginar que os Governos não devam ser envolvidos na sua dimensão conjuntural imediata como responsáveis pela gestão do Estado. É para isto que se disputa o poder: para assumir a responsabilidade e o ônus também, não apenas para se beneficiar com o bônus.

Por fim, eu gostaria de lembrar que esse não é um caráter apenas desta nova gestão, já na anterior essas manifestações se expressavam intensamente. Eu uso como exemplo emblemático o fato de a Secretaria de Segurança Pública batizar uma ação policial como Operação Quilombo. O caráter da PM como capitã do mato é reiterado por uma operação que, ao combater o crime ou o suposto crime, reivindica para si o nome de Operação Quilombo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, professor.

O SR. SAMUEL VIDA - Ou seja, ainda hoje a Segurança Pública do nosso Estado entende que combater o crime é destruir quilombolas, é subordinar a rebeldia insurgente de quem luta por democracia, de quem pleiteia o reconhecimento de sua dignidade existencial.

Portanto, parece-me que este é um debate que não pode ficar só na malha estrutural, tem que vir também para o âmbito conjuntural e responsabilizar intensamente os agentes que assumem os Governos, quaisquer que sejam seus partidos, quaisquer que sejam suas trajetórias anteriores. A omissão mancha de sangue as mãos do atual Governo.

Muito obrigado. *(Bravo! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Prof. Samuel Vida.

Quero dizer que a CPI pediu inquérito em relação ao assassinato em Cabula. Nós já pedimos todas as informações, e solicitamos inclusive inquérito. Em relação à cartilha, os Deputados da Bahia a levaram para a CPI e nós aprovamos requerimento, ao Secretário Estadual de Segurança, de informações sobre a finalidade da cartilha. Nós estamos aguardando.



Tem a palavra o Sr. Hamilton.

O SR. HAMILTON BORGES - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Desculpe-me, Hamilton.

O SR. HAMILTON BORGES - É uma nova forma de matança nossa, é o epistemicídio (*palmas*), não reconhecer a luta e a labuta que estamos fazendo há 10 anos. É importante retificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Desculpe-me, Hamilton. Quem levou de fato foi o Movimento Reage, na pessoa de Hamilton Borges, e o requerimento foi apresentado pelos Deputados que compõem a comissão dos Deputados da Bahia. Nós o aprovamos e estamos aguardando. Se as informações não forem encaminhadas, vamos convocar o autor da cartilha.

Passo a palavra à Profa. Mary Castro.

A SRA. MARY CASTRO - Eu saúdo a iniciativa desta CPI, em especial por esta audiência, nas figuras do Presidente Reginaldo Lopes, do nosso Deputado Davidson Magalhães e em particular dos movimentos sociais e familiares das vítimas de desaparecidos.

Chamo a atenção: vocês já notaram qual é a composição étnica racial desta audiência? A indignação é de muitos, mas não tanto quanto esperado, pelo estado da Nação, traduzido nas terríveis estatísticas sobre assassinatos de jovens, em especial de jovens negros. Há muito se clama por reflexões, como foi bem aqui colocado, e respostas que concretizem ações preventivas e reparadoras se não de vidas matadas, dos filhos perdidos, da geração dizimada, pelo menos a nossa não cumplicidade com violências institucionais.

Não vou falar aqui de mais e mais estatísticas de pessoas, de jovens mortos, mas gostaria de registrar que esta Comissão deve dar ênfase à necessidade de outro tipo de estatística: quem mata quem? Nós já temos muitas estatísticas sobre quem são mortos. O anuário de segurança pública nos dá que pelo menos seis pessoas são mortas no Brasil por policiais a cada dia. E esses dados são considerados pela anistia internacional como subestimados. Nós precisamos de estatísticas também dos assassinos: quem mata quem?

Por outro lado, gostaria de lembrar que esta cultura da violência vem se dizimando. Além do triste Estado da Bahia, que se sabe pelos dados do mapa da



violência e outros, Simões Filho no topo, Lauro de Freitas, Itabuna, Camaçari, Salvador, mais uma vez, em terceiro lugar, entre as Capitais de mais jovens mortos, gostaria também de lembrar que há um relatório divulgado pelo GGB — Grupo Gay da Bahia que mostra que a Bahia é o Estado onde mais morrem lésbicas, gays, bissexuais e travestis. Bahia e Salvador também superam a média nacional em violência contra a mulher. Com uma taxa de 6,1 a cada 100 mil mulheres, a Bahia tem média maior que a nacional, de 4,6.

Esses são alguns dos indicadores da chamada terra da alegria, terra de Oxum e do chamado paradoxo perverso da democracia brasileira, uma democracia que se comporta como Jano, a deusa de duas faces: numa face diminuimos a pobreza, apostamos num modelo de crescimento econômico; na outra, de aumento de violência, e de uma violência selecionada.

E por que tantos números — o que eu gostaria mais de enfatizar aqui — não causam comoção? Por que nesta CPI há tantos jovens, mas principalmente jovens negros, da periferia e poucos brancos? Por quê? (*Palmas.*) Porque nós estamos vivendo, e não é só no Brasil, a banalização da violência, expressão da filósofa Hannah Arendt, sua justificativa e até legitimação social.

Nas últimas eleições muitos candidatos que se expressaram favoravelmente à ideia de que bandido bom é bandido morto ou de que quem é assim julgado deve ser morto tiveram expressiva votação. Cresce a proporção dos favoráveis à redução da idade penal e, se plebiscito houvesse, seria alta a proporção daqueles favoráveis à pena de morte. Esse é o Brasil da cordialidade. Ao crescimento da insegurança pública, a resposta mais fácil é considerar a juventude, em particular a juventude negra, como a nova classe perigosa. Se a violência ilegal e a violência institucional — por um aparato básico do Estado, a polícia — vêm aumentando, note-se que também os linchamentos. Quando da Chacina do Cabula, era comum o comentário: “*Mas muitos tinham ficha na polícia.*” Eles eram considerados bandidos.

Para muitos, os que são matados pelo Estado, pela polícia, não são pessoas, não são Povo com pê maiúsculo, aquele povo graúdo, povo com propriedade, com emprego, moradores de bairros nobres ou tidos como gente do bem. Comumente são tidos como parte do povo com pê minúsculo, miúdo, jovens que não estudam e não trabalham, que passam o tempo sem trabalho, noiados, que fazem parte do



bando, termo que já na Roma Antiga indicava ajuntamento de bandidos, de banidos. No nazismo, o outro povo, o de pê minúsculo, era chamado o povo da vida indigna de ser vivida, na Europa hoje já se fala de uma vida precária. Alguns autores do Banco Mundial consideram que a África é um continente perdido, de vida precária! Ou seja, nós estamos vivendo num mundo em que há os descartáveis, os de vida precária, e os de vida indigna!

No antigo Direito Romano eram considerados *homo sacer* aqueles que o povo julgou por um delito, e não é lícito sacrificá-los, mas quem os mata não será condenado por homicídio, diz o filósofo Agamben. Na verdade, pela primeira lei tribunícia, adverte-se que se alguém matar aquele que, por plesbicitio ou pelo povo, é considerado sacro, ou seja, descartável, ele não será considerado homicida. Disso advém que, no Ocidente, um homem considerado malvado ou impuro ou de cor suja costuma ser chamado de sacro. No Brasil o povo descartável, o *homo sacer* por excelência, são os jovens negros e pobres; na Europa, os migrantes negros africanos que tentam atravessar o Mediterrâneo e morrem aos montes na travessia.

Não haveria violência institucional nem chacinas policiais se não legitimadas pelo Povo, com pê maiúsculo. Então, vamos ter cuidado. É muito tópico e bonito falar em sensibilização da população. O pê maiúsculo não vai se sensibilizar: ou se empodera o povo com pê minúsculo ou nós não vamos mudar isso que está aí! (*Palmas.*) Se os soldados, em grande parte também negros, não considerassem como não humanos os jovens que eles codificam como bandidos, a coisa seria outra.

Tal reflexão sobre a barbárie da cultura ocidental capitalista, que nestes tempos vem se traduzindo em sofrimento tanto dos jovens torturados e assassinados quanto daqueles de sua comunidade de afeto, mães, filhos, parentes e amigos — e vamos parar de dizer que os assassinatos têm cor, idade e sexo: tem cor e tem idade, não tem sexo; atrás de cada jovem homem assassinado tem uma mãe, uma filha, uma esposa, tem muitas mulheres que cuidam ou queriam cuidar desses jovens — e indiferença ou justificativa de tantos, para quem o braço armado do Estado, a polícia, está nos protegendo, já que quem foi morto era de vida indigna, é um alerta que estamos vivendo.



Concordo com os colegas que nos precederam. É histórico o genocídio do povo negro, mas estamos vivendo no mundo uma disputa ético-civilizatória que envolve educação crítica, políticas sobre oportunidades para a juventude negra, que não somente se sobressai entre os matados e os que matam, mas também entre os sem escola e sem emprego — 72% dos jovens na Bahia que não trabalham e não estudam são negros, 70% dos craqueiros são negros; é muita coincidência! —, sem alternativa de lazer, de gratificações. E também são frustrados em suas vontades próprias de serem jovens e por ironia ou perversidade social as mães desses jovens ainda são consideradas de família disfuncional: o problema é da mãe; o problema é da família. Esses meninos são tidos como bandidos porque ficam à toa e as mães não lhes dão atenção.

Jogar para as famílias, para as mulheres nas famílias negras, a culpa, o que se tem como não cuidar de seus filhos, em especial quando adolescentes, é inconsequente e perverso. Segundo Felipe Freitas, Assessor da Coordenação da Política de Juventude da Secretaria de Relações Institucionais, na Bahia, em 2002, vamos lembrar que a miséria no Brasil é negra, é nordestina e se concentra entre crianças e jovens.

Mas uma CPI sobre violência contra jovens negros não basta. É importante refletir sobre condicionantes estruturais, econômicas, políticas e culturais de várias ordens, mas há que se focalizar no imediato e se proporem não soluções estruturais, caminhos possíveis. Para uma agenda imediata se sugere focalizar mais sobre a polícia, a mídia e como é representado o jovem negro nessa mídia. Possivelmente, em Salvador, em alguma delegacia ou nas ruas do Calabar, de Pedrinhas, de Itinga ou de outra comunidade, um jovem negro esteja apanhando da polícia e sendo filmado pelo programa *Se Liga Bocão*. O espetáculo da violência, além de banalizar, recriminaliza o sujeito violentado, corrompido pela polícia em sua humanidade. Insistimos na corresponsabilidade da mídia no que diz respeito à reprodução de violências contra o jovem negro e o seu papel na desbanalização do mal.

Outra questão, como colocou muito bem Samuel Vida, que me precedeu, discutir violência tráfico de drogas, guerra às drogas, isso é pura... Nós temos que discutir a peso, a questão da legalização das drogas. (*Palmas.*)



Também já foi colocada aqui a desmilitarização da Polícia. Destaca o professor de Direito Penal, Túlio Vianna, da Universidade Federal de Minas Gerais, que a Polícia Militar é uma excrecência. Ela vem da ditadura militar, é filha direta da ditadura militar. Antes existiam as Polícias Militar e Civil, mas a Polícia Civil também desempenhava papel ostensivo. Foi com a ditadura que as atribuições da Polícia Civil foram se esvaziando e a Militar tomou para si a parte ostensiva.

A proposta de desmilitarização consiste na mudança da Constituição, por emenda constitucional, de forma que as Polícias Militar e Civil constituam um único grupo policial e todo ele tenha formação civil. Uma das críticas feitas à militarização da polícia é o treinamento a que se submetem os policiais militares. Por que são soldados negros matando jovens negros? Porque são treinados para matar. O outro não é o negro, o outro é um bicho, um bandido. As Forças Armadas são treinadas para combater o inimigo externo, para matar inimigos. Treinar a polícia assim é inadequado, pois o policial deveria respeitar os direitos humanos.

Note-se, e vocês busquem no Facebook, que comentários dos próprios praças e soldados vão na linha de apoio à proposta da desmilitarização da polícia. Segundo alguns comentários no Facebook, são oficiais corporativistas. Com a desmilitarização, acaba-se com o enriquecimento ilícito de muitos coronéis dentro da PM. *"A sociedade não toma conhecimento do que se passa dentro da PM"*. Isso é outro soldado que fala. Todo cabo, soldado e sargento são a favor da desmilitarização da PM.

O SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Peço que conclua.

A SRA. MARY CASTRO - Bom, quero terminar também chamando à responsabilidade o Estado, inclusive no plano da reparação, ainda que seja relativa. Note-se que, segundo notícia veiculada esta semana no Facebook, por reparação de violências policiais e políticas, que acaba de ser posta no Estado norte-americano, Chicago vai pagar pela primeira vez indenizações na história dos Estados Unidos para compensar os cidadãos afro-americanos que sofreram tortura sob custódia policial. Que tal nós pedirmos essa reparação? (*Palmas.*) Nesta quarta-feira a cidade de Chicago aprovou lei que cria um fundo de 5,5 milhões de dólares, 15,5 milhões de reais, para indenizar as vítimas de abusos, os afro-americanos que foram abusados, violentados e torturados nos presídios norte-americanos.



Para terminar, outro ponto no plano mais imediato é o empoderamento das organizações das mães, já falado aqui, dos familiares de jovens assassinados, sua proteção e respaldo de polícia. Aí eu reitero: sensibilizar a opinião pública, sim, mas vamos fortalecer os movimentos sociais, os movimentos de mulheres, os movimentos de mães. Só o povo organizado, com poder de pressão, pode fazer frente à violência institucional. Insistimos em que exista punição dos militares envolvidos e também que se reforce o papel da Defensoria Pública.

Terminando mesmo, enquanto o corpo negro, jovem, não for considerado um corpo humano, mas um corpo biopolítico de um outro, indigno, descartável, sem direitos, uma vida que não vale a pena, a barbárie vai avançar, e em nome do medo e da insegurança vamos alimentar a besta armada. E quem sabe se além das balas endereçadas ao povo miúdo, ao povo negro, algumas perdidas, ou melhor, não pedidas também venham atingir muitos do povo graúdo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Obrigada, Profa. Mary.

Quero ainda registrar a presença da Deputada Estadual Luiza Maia.

Passo a palavra ao pai de dois jovens assassinados, Sr. Jorge Lázaro.

O SR. JORGE LÁZARO - Bom dia a todos os presentes.

Quero agradecer a oportunidade de relatar aos Parlamentares, aos cidadãos e à imprensa a situação de tortura que vem a ser imposta a mim e a minha família pelo Governo brasileiro e seu ente federado, o Estado da Bahia. Eu digo tortura porque só na semana passada eu passei 1 semana sem tomar um banho. Eu considero isso uma situação de tortura.

No dia 22 de janeiro de 2008 meu filho Ricardo Matos, que passou em torno de 10 anos, junto com o irmão Ivan Matos e com Jorge Lázaro Filho, como alunos da Escola de Circo Picolino, do Projeto Axé, com vida em família, família humilde, mas estabilizada, com respeito de pai, mãe, amigos, vizinhos, Polícia Militar... Policiais militares que faziam patrulhamento no Parque de Pituaçu chegavam para meus filhos e diziam: "*Olhe, ouça seu pai. Seu pai é um homem assim...*" Aí me elogiavam para meus filhos.

Quando chegou o ano de 2008 meu filho estava contratado pelo circo francês Le Cirque, e o mais velho, Ivan, estava contratado por um circo em São Paulo, que



eu não lembro o nome agora. Mas ele participou de uma seleção para o Cirque du Soleil, passou, foi entrevistado no Programa do Faustão e iria... O Circo Picolino recebeu correspondência da escola do Cirque du Soleil, no Canadá, parabenizando pela preparação do meu filho. E eles tinham interesse também em Ricardo. Jorge estava ainda como aluno na Escola de Circo Picolino. Aí meus filhos vieram para casa passar as férias. Não passaram nem o Natal com a gente em 2007, já passaram o Ano Novo. Iniciou-se 2008. Nos primeiros dias Ivan voltou a São Paulo e Ricardo ficou aguardando o chamado para iniciar a temporada 2008 do Le Cirque.

Ricardo cresceu no bairro chamado Bate Facho, minha comunidade. Eu nasci no Calabar, mas me transferi ainda em 1972 para o Bate Facho. Com os amigos de baba — como todos nós temos nossos amigos e tudo —, Ricardo estava jogando bola na quadra e um grupo chegou num carro e já desceu atirando. Ricardo se ajoelhou, botou o documento na mão, dizendo a eles que não era ele que estavam procurando, e eles continuaram atirando. Executaram um jovem chamado Robson de Souza Pinho, e Ricardo ficou agonizando. A polícia veio prestar socorro logo em seguida — segundo os vizinhos, foi uma coisa muita rápida, a polícia chegou em seguida —, só que levou mais de 1 hora para socorrer meu filho. Os vizinhos dizendo que meu filho não era um bandido, que meu filho era um artista de circo, que meu filho era um cidadão de bem, e eles brincando, conversando entre si. E acabaram prestando socorro a meu filho e entregou meu filho junto com o irmão, que ficou... Meu filho estava agonizando, o irmão acalentando ele, tentando dar um apoio a ele. Aí levaram meu filho Jorge também e apresentaram meu filho, no hospital, à polícia que estava no posto da Polícia Civil, dizendo que meus filhos eram bandidos. Quer dizer, uma situação absurda, não é? A gente está falando da polícia que é paga com nossos impostos, que está aí para proteger o cidadão, e eles fizeram isso com o meu filho. Sabendo que meus filhos não eram bandidos, entregaram meus filhos como bandidos. Meu filho veio a falecer no Roberto Santos. A gente foi para a delegacia, na Boca do Rio, pessoas do circo, amigos que estavam acompanhando, a gente chegou, e não conseguiu prestar a queixa porque as autoridades, que precisavam estar presentes, não estavam. Aí só foi feita essa comunicação no dia seguinte.



Eu fui Assessor Parlamentar nesta Casa pela primeira vez no ano da Constituição Estadual, 1988. Então, conto aqui com o respeito e o reconhecimento de diversos amigos, funcionários desta Casa, e também de diversos Parlamentares que já passaram por aqui e de muitos que continuam.

Eu sou líder comunitário, sou ativista de meio ambiente e de direitos humanos, reconhecido hoje pela Anistia Internacional como defensor de direitos humanos. Estou com minha vida ameaçada pelos Governos brasileiro e baiano. Por que eu digo isso? Porque a Defensoria Pública — se estiver alguém aqui representando a Defensoria Pública, eu gostaria que pudesse informar —, desde 2013, pede minha proteção como defensor de direitos humanos. Eu precisava estar protegido como pai dos meus filhos que foram executados pelo Estado e precisava estar protegido também como ativista político que sou. E em diversos momentos tive minha vida ameaçada. Tive minha vida ameaçada em outro Governo. Tem vários Parlamentares aqui presentes que sabem disso, tem representantes de várias entidades aqui também que sabem disso.

Eu sou hoje um paciente psiquiátrico, que tem lei federal para proteger, e essa lei está sendo desrespeitada, porque eu não estou fazendo meu tratamento psiquiátrico. Eu estava fazendo um tratamento psicológico, fui fazer uma triagem num CAPS e fui aceito como paciente psiquiátrico. Então, já tem 2 anos que eu não faço tratamento psiquiátrico.

Eu estou vivendo torturado, porque eu estou há 1 ano e 3 meses arrumando recurso para me autoprotger. Eu estou pedindo para ser protegido pela Anistia Internacional ao Conselho Nacional de Justiça. O Conselho mandou ofício ao ente da Bahia, o Tribunal de Justiça da Bahia; o Tribunal mandou ofício à Secretaria de Justiça pedindo para proceder com proteção, foi negado; o Ministério Público pediu minha proteção, foi negada. A negativa dos pedidos de proteção levou meu segundo filho a ser assassinado. O Ministério Público levou 3 anos para apresentar a denúncia da apuração da morte de Ricardo. Recebeu o inquérito 2 meses depois do assassinato de Ricardo, em 2008, e só veio proceder com a denúncia em 2011. Isso, para mim, é uma situação de tortura. O que aconteceu depois da denúncia? Foi pedida a proteção da minha família e de oito testemunhas. A oitava testemunha foi executada.



Documentos entregues ao Ministério Público Estadual e Federal demonstram que a apuração da morte de Ricardo foi forjada, dito pela Promotora Isabel Adelaide de Andrade Moura, que foi a promotora que recebeu o inquérito. Ela disse ao Ouvidor do Ministério Público que não procedeu, nesses 3 anos, com a denúncia porque entendia que o inquérito foi forjado e que os policiais denunciados não são os assassinos do meu filho. Eu levei, passados pela advogada dos acusados, documentos ao Ministério Público, com escuta telefônica autorizada por um juiz, que dá uma dimensão maior ao que foi apresentado como versão do assassinato do meu filho.

Todos os envolvidos no assassinato dos meus dois filhos estão soltos. Eu e minha família estamos correndo o risco de sermos assassinados, de sermos executados. O Governador do Estado, Jaques Wagner, recebeu um documento pedindo socorro para a minha família. Esse documento foi me passado pela própria assessoria do Governador. A Anistia Internacional, a Justiça Global e Quilombo Xis estiveram com o Governador Jaques Wagner, informaram a gravidade do caso. Ele se comprometeu em tomar providências. Eu aguardo essas providências até hoje.

Um jornalista da Rede BBC me entrevistou. Eu contei a ele detalhadamente o que tinha acontecido com meus filhos. Disse a ele que, se eu for assassinado, é o Governo brasileiro e baiano que estão me executando. Porque uma entidade representada no mundo todo como a Anistia Internacional me colocou agora, neste ano de 2015, no relatório de direitos humanos deles. E, no capítulo do Brasil, eles dizem que o meu caso é um caso de grave violação de direitos humanos.

Então, o Governo brasileiro não respeita direitos humanos; o Governo da Bahia não está respeitando os direitos humanos. São pessoas com quem eu tenho exaustivamente dialogado, Secretários de Estado, Parlamentares. Eu tenho dialogado. Tem três Comissões desta Casa, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Comissão de Promoção da Igualdade e Comissão da Mulher que têm pedido de minha proteção como cidadão, pai dos meninos assassinados, dos jovens assassinados, e como defensor de direitos humanos.

Então, eu queria pedir aos senhores que saiam daqui com um pedido formal de minha proteção como o cidadão, pai de Ricardo Matos e de Ênio Matos, executados pelo Estado brasileiro, e como defensor de direitos humanos. Eu preciso



estar protegido. Eu passei 1 semana sem tomar banho, porque eu estou vivendo, dormindo em uma barbearia. O cidadão fecha a barbearia dele às 5 horas da tarde e me passa a chave. Tem de 1 metro a 1,2 metro de largura, por 4 metros de comprimento, com uma pia de rosto dentro desse lugar. Não tem sanitário, não tem nada. E eu já informei a diversas autoridades do Estado, e ninguém toma uma providência. Eu fico me perguntando, nós estamos vivendo num Estado falido que não pode tirar mil reais ou 2 mil reais e conduzir a proteção de um cidadão?

Eu não estou contando a vocês aqui ficção, não, senhores e senhoras, eu estou contando a vocês apenas a realidade. Minha família está num condomínio que tem 1 ano e meio que foi entregue, e o tráfico de drogas já tomou conta do condomínio. Eles me ameaçaram lá e eu precisei sair. Eu precisei sair desse condomínio. Informei às autoridades e espero há 1 ano e 3 meses que se tome alguma atitude. Ninguém toma atitude nenhuma. E não é dizer que não estão fazendo alguma coisa, não, eles estão tentando, só que não conseguiram ainda. Eles não conseguiram ainda.

Então, eu queria dizer para todos vocês refletirem aqui: nós estamos vivendo uma situação de barbárie neste País. É uma indecência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua.

O SR. JORGE LÁZARO - ...o Governo brasileiro ter o direito de abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas, com o quadro de violação de direitos humanos que existe no nosso País, exterminando os nossos jovens.

Tem 3 anos que eu venho provocando o Ministério Público Federal. Já é a terceira iniciativa minha, fora as iniciativas das entidades. Eu fiz três representações ao Procurador-Geral — primeiro, a Roberto Gurgel, não tive resposta; agora, por último, a Rodrigo Janot — pedindo a apuração da morte dos meus filhos na esfera Federal, pedindo a federalização da apuração da morte dos meus filhos, e não tive resposta até agora. Já mandei documento para o Conselho Nacional do Ministério Público, para o Conselho Nacional de Justiça.

Então, é isso. Se eu sair daqui e acontecer o meu assassinato, continuo dizendo: o Governo brasileiro e o ente federado Bahia estão me matando, estão me executando. Eu não estou lidando com briga de vizinho, não. Não foi um vizinho com quem eu tive uma discussão, não. Os meus dois filhos foram executados. O meu



filho Ênio, pedindo para estar protegido, com mais de 12 pedidos de proteção para a minha família, pedido de proteção no PPCAAN, negado. Eu levei uns 6 meses ligando para o Disque Direitos Humanos. Desde 2010 a Defensoria Pública e outras entidades oficiam à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pelos vários Secretários de Direitos Humanos que já passaram por lá, a última foi a Secretária Ideli Salvatti. A esposa do ex-Vice-Presidente desta Casa, que estava como Secretária de Justiça, mandou, no dia 10 de novembro, um pedido para avaliação de minha proteção federal. Não tive resposta até hoje. A Secretária de Promoção de Igualdade Racial do Estado foi a Brasília levando 12 casos, inclusive o do assassinato dos meus filhos. *(Mostra documento.)* Aqui! Crimes sem solução são levados a Brasília. Meu nome está aqui. O caso dos meus filhos está aqui. E eu não tenho resposta. Quer dizer, eu estou morrendo a cada dia, estou sendo assassinado. De lá para cá, a cada dia, de 2008 para cá está decretada minha morte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Jorge.

O SR. JORGE LÁZARO - Encerrei. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós da CPI vamos solicitar informações sobre o inquérito da morte dos seus dois filhos e sobre os seus pedidos de proteção. Depois vamos dialogar com a SEPPIR e com a Secretaria de Direitos Humanos.

Concedo a palavra ao próximo convidado, o Presidente do Conselho Estadual da Juventude da Bahia, Sr. Agnaldo Almeida.

O SR. AGNALDO ALMEIDA - Bom dia. Meu nome é Agnaldo Almeida. Sou Presidente do Conselho Estadual da Juventude da Bahia. Quero saudar a Mesa na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes e da Deputada Rosângela Gomes, uma das poucas Parlamentares que temos no âmbito federal.

Eu me sinto como um jovem baiano, um jovem negro que já viveu em bairro pobre da cidade, que já passou pela situação de violência de ter a arma de um policial apontada para si, com medo que disparasse. Nós vivemos na Bahia uma grave situação de saúde pública com relação ao genocídio da juventude negra. Na Bahia, segundo o *Mapa da Violência de 2014*, a taxa de homicídio de jovens negros é de 95,1 a cada 100 mil. Acredito que é fundamental refletirmos.



O que acontece no Estado brasileiro é que vivemos uma situação de guerra às drogas e de criminalização da pobreza que vitimam anualmente milhares de jovens negros. A gente precisa avançar nesse debate e no limite da guerra às drogas. É preciso pensar principalmente sobre a legalização das drogas, porque a guerra às drogas serve, principalmente no nosso Estado, para legitimar o genocídio da juventude negra.

Desde que o Conselho Estadual da Juventude foi criado se debruça sobre a questão da violência contra os jovens negros e contra os jovens pobres através do seu GT de Direitos Humanos e Segurança Pública. Temos aqui nosso companheiro Elder Mahin, do Fórum Nacional de Juventude Negra.

Precisamos dar um basta nesses índices alarmantes de violência, e quando a Profa. Mary Castro pergunta “*quem mata?*”, nós temos aqui na Bahia a polícia baiana, que é uma das polícias que mais matam no País. Em média, a Polícia baiana mata um jovem por dia, segundo os dados do 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. E mata principalmente porque se sente imune com relação aos autos de resistência.

Nós temos na Câmara Federal o PL 4.471, que se encontra pronto para ser votado e que, desde dezembro, não é posto em pauta para ser apreciado.

No âmbito estadual, São Paulo já avançou e já aprovou uma lei contra os autos de resistência. A Bahia, meus nobres Deputados que se encontram aqui, Deputados Estaduais Bira Coroa, Marcelino Galo e Luiza Maia, precisa aprovar uma lei que acabe com os autos de resistência em nosso Estado.

Outra questão, só para finalizar, no cenário nacional, a gente vê justamente que passou na Comissão de Justiça a PEC 171, que trata da redução da maioria penal e que em breve irá para votação em plenário. É inadmissível que no nosso País os jovens são os que mais sofrem com a negação dos seus direitos, com a negação do acesso à saúde e educação, que mais sofrem com a violência, que são responsabilizados pelos altos índices de violência, sendo que apenas 0,13% dos jovens de 16 a 18 anos cometem crimes contra a vida e essa mesma faixa etária é vítima de 30% dos assassinatos.

Eu acredito, sendo um jovem que conseguiu justamente escapar da faixa dos 24 anos, que é a faixa que corre mais risco de ser assassinada no País, que o



Estado brasileiro precisa dar uma resposta contundente a esses índices alarmantes de violência. Precisa, justamente, avançar de forma a cessar com a criminalização da pobreza, o que leva justamente a acreditar que jovens do Bairro do Cabula tenham sido assassinados porque são pretos, pobres e estavam na rua. Quer dizer que a gente não tem o direito de viver na nossa própria cidade? Quer dizer que a gente não tem o direito de andar na nossa rua, porque a polícia, se encontrar a gente na rua, vai nos matar? Isso não acontece com o jovem branco. Que jovem branco você conhece que, andando na noite, na cidade de Salvador, foi alvejado por tiros da polícia? Mas toda semana nós temos casos de jovens negros que são assassinados pela polícia baiana. Nós precisamos dar um basta nisso. Chega de jovens negros sendo assassinados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra ao nosso próximo orador, Hamilton Borges.

O SR. HAMILTON BORGES - Bom dia.

Queria cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes, a Deputada Rosângela Gomes, o Deputado Bacelar, o Deputado Beбето, o Deputado Davidson Magalhães, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, Deputado Marcelino Galo, o Nilton Coelho, o Silvio Humberto, o Deputado Bira Coroa, a Deputada Luiza Maia.

Por que é importante a gente fazer essas referências? Porque esta é uma Casa fundamental. Foi aberta, por esta CPI, a possibilidade de a gente reiniciar um diálogo importante sobre política de segurança pública neste Estado. Importantíssimo.

A homenagem que nós fazemos nestes 10 anos, que se completarão amanhã, da Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, é a Mestre Joel, a Mestre Ninha, a Lázaro e, sobretudo, a suas esposas, que não estão aqui presentes, mas que são o sentido e a força de nossa luta. Porque quando o Estado brasileiro, quando a polícia aponta a arma para os meninos pretos que morrem neste Estado, está mirando o útero das mulheres.

Eu queria, importantíssimo, cumprimentar o Prof. Samuel Vida, que é da minha geração, que é uma pessoa perto de mim, que é uma pessoa que veio de



Pau da Lima e que é uma pessoa que não precisa de tradução, que pode falar por si próprio, porque tem legitimidade. Nesse debate, nós não precisamos de tradução. Nesse debate, nós não precisamos que se fale por nós.

Nós estamos empreendendo, do ponto de vista da militância, da pesquisa, da ação política, uma luta importantíssima para colocar esse debate em âmbito internacional, sem, contudo, buscar e angariar cifrões para isso.

Estivemos nesta CPI e levamos, estivemos com o comando ostensivo das mães não só do Cabula, mas também de Cosme de Farias, de Itacaré.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HAMILTON BORGES - Hem?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HAMILTON BORGES - Uma mãe que perdeu um filho na greve de 2012. Nós estivemos lá, buscamos apoio e solidariedade para estar naquele lugar, por custos próprios, inclusive o custo do meu deslocamento. Ainda que tivesse sido convocado para falar, em tese, não teria muita coisa para falar à CPI.

O que nós queremos aqui falar com o Presidente, a Relatora e os membros da CPI é que gostaríamos de ter respostas do que exigimos ali mesmo, na CPI, que foi o caso do Tony (Antônio Borges), cujo filho Jackson Antônio foi assassinado em Itacaré, enterrado de cabeça para baixo, destrinchado como um bicho.

O Prof. Samuel Vida, como sempre, falou uma coisa interessante aqui. Ele disse que se se matar um bicho hoje, alguns Vereadores da Câmara dos Vereadores de Salvador vão reclamar. Mas se matam pessoas pretas, nesta cidade, é como se fossem baratas.

Aquele caso foi grave. Exigimos os documentos, o acesso ao inquérito, exigimos que a Secretaria de Segurança Pública indique uma guarnição policial que proceda aos pedidos de prisão, já que os autores estão identificados. Nós queremos essa resposta. Nós queremos respostas também do caso grave de 2012, porque não esquecemos os casos ao bel-prazer das fanfarras midiáticas.

Temos acompanhado o caso da família do Lázaro há muito tempo. Nós não esquecemos. Nós não largamos, porque há que se pensar na necessidade de reparação para essas situações. Mas enquanto não aparece a reparação, a



solidariedade é uma exigência que se faz aos movimentos sociais e aos governos, aos Parlamentares, às organizações de direitos.

Por isso, temos feito algumas reuniões com a Secretaria de Direitos Humanos, com os assessores do Governador para que se apresentem ações emergenciais para a situação das pessoas do Cabula, das pessoas de Itacaré, da família de Lázaro, de todas essas questões.

Pedimos também a esta CPI que chame a Secretaria de Segurança Pública para falar desse drama que tem acontecido no Estado da Bahia, que é fruto de um tipo de política pública. Os dispositivos de política de segurança pública, aqui mencionados pelo Dr. Samuel Vida, mas apresentados por nós naquela CPI, na oportunidade em que estivemos lá, precisam ser banidos, precisam ser execrados, precisam acabar, porque, ao fim e ao cabo, esses dispositivos — baralho do crime, cartilha de orientação da Polícia Militar para tatuagem — são instrumentos fundamentais para o que está ocorrendo e para o que ocorreu no Cabula, em Engomadeira, enfim, em todos esses lugares.

A responsabilidade objetiva das práticas e da política de segurança do Governo, tanto os dois governos de Jaques Wagner quanto o atual, estão intrinsecamente relacionados.

Não dá para se fazer um malabarismo esquizofrênico, em dizer que: “*Eu sou base aliada. Eu sou amigo. Eu fiz um projeto. Eu tenho um projeto no Governo. Eu tenho um cargo. Eu não tenho nada ver com isso.*” Tem, sim, responsabilidade! Então, saia! Retire-se! Venha para o nosso lado! Ou, então, faça alguma coisa! Não esse placebo, um tipo de política pública, como se invariavelmente nessas Mesas...

Precisamos de política pública, mas não precisamos desta política pública. Essa política pública tem sido placebo. Ela tem sido muito importante para os editais, ela tem sido muito importante para os cargos, mas não chegam às comunidades. Vão à Vila Moisés! Não existe nada! O Estado não existe! O Estado não apareceu ali! O que existe ali é a solidariedade histórica dos negros e das negras que têm se protegido há muito tempo, mas o Estado precisa aparecer ali com políticas públicas reais. Não esses cursinhos que duram 2 meses, que dão lanche, vale-transporte e depois você não quer saber como estão as pessoas. (*Palmas.*)



Nós somos a Campanha Reaja. Há 10 anos, há militantes nossos que tinham 12 anos. Muitos desses militantes faziam parte desses programas, e hoje ninguém liga para eles. Ninguém quer saber deles, e a situação é drástica. Esses são os pedidos que nós temos para a CPI. Nós precisamos de respostas e acreditamos que as respostas das exigências que foram taquigrafadas estão nas pastas dos Deputados aqui para nos apresentar.

Nós precisamos lembrar algumas coisas e falar de algumas coisas importantes para a CPI, mas para nós todos que estamos aqui, nesta cidade, neste Estado, mergulhados e mergulhadas em sangue. Estamos banhados em sangue. Essa é a mais pura verdade. A nossa vida não tem o menor valor, e ninguém está a salvo. Se você for preto, se você for preta, você não está salvo. Não importa o seu título acadêmico, seu paletó da hora, seu título de Deputado ou de seja lá o que for. Se você for preto, você vai ser tratado como preto. E essa sociedade branca nos trata, os pretos, como nada. A não ser que nós reajamos, que nós lutemos! E é isso que temos feito.

Eu falava aqui, agora, com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Sr. Marcelino Galo, sobre o caso dessa mulher, das Dores, que perdeu um filho naquela greve da polícia, uma greve que foi admitida pelo ex-Governador Jaques Wagner como um revide estatal, como uma vingança estatal, como uma utilização de policiais inescrupulosos com uma liderança, que inclusive foi alçada ao cargo Deputado, mas que anda com uma pulseirinha no pé, e hoje é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Ele precisa ser ouvido por esta CPI. Precisa ser ouvido pela responsabilidade que ele tem. Inclusive no seu discurso nesta Casa, onde ofereceu medalha e homenagem (*palmas*) para os que mataram. Parem de dizer 12 do Cabula! Perguntem às mães! Vão à comunidade! Parem de dizer 12 do Cabula! Foram mais de 18 pessoas e muitas delas estão desaparecidas!

Esta CPI e o Governo precisam dar conta dos desaparecidos, das pessoas que não retornaram, dos corpos que não foram para o Hospital Roberto Santos. E ninguém nunca falou dos enfermeiros e médicos que permitiram aquela execração, nem dos policiais filmando e rindo daqueles corpos. Todos têm que ser responsabilizados na medida da sua culpabilidade.



Mas o Ministério Público, segundo o *El País*, confirma o que foi aplaudido pelo Governador do Estado da Bahia, sob os aplausos calorosos de oficiais da polícia que são intocáveis porque não vão à guerra, porque quem vai a esta guerra forjada pelo Governo são pretos. É preto matando preto! (*Palmas.*) E aí os policiais se irritam conosco, porque buscamos a paralisação desta guerra, a paralisação desta matança. É isso que nós buscamos.

Nós não temos uma perspectiva punitivista. A perspectiva punitivista é a do Governo do Estado da Bahia, um governo que era democrático e popular. Mas com todas essas políticas, inclusive umas foram criadas nesta Casa. A lei que traz esse conceito do inimigo interno, que é de defesa social, foi criada aqui. Aqui! E muitos Deputados, constrangidos, que balançam a cabeça quando o Prof. Samuel Vida fala, assinaram essa lei. Não foram críticos! Não disseram nada! (*Palmas.*) Podem fazê-lo agora!

O BOPE, o BOPE, o BOPE, o BOPE vem com uma perspectiva de um discurso de campanha do Governador, que teve como seu aliado uma pessoa que defendeu a redução da maioria penal. E ele próprio disse que achava possível para 17 anos. O BOPE veio para fazer o reforço da guerra às drogas. Ora, nós sabemos que, diante de tanta amargura nas nossas comunidades, não somos uma comunidade de santos. Nós praticamos crimes. Nós praticamos homicídios. Mas esse volume de homicídios tem que ser colocado na conta também dos grupos paramilitares de extermínio. (*Palmas.*)

Ninguém mais fala dos grupos de extermínio. O Deputado Yulo Oiticica, um grande militante dos direitos humanos, no tempo do Governo de ACM, da turma de ACM, propôs aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito para perseguir os grupos de extermínio. Deputado Marcelino Galo, eu proponho ao senhor que, junto com a Deputada Maia, desarquive esta CPI, busque esses criminosos, que são invariavelmente policiais fora da hora de serviço que defendem os interesses patrimoniais de pequenos comerciantes em nossas comunidades e lucram muito com isso. Os grupos de extermínio continuam atuando nessas comunidades, e tudo é o tráfico! Tudo é o tráfico! O que gera a primeira pergunta, a falência da política de segurança pública da Bahia para fazer o mínimo, que é combater o crime, porque se tudo é o tráfico, diante de tantas mortes, é porque o tráfico existe, as armas estão



entrando, as drogas estão entrando. Agora, como essas drogas estão entrando? Quem é que tem defendido essas fronteiras? Quem tem defendido esses carrinhos que vêm lotados de drogas? Agora querem pegar o usuário, querem pegar o pequeno traficante, que não tem dinheiro nem para pagar uma casa para o filho, mas esquecem do grande traficante, inclusive alguns alcançados pela Operação Navalha, como um que já foi desta Casa e que hoje administra um presídio da Yumatã. Por que ninguém vai pra cima desses senhores? Os senhores da guerra, os senhores que financiam e que ao meio-dia e às 18 horas vão para casa coçar o cacho louro dos seus filhos, enquanto os policiais civis estão numa situação... Inclusive nesta Casa estavam lutando para que tivessem um pagamento justo. Mas qual é a situação das carceragens? Policiais civis que podiam fazer investigação e que se tornaram carcereiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sr. Hamilton, para concluir.

O SR. HAMILTON BORGES - Sr. Presidente, Sr. Deputado, nós agradecemos mais uma vez por estar aqui.

Mais uma vez queremos dizer que o Governador precisa honrar a sua palavra, porque, numa reunião com os assessores do Governador — existem pessoas que estavam nessa reunião, inclusive o Samuel Vida também estava nessa reunião —, o Governador disse que ia receber as famílias. O Governador precisa olhar nos olhos de cada pai, de cada mãe e dizer que tipo de segurança pública ele vai fazer daqui em diante. O Governador disse que ia retirar da Bahia o auto de resistência. Ele pediu que fizéssemos uma série de reuniões, levasse consultores, fizesse estudo. Não precisa de nada disso. Precisa acabar com o auto de resistência, porque, Governador, você tem um Secretário de Segurança Pública que entrou no Governo como um “menudo”, que ia fazer todas as transformações por uma segurança pública cidadã e tem, no seu currículo, essas operações, além de um menino degolado dentro de uma guarnição de polícia, dentro de um quartel! Esse Secretário precisa ser demitido imediatamente! (*Palmas.*) Lugar nenhum no mundo sustenta isso? (*Palmas.*) Esta Comissão Parlamentar de Inquérito precisa enviar agora uma carta para o Governador!

Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, envie uma carta!



Sra. Luiza Maia, na Lei Antibaixaria deve-se incluir também a baixaria de se manter uma cúpula de segurança pública como esta. *(Palmas.)*

Uma carta deve ser enviada! Nós precisamos lutar por nossa dignidade e nossa humanidade. Aqui não se trata de um teatro; aqui se trata do fato de que há 11 rapazes negros denunciados pelo Ministério Público no caso Geovane. Existem mais um tanto no caso Cabula que vão ser alcançados pelo Ministério Público. E esses rapazes, junto com vários anônimos, querem matar as pessoas da Campanha Reaja, querem matar as pessoas que ousam lutar. Esta CPI precisa garantir nossa segurança! O Governo precisa garantir! É uma humilhação qualquer pessoa de uma Secretaria de Direitos Humanos ouvir o que o Lázaro falou. E nós pedimos pelo menos quatro vezes para sermos alcançados como defensores de direitos humanos. Mas ninguém nunca admitiu que a Campanha Reaja, que é uma campanha de pretos falando pra pretos com pretos, fosse de direitos humanos, porque os brancos têm-se colocado nesse escaninho de direitos humanos há muito tempo e lucrando com isso.

Essas são questões que nós estamos colocando e nós vamos continuar nas ruas.

Amanhã, amigos e também os inimigos infiltrados, que nos filmam, que fazem os seus relatórios para o Governador e para os membros da segurança, apareçam no Campo Grande às 16 horas e andem conosco e com as famílias dos mortos. Nós não vamos ocupar nenhuma Secretaria de Segurança Pública, nós não vamos fechar rua, nós não vamos gritar palavra de ordem; nós só vamos depositar flores nos bustos dos revoltosos de Búzios, que são como nós.

Muito obrigado. *(Palmas nas galerias. Manifestação na plateia: Contra o genocídio do povo negro, nem um passo atrás!)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer a presença dos componentes desta Mesa: Hamilton Borges, da Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta; do Mestre Ninha, que está aqui conosco; da Sirlene Assis, da UNEGRO; do Cláudio Silva dos Reis; do Valdemar de Oliveira, o Vavá, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente; da Profa. Mary Castro, também presente aqui; do Prof. Samuel; do Agnaldo Almeida; do Sr. Jorge Lázaro.



Convido os membros da próxima Mesa. Depois da segunda Mesa, vamos abrir para o Plenário.

Muito obrigado pela belíssima contribuição. *(Palmas. Pausa prolongada.)*

Quero convidar os membros da próxima Mesa: representante da OAB da Bahia, o Sr. Eduardo Rodrigues; a Sra. Ângela Guimarães, Presidente do Conselho Nacional de Juventude e também Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude; a Sra. Luana Malheiro, membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas da Universidade Federal da Bahia; o Deputado Marcelino Galo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia; o Deputado Estadual Bira Coroa, Presidente da Comissão Especial de Igualdade da Assembleia; a Dra. Márcia Virgens, Procuradora do Ministério Público da Bahia; o Dr. Maurício Teles Barbosa, representado aqui pelo Coronel Admar Fontes; o Sr. Sérgio São Bernardo, representante da Vera Lúcia, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia; e o Sr. Sílvio Humberto, Vereador de Salvador e membro do Instituto Steve Biko, e o Sr. Geraldo Reis, Secretário de Justiça do Estado da Bahia. *(Pausa prolongada.)*

Vamos retomar a segunda Mesa.

Nós temos um pequeno probleminha por causa deste espaço. Acho que a Ordem do Dia aqui começa às 14 horas. Então, nós temos um limite e queremos ouvir o Plenário, o público presente.

Então, quero pedir à Mesa que tentemos fazer as intervenções por, no máximo, 5 minutos. Àqueles que puderem falar um pouco menos, a Presidência agradece, porque a ideia é abrir a palavra ao Plenário.

Nós estamos aqui à disposição. Se tiver outro plenário, eu tenho o maior carinho e a disponibilidade para ficar aqui. Estou aqui hoje para essa atividade, mas temos dificuldade neste espaço aqui, por causa da Ordem do Dia.

Então, quero passar a palavra ao nosso primeiro convidado, o Dr. Eduardo Rodrigues, representando aqui a OAB da Bahia.

O SR. EDUARDO RODRIGUES - Sr. Presidente, bom dia.

Eu vou tentar resumir, para que possamos também ouvir as pessoas, já que é uma audiência pública.



Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, por essa ação, quero cumprimentar a Mesa toda e, permitam-me, com a devida vênia, a nossa Secretária, Deputada Rosângela Gomes, neste mês das mães.

Cumprimento também todo o público, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados aqui presentes, as senhoras e os senhores.

Como já foi dito aqui, o Brasil é o país que mais mata no mundo em situação fora de guerra. De 1980 a 2012, no último anuário da violência, totalizamos o numeral de 1,2 milhão de pessoas mortas.

Se fizermos o corte das mortes pelos jovens, temos que 71% dessas mortes eram especificamente de jovens, sendo que 38% morreram em homicídios.

A morte de jovens negros e negras no Brasil de 2002 a 2012, ao invés do numeral para jovens e jovens brancos, subiu de 63% para 76,9%, enquanto o de brancos desceu de 36% para 22%.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, falando especificamente aqui do Estado da Bahia, há cerca de 1 mês, estivemos na capa de um dos jornais de grande circulação a publicação de um relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2015, relatando que, no Estado da Bahia, o jovem negro tem 3,5 mais chances de morrer assassinado do que o jovem branco. Infelizmente, o Estado da Bahia vai ocupar, com esse numeral, a quinta colocação em homicídios de jovens e adolescentes através do índice de homicídios na adolescência. Aponta ainda que a Bahia é o segundo Estado onde mais se matam jovens de 12 a 18 anos, sendo que Itabuna, aqui no interior, é a cidade com mais de 200 mil habitantes que mais mata jovens no Brasil. Quando se fazem essas colocações numéricas, nós precisamos atrair para a realidade do corte de que, quando se morre na rua, a população mais vitimizada é a negra. É uma população que está suscetível à violência e, muitas vezes, essa população é a que não reconhece no Estado um Estado que preste os serviços mínimos de saúde, educação e previdência. A única face que se conhece do Estado é o Estado policial, pois, como foi dito aqui anteriormente, somente a polícia chega aonde outras ações não chegam.

Falando rapidamente sobre quais seriam algumas das causas de violência, basicamente se coloca que são causas da violência nas periferias, particularmente,



a condição de não se ter um Estado educador, não se ter os mecanismos ou os aparelhos estatais de saúde, de entretenimento, além da deseducação.

Sr. Presidente, nós já fizemos algumas audiências públicas na OAB com essa temática e algumas das que falaram aqui anteriormente também lá se colocaram.

Nós temos hoje, em primeiro lugar, que assumir qual o grande problema. O problema que nós temos é que somos um Estado racista; somos um Estado sexista e machista; somos um Estado que não conseguiu ainda, através das nossas políticas públicas, trazer a questão da violência para o foco da pauta, talvez por uma inacessibilidade ou talvez por uma não especificidade, além da falta de um senso igualitário, que já é comum na sociedade.

Para aproveitar o momento, se for permitido, Sr. Presidente, quero fazer alguns encaminhamentos já antecipando a congratulação por este momento e agradecendo o convite. Primeiramente, faço o encaminhamento no sentido de ampliar os espaços de debates com temáticas específicas, como é esta audiência pública, mas que esse tipo de procedimento em audiência pública não se restrinja à proposição espacial dos espaços políticos. Que as audiências públicas devem ir ao encontro da sociedade. Então, que não as faça nas Câmaras e Assembleias, mas que se procurem espaços para realizá-las nas comunidades.

Em segundo lugar, é uma questão de expandir as ações afirmativas, basicamente as cotas — não só cotas estudantis, mas também cotas para concursos públicos e para alocações no serviço onde o Estado tenha possibilidades.

A terceira, Sr. Presidente, que ainda é muito falha a nosso ver, é incentivar a prática de esportes e aparelhar as comunidades com aparelhos públicos, possibilitando que essas comunidades façam vínculos tanto relacionados com a educação quanto com o esporte. Colocando esta questão, o exemplo do esporte foi um dos utilizados pelo Bairro do Brooklyn, nos Estados Unidos, através de campeonatos de basquete noturnos, vinculando com o *hip hop*, o que fez com que diminuísse o percentual de violência naquele local.

Sr. Presidente, para concluir, nós ainda falamos aqui, e já ouvimos o bastante, que grande parte da violência vem também da estrutura policial. Nesse sentido, torna-se imprescindível que se tenha uma formação de segurança pública mais humanista e humanizada, verificando que os profissionais de segurança



pública tenham a necessidade de uma formação em direitos humanos, com uma crítica maior à situação da sociedade atual, de modo que a polícia possa ser também um ator protagonista da diminuição dos índices de violência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Eduardo Rodrigues.

(Não identificado) - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)* Sou gente! Sou mulher! Sou mãe! Sou tia! Sou avó! Sou ser humano! Também eu tinha um sobrinho vítima da polícia; também tive uma irmã assassinada! Também já fui estuprada. De que violência mais vocês querem que eu fale? Da violência de 8 anos sem exercer minha profissão de educadora por estar batalhando um espaço de memória, e com a linguagem artística, aqui. Com arte e educação, sim. Eu não sou uma artista de perfumaria, sou uma “artevista” — a arte como instrumento de libertação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir, companheira.

(Não identificado) - Já vou concluir. Para muitos jovens aqui, é muita novidade. O que eu estou ouvindo... As coisas, os melhores anos da minha eu estive na periferia, lutando pelos mesmos objetivos de vocês, para dizer que aquela jovem lá do passado está aqui, ó! Aos 54 anos, e batendo no peito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bem, companheira! *(Palmas.)*

(Não identificado) - Estou marcada para morrer. *(Ininteligível)* Corrupto tem nome. Quem são os responsáveis? Quem são os bandidos? Espero que não se ofendam, mas não posso pedir desculpas pela minha honestidade. Os bandidos estão nos gabinetes, de terno e gravata! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, companheira.

Quero convidar o Clériston Cavalcante de Macêdo, da Defensoria Pública do Estado da Bahia, e registrar a grande parceria de todas as Defensorias Públicas estaduais com o nosso trabalho. Muito obrigado pela presença.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Novamente, muito obrigado, companheira.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, companheira. Bela intervenção! Bela contribuição! *(Palmas.)*

Quero agora convidar a próxima oradora, a Sra. Luana Malheiro, Professora da Universidade Federal da Bahia e membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas.

A SRA. LUANA MALHEIRO - Na verdade eu não sou professora da universidade, sou do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas; sou da Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas.

Gostaria, primeiro, de agradecer o convite. Vou pontuar a importância de que a gente traga a pauta da mudança da política de drogas para o debate dos homicídios da juventude negra. Isso porque eu acho que a gente já chegou a um momento político em que a gente consegue fazer com que o Estado assuma que é responsável pela morte da juventude negra. Mas a juventude negra morre em nome de algo maior. Então dentro do movimento de mudança da política de droga, a gente diz que essa população tem morrido em nome de uma guerra, que é a guerra às drogas. E, dentro de um sistema de guerra, a gente sabe quem mata e a gente sabe quem tem morrido. Então, nosso movimento tem tentado construir uma agenda alternativa que tenha dois objetivos principais: primeiro, pontuar quais são os conjuntos de danos que essa atual política de drogas tem causado, principalmente para o grupo jovem, e principalmente para a juventude negra; e, em um segundo momento, a gente pontua a necessidade de se construir outra política de drogas que não viole o direito das pessoas, mas que possa garantir o acesso a outros direitos sociais.

Podemos dizer que a gente tem 40 anos, por aí, desde que o Brasil, junto com os Estados Unidos, anunciou a adesão a uma guerra às drogas. E essa guerra às drogas têm causado inúmeros custos sociais: mortes, prisões superlotadas, milhares de vidas destruídas, e nenhuma redução na circulação das substâncias proibidas.



Então, a gente diz que o direcionamento da atual política de drogas tem aumentado o número de mortes violentas, tem aumentado o consumo de drogas. Hoje, nós temos drogas muito mais variadas, muito mais diversificadas do que, por exemplo, há 40 anos, antes de ser instaurada a guerra às drogas. Nesses anos todos, então, de guerra às drogas, todas as drogas ilícitas foram se tornando mais potentes, mais diversificadas e muito mais acessíveis do que eram antes de serem proibidas.

Então, é nosso dever pontuar que a atual política de drogas, a atual estratégia da guerra às drogas tem subsidiado um clima político, onde a gente percebe, por exemplo, a enorme violação de direitos humanos causada pela polícia, quando entra numa comunidade em nome do combate ao tráfico — e entra nessa comunidade de uma forma violenta, não é? Então, a gente pontua que só num ambiente de guerra a gente tem um número de mortes como hoje a gente tem no Brasil. Só em nome da guerra às drogas a gente pode construir um ambiente onde o Brasil seja campeão mundial em número de homicídios. Aí, não adianta a gente discutir segurança pública e direitos humanos, se a gente não consegue pontuar e localizar o marco legal da nossa atual política de drogas.

Então, a gente defende a regulamentação e a legalização de todas as drogas tornadas ilícitas. A gente entende que a proibição das drogas causou uma série de custos sociais que têm sido muito caros, não é? O número de mortes tem sido muito maior do que antes do marco da guerra às drogas.

A gente diz, então, que a atual política de drogas tem um foco na repressão. Então, a gente tem uma briga aí, dentro da política de drogas: de um lado, a gente tem o foco na repressão, e, no outro lado, a gente tem um tímido foco na proteção social.

Tem 10 anos que eu trabalho em projetos sociais ligados ao Governo, ligados a ONG, que atuam diretamente com jovens em situação de consumo de drogas e de tráfico de drogas, e nenhuma das propostas de que eu participei, por exemplo, teve a duração de mais de 1 ano. Então, digo isso para demonstrar a fragilidade que as políticas de proteção têm no Estado da Bahia e no Brasil inteiro. Em 1 ano, você pega um jovem que está envolvido no tráfico de drogas, você começa a trabalhar com ele, você começa a construir vínculo, você começa a costurar uma rede. Depois



de 1 ano, depois que você começou a fazer um trabalho com esse jovem, é quando o projeto, então, se interrompe.

Então, a gente precisa debater uma nova ordem de financiamentos para os projetos sociais, para as políticas de proteção a essas pessoas. O Estado não pode se furtar a ter um plano, minimamente um plano para os jovens que estão envolvidos no tráfico de drogas, que é hoje uma situação real dentro das comunidades. O tráfico de drogas tem chegado muito mais rápido do que a proteção social, do que os direitos humanos, do que as outras políticas.

Então, a gente tem, o nosso movimento tem uma política, tem uma proposta bem fundamentada para atuar com esses jovens. A gente não pode abrir mão e esquecer que existe uma parcela de jovens que hoje veem no mercado do tráfico de drogas uma possibilidade real de sustento da sua família. Então, é preciso que a gente construa uma proposta que possa... Que a gente possa entrar de frente com o tráfico de drogas!

A gente diz, então, que o mercado de drogas, atualmente, dentro desse sistema da guerra às drogas, ele é altamente lucrativo, não regulado pelo Estado, o que possibilita o que a gente chama de uma repressão seletiva. A gente sabe que existe tráfico de drogas em outros bairros da cidade; a gente sabe que existe tráfico de drogas na Pituba; a gente sabe que existe tráfico de drogas, inclusive um alto tráfico de drogas nas classes mais ricas. A gente presenciou ser encontrado 1 quilo de cocaína no helicóptero de um candidato, e nada ser feito. E aí a gente vê, diariamente, a repressão que se volta só para a juventude pobre, só para a juventude negra.

Então, a gente vive no Brasil uma repressão que é altamente seletiva. A gente sabe que hoje essa questão do mercado... Quem sustenta o grande mercado de drogas, quem sustenta o grande mercado de armas, com certeza não está nessas comunidades. Então, a gente... Uma das nossas pautas é que a gente não pense só, como política pública para essas comunidades, nas UPPs, mas que a gente possa pensar e complexificar mais a questão e trazer outras variáveis, trazer as políticas que possam reencantar esse jovem, reinserir esse jovem dentro do mercado de trabalho.



Então, a gente... Eu ouvi uma companheira falar da questão da pena de morte na Indonésia, e como a Dilma ficou indignada, e eu também. É uma questão que a gente traz, também, porque a gente já tem pena de morte para traficantes pretos e pobres aqui no Brasil. E a gente não debate isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir.

A SRA. LUANA MALHEIRO - Hã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Já se passaram 5 minutos. A senhora tem 1 minuto de tolerância.

A SRA. LUANA MALHEIRO - E a gente não debate essa questão. A gente precisa construir um debate muito mais claro, trazendo todas essas variáveis. Todos os dias morrem traficantes dentro das comunidades. E isso é completamente ilícito, completamente ilegal, porque qualquer pessoa que pratica um ato ilícito precisa passar por um julgamento.

Então, para concluir, a nossa organização, a Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas, se opõe enfaticamente à política proibicionista e repressora baseada na ideologia da guerra às drogas, guerra essa que referenda ações como internação compulsória, encarceramento em massa, genocídio da juventude negra e periférica, assim como a criminalização da pobreza.

Aproveitamos para alertar sobre a necessidade de se mudar a ordem do investimento público para tais fins, sugerindo uma nova ordem que priorize investimentos para políticas de saúde pública, assistência social, cidadania, cultura e não unicamente de segurança pública.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Luana, pela bela contribuição.

Passo a palavra ao Clériston Cavalcante de Macêdo, Defensor Público Geral do Estado da Bahia.

O SR. CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO - Boa a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar as pessoas por meio do Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes, e agradecer o convite para fazer parte desta Mesa tão importante e que debate um problema que a gente precisa enfrentar de forma corajosa.



Mais do que dados — eu vou tentar ser rápido, até pelo tempo que me foi concedido —, eu gostaria de trazer algumas reflexões.

A Defensoria Pública não pode se afastar desse tema. Afinal de contas, a maioria dos usuários do serviço da Defensoria Pública são pessoas vulneráveis. E a gente precisa aprofundar o debate, de forma que a gente traga alternativa para a implementação de políticas públicas, para que esse problema seja resolvido.

Nesses 60 dias em que eu estou à frente da Defensoria Pública como Defensor Público-Geral, tenho buscado parceria em relação à transversalidade dos serviços dela, a fim de capacitar jovens, através de cursos profissionalizantes, junto com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia — SETRE e o IPAC.

Isso é apenas uma pincelada, porque eu estou tentando ser objetivo.

A gente precisa também falar a respeito dos grupos de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas, como PROVITA e PDDH. De que forma, não só com a segurança ostensiva de policiais, esses serviços de proteção podem ser mais bem implementados?

A gente também não pode se afastar de algumas discussões. Por exemplo, aqui na Bahia há o Baralho do Crime. A gente tem que fazer uma discussão sobre isso. Eu não quero entrar no mérito, mas eu acho que é importante que a gente faça uma discussão sobre isso e sobre o auto de resistência. Eu estou trazendo para o Legislativo do Estado uma proposta, através de uma iniciativa do CNJ — eu até conversei com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça aqui da Assembleia, Deputado Marcelino Galo, na semana passada —, em relação à audiência de custódia. A partir do momento em que for implementada a audiência de custódia, certamente esse auto de resistência vai perder a força. O que é audiência de custódia? É a apresentação, em 24 horas, da pessoa presa em flagrante perante um juiz, um defensor e um promotor. Isso vai diminuir bastante o excesso do Estado. E nós temos um Deputado aqui que é ex-delegado em Minas Gerais. E a gente entende que isso é importante para a implementação da segurança das pessoas que estão sendo conduzidas.

A gente precisa trazer para discussão, na Assembleia, essa legislação, que pode ser feita como está sendo feita no Rio de Janeiro, através de uma proposta de



um Deputado que cria uma lei no Estado para tornar efetiva essa audiência de custódia.

Nós, defensores públicos gerais do Brasil, através do nosso colegiado, estamos assinando, ainda este mês, com o CNJ e com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski... A Defensoria Pública do Brasil é a primeira instituição que está se colocando parceira nesse projeto do CNJ; só que a gente quer tornar isso mais efetivo, Deputado. A gente entende que essa lei vai diminuir bastante as violações dos direitos humanos nos autos de resistência.

Há muito que falar. Mas até pelo tempo, eu gostaria de me colocar à disposição.

Deputado, V.Exa. esteve ontem com a Defensora-Geral de Minas Gerais. Ela me pediu que transmitisse a V.Exa. a intenção dos defensores públicos gerais do Brasil nessa discussão. A gente pode ir à Câmara Federal para colocar números mais efetivos. A gente está sempre disposto a contribuir com o debate e com a implementação de políticas nesse sentido.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Clériston Cavalcante.

Eu quero aqui assumir o compromisso de convidá-los a participar de uma audiência na Câmara dos Deputados. A Defensoria Pública tem sido parceira em todos os Estados, presente, acompanhando os trabalhos, e tem organizado vários seminários pelo Brasil, inclusive com o Ministério Público Federal, com o título *Genocídio de Jovens Negros e Pobres no Brasil*, tendo a coragem de pautar esse tema.

Quero também passar para as notas taquigráficas e para a Relatoria um documento do movimento Resistência Comunitária que chegou até a esta Presidência. Eu vou repassá-lo à Relatora, que vai entregá-lo aos assessores da CPI e aos responsáveis pelas notas taquigráficas.

Também quero comunicar que o Vereador Luiz Carlos de Souza, Luizinho — está aqui desde cedo, tem agenda agora —, traz um manifesto contra a redução da maioria penal e o auto de resistência, junto com o Deputado Federal Márcio



Marinho e os Deputados Estaduais José de Arimatéia e Sidelvan Nóbrega, também do PRB, para registro nas notas taquigráficas da CPI.

Em nome do Deputado Márcio Marinho, quero agradecer a contribuição da *TV Record* para dar visibilidade a esse debate, o que é importante. Ela tem acompanhado. Fez matérias importantes lá em Brasília, retratando a morte de um jovem e o valor dele, não o deixando ser culpado pela própria morte. Ela também acompanhou a nossa ação no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, e está aqui acompanhando os nossos trabalhos no Estado da Bahia.

Então, quero agradecer ao Deputado Márcio Marinho a mobilização. E, em nome dele, eu agradeço à *TV Record*.

Passo a palavra ao Deputado Marcelino Galo, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui da Assembleia Legislativa. Agradeço também, em nome dele, à Assembleia o apoio aos nossos trabalhos no dia de hoje.

O SR. MARCELINO GALO - Quero saudar o Presidente Reginaldo Lopes por essa iniciativa extremamente necessária à nossa realidade, uma CPI como esta, que vai ter o objetivo de sistematizar, aprofundar... Quero saudar os Deputados Federais da nossa terra: Davidson Magalhães, João Carlos, até há pouco tempo colega nosso nesta Casa, Bebeto, Delegado Edson, a nossa Relatora aqui. Também queremos saudar os Deputados Estaduais Maria del Carmen e Bira Corôa, que têm um histórico nessa luta. Com o Deputado Bira Corôa, temos um trabalho conjunto nesta Casa. Já tivemos uma oportunidade... Aqui há a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, que é regimental. É assim que está se colocando. Temos um debate profícuo, um trabalho conjunto com a Comissão de Combate ao Racismo e à Desigualdade.

Então, essa questão é essencial, porque inclusive nós já fizemos vários debates interessantes, importantes para a nossa realidade. E deveremos e poderemos disponibilizá-los para esta CPI, porque esta Casa já discutiu a violência contra a juventude e com recorte de classes, com recorte racial. Aqui já discutimos a relação da mídia com a violência, a forma como a mídia expõe, e, principalmente, com muito mais intensidade, a questão da juventude e da juventude negra. Porque este é um Estado negro, com relevância muito grande. Então, é um material



riquíssimo que já vem sendo debatido, está produzido e que, com certeza, deverá estar à disposição de vocês.

Quero dizer também que esta Comissão se colocará — nós já combinamos conjuntamente — como uma base para esta CPI. Nós já combinamos também que deveremos ter uma Subcomissão que deverá fazer um trabalho específico de acompanhamento e participação nesta Comissão no nosso Estado. Então, esse trabalho é muito importante.

Nós entendemos que estamos tratando de um desafio dos mais cruciais para a democracia brasileira. Então, durante esses 30 anos de nascedouro, de incipiente construção da democracia, nossos desafios em relação a direitos humanos e segurança pública se colocam com importância muito grande, porque, se formos ver todos os indicadores de áreas sociais, como educação, saúde, natalidade, índices de mortalidade, em todos eles nós avançamos, e muito. No entanto, na questão da segurança pública, em alguns segmentos, principalmente no que diz respeito à questão da vida, aos homicídios e à investigação, nós decaímos, e muito. Então, isso diz respeito a um modelo de segurança pública que precisa ser refeito. Essa arquitetura não atende mais à questão nacional.

Aqui temos de discutir um pacto federativo, rever o papel do Estado. É preciso que o Estado tenha mais responsabilidade, é preciso que os Municípios sejam incorporados e que a gente rediscuta e aprofunde a discussão. Mas, ao final disso, que a gente tenha a capacidade — e aí é o que se quer aqui — de apresentar sugestões de políticas públicas consequentes, de mudanças estruturais para que a gente tenha um novo modelo de segurança pública que atenda à sociedade e que tenha uma relação direta com os direitos humanos.

Nós vemos o direito à segurança pública sem o direito à vida. Assim é impossível um país conseguir construir uma política significativa de direitos humanos. Então, é nesse sentido que nós estamos trabalhando. E quero dizer a vocês que, já no dia 19, trataremos de uma questão fundamental, de que a nossa companheira da Mesa tratou aqui, que é a política de drogas. É preciso separar a política de drogas, é preciso ter outras políticas de prevenção, tratá-las quanto à questão de saúde. A política de segurança pública não pode consumir a maioria de



seus recursos. É preciso ter como prioridade a política da droga, que, isso sim, legitima uma ação violenta, seletiva e perversa do aparelho repressivo do Estado.

Já discutimos a questão fundamental também da desmilitarização, através do foco principal, da PEC 51. Enfim, estamos retomando a tradição, desde que o Deputado Yulo Oiticica deixou esta Comissão, de ali se discutir basicamente a questão da segurança sob o foco daqueles que se pretendem especialistas, que são ex-militares ou militares na ativa, e que a gente não vê. A gente acha que esse é um debate que interessa profundamente à sociedade. Se a sociedade não se apropriar, não conduzir esse debate, vai ficar muito difícil a gente avançar.

Então, era isso o que eu queria dizer dentro dos nossos 5 minutos.

Mas eu queria dizer mais uma vez, Sr. Presidente, Sra. Relatora, que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia está à disposição. E, com certeza, para as consequências que deverão ser dadas a este momento, seria importante a nossa participação, o nosso trabalho conjunto

Então, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Marcelino Galo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Quero passar a palavra ao Deputado Bira Corôa, Presidente da Comissão Especial da Promoção da Igualdade da Assembleia Legislativa.

O SR. BIRA CORÔA - Bom dia, já quase boa tarde, a todos e a todas. Quero, inicialmente, saudar toda a Mesa, em nome do Presidente desta Comissão, Deputado Reginaldo Lopes. Saúdo também todos os Deputados e Deputadas aqui presentes, em nome da Relatora Rosângela Gomes, e todos os Deputados Federais que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero reafirmar a importância de o Congresso Nacional ter focado uma Comissão tão importante para discutir uma problemática que assola todo o povo brasileiro e que, em especial, conduz ao genocídio negro, e não apenas da juventude negra, porque a porta de entrada, sem dúvida, são os jovens, mas porque a consequência é o extermínio de todos os negros e negras neste País.

Conseqüentemente, quero saudar todos os Deputados Estaduais aqui presentes, em nome do Deputado Marcelino Galo. Por uma questão de tempo, eu não vou citar o nome dos colegas Deputados e Deputadas aqui presentes.



Quero saudar todos os Vereadores e Vereadoras em nome do Vereador Sílvio Humberto. Quero destacar e saudar o Governo do Estado. Saúdo todos e todas em nome do Secretário Geraldo.

Quero também saudar a sociedade civil organizada, que tem tido um papel importante nesse processo de luta, em nome das entidades aqui representadas, como a UNEGRO, entre outras entidades presentes aqui hoje.

Sendo muito breve, quero dizer, Sr. Presidente, que o Deputado Marcelino pontuou algumas das atividades que esta Casa vem desenvolvendo através da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Promoção da Igualdade. Estamos irmanados em um processo de luta, o que já fazíamos junto com o Deputado Yulo Oiticica, e ora damos continuidade com o Deputado Marcelino, à frente da Comissão de Direitos Humanos.

No contexto geral, esta audiência tem um significado especial, que é trazer uma problemática que a gente debate no cotidiano das nossas vidas nesta Casa, na cidade de Salvador e no Estado da Bahia. Mas agora a gente consegue ter um elo direcionado, e cada vez mais consistente, a um plano nacional. Nós temos hoje um relatório nacional que nos dá dados, e que nos embasa inclusive para este debate e nos afirma, cada vez mais, as posições que temos de assumir daqui para frente.

Primeiro, deve estar claro para a sociedade civil organizada e para o poder legislativo constituído, seja no plano nacional, seja no plano municipal, seja no plano estadual, seja no plano federal, que não dá para a gente discutir segurança apenas como caso de polícia; não dá para discutir violência apenas com o dedo do Estado, que é a polícia, chegando às pontas; e não dá para a gente acreditar que vai conter a violência utilizando essa política e, acima de tudo, utilizando a polícia como representante do Estado, que, na sua configuração, já não responde aos interesses da sociedade, porque ela está montada num padrão e numa estrutura metodológica que não respondem para a contemporaneidade que nós estamos vivendo. Não dá para a gente ter uma polícia que foi criada para ser repressora, para estar num “Estado Novo” — entre aspas. Não dá para essa polícia ainda ter como grande argumento, na justificativa das suas ações, um auto de resistência. Não dá para a gente encarar uma transformação com a militarização. Não dá para a gente jogar para a sociedade que vamos corrigir ou reduzir a violência com dados falsos e



fantasiosos, propagandeados por outros interesses que afirmam que, reduzindo a maioria penal, a gente vai, sem dúvida, estancar a violência.

Muito pelo contrário. Estamos aí lidando com um conjunto de ações paliativas que, de saída, nós temos consciência de que não vai resolver. Muito pelo contrário, iremos, sim, atender a mais um interesse do domínio, que é aumentar a população carcerária, que é colocar no mundo do crime cada vez mais menoridade, porque esse é o texto final. Nós não temos registros de recuperação satisfatória dos que passam pela condição de cárcere. Nós temos, sim, dados que nos afirmam que lá nós estamos colocando jovens cada vez mais para a escola do crime ou para a universidade do crime.

Conseqüentemente, essas são as ações que temos que discutir. Não dá para discutir e combater a condição de extermínio ou a condição de genocídio da juventude negra com o modelo que aí está. Temos que ter a disposição e a coragem de enfrentar inclusive o Judiciário, que hoje é corresponsável por essa situação, porque a gente não vê a continuidade dos processos e dos inquéritos. Conseqüentemente, esbarram nos interesses e são estagnados.

E não podemos assistir e permitir que o Estado seja o instrumento da repressão e da ação de extermínio. Não dá para a gente ter aí... Estamos vivendo isso no Brasil, especialmente na Bahia, onde a polícia, que é a representação do nosso Estado, está participando de sequestros, de extermínios, de atos como os que a gente aqui vivenciou no dia de hoje e que foram citados, e de muitos outros.

Nós temos aqui hoje em discussão e nós acompanhamos pela Comissão pelo menos nove famílias dessa cidade, Salvador, que têm filhos desaparecidos e que, por dados das famílias e da vizinhança, foram retirados do seio da sua família ou da sua comunidade pela ação da polícia e que não apareceram até hoje, afora os que já foram encontrados e que, comprovadamente, por ação da polícia, foram exterminados.

Então, não podemos permitir essas ações.

Exatamente esta audiência, Sr. Presidente, Srs. Deputados Federais, é importante para que a gente possa unir a ação de luta da sociedade civil organizada com os Poderes constituídos, como o Legislativo, e, conseqüentemente, ter a capacidade de fazer o enfrentamento necessário para as transformações, seja com



a queda do auto da resistência, seja com o assegurar, acima de tudo, do direito de cidadania e de tratamento, para consolidação de uma nova polícia, uma polícia cidadã de fato que trate, independente da epiderme, independente da orientação sexual, independente do gênero, independente da opção religiosa, todos como iguais. *(Muito bem! Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bira Corôa.

Quero também registrar aqui a presença da Vereadora de Salvador, Aladilce Souza, que também tirou uma manifestação de aplauso aos trabalhos da CPI, a que quero agradecer. E também a bancada tirou uma manifestação contrária ao projeto de redução da maioria penal.

Então, muito obrigado. *(Palmas.)*

Agradeço, na pessoa do nosso Deputado Davidson Magalhães... Nossa Vereadora está presente?

Muito obrigado!

Quero passar a palavra para o nosso Vereador Sílvio Humberto, daqui de Salvador também.

O SR. SÍLVIO HUMBERTO - Boa tarde a todos e todas!

Cumprimento o Presidente desta CPI histórica, o Deputado Federal Reginaldo Lopes. Quero cumprimentar também a Relatora, Deputada Rosângela Gomes, e cumprimentar os demais Parlamentares: Deputado Beбето, Deputado João Carlos Bacelar, Deputado Davidson Magalhães, Deputada Estadual Maria del Carmen, Deputado Márcio Marinho, Deputado Estadual Bira Corôa, Deputado Estadual Marcelino Galo, e minha colega de bancada de oposição, a combativa Vereadora Aladilce Souza.

Sobretudo, quero cumprimentar aqui essa capacidade enorme que eu diria de enfrentamento e de convencimento do Movimento Social Negro. Se não fosse essa capacidade de convencimento, de lutar numa época em que pregávamos no deserto... Porque a gente está falando da questão racial hoje ocupando o centro do debate. Mas eu lembro que, quando eu entrei no movimento negro, lá no início dos anos 1980, essa era uma agenda, Deputado Beбето. E, naquela época, isso não conseguia alcançar além do ambiente do movimento negro. E justamente graças à



nossa capacidade de enfrentamento, à nossa capacidade de convencimento e de demonstrar que o racismo estruturava, naquela época, e estrutura até os nossos dias as relações sociais, as relações de poder...

Os dados que se tem hoje em relação à violência são porque nós introduzimos o quesito cor. Até então, o que se iria fazer? Iriam simplesmente falar que os pobres estavam morrendo. E nós afirmávamos que a pobreza tem cor, tem idade e tem gênero. Foi este o avanço, foi esta a capacidade de muitos, até anônimos, que aqui não estão, esta capacidade de enfrentar em diversas dimensões que trouxe isso para o centro do debate. Porque, na próxima quarta-feira, serão 127 anos da Abolição da Escravatura, historicamente uma data a ser lembrada. Mas nós também desconstruímos essa data com o vazio que aqui se colocava como um presente, e se tirava dali todo o processo de luta, do que significou para os sujeitos a abolição da escravatura. E mostrávamos a todo momento que, se se conseguiu a liberdade, que foi fruto da nossa luta, não se chegou à tão clamada igualdade!

O racismo leva a uma naturalização desse genocídio; são corpos que não contam. E, quando nós denunciemos aqui... O Movimento vem e demonstra que essa juventude não é levada em consideração, que essa juventude não conta, que tem uma sucessão de “nãos”. Porque nós somos fruto de uma sucessão de “nãos”. E essa juventude que cai nas ruas, que entra nas estatísticas, é justamente aquela juventude que — você que lida dentro de um movimento social buscando construir outra alternativa — é um verdadeiro desperdício de talentos, jogados fora diariamente.

O que o nosso País tem de maior valor, em termos da adversidade, nós jogamos fora. E olhamos para fora do nosso País e buscamos valorizar. E isso vai, assim, desde pequenas ações a...

Eu estava comentando com o Elder, e ele disse: *“Ah! Tinha um empresário aqui”*. Eu disse: *“É importante que estivesse aqui outra parte da sociedade civil, os empresários, porque uma parte das oportunidades que não chegam é porque essas pessoas simplesmente não abrem as oportunidades para essa juventude”*.

A gente não pode dissociar este debate de uma inserção produtiva dessa juventude. É preciso dizer que essas pessoas fazem a diferença, que não vai ser só “negro; profissão: cor para jogar bola” — e agora bem mal, porque os dados estão aí



mostrando isso. Mas, olhem a cidade de Salvador! Quando eu penso no Município de Salvador, do ponto de vista do DNA, quando você olha para a ilha da Jamaica, você vê que ela tem o mesmo DNA de Salvador. E você não consegue, desse ponto de vista, com esse esporte aqui, gerar não só um esporte de alto rendimento, mas também um esporte que venha a proteger essa juventude.

Então, as soluções estão dadas na medida em que se precisa potencializar, o que essas organizações que lutam em defesa dessa juventude já o fazem. Às vezes, não é preciso estar inventando coisas, não. As soluções estão dadas. Agora, é preciso lembrar que é com política. Política são também escolhas, e esta é uma Casa política. É preciso escolher, porque essa juventude precisa estar viva e orgulhosa. E precisam saber que essa juventude conta. Porque eu venho de uma organização que há 22 anos vem se importando com essa juventude, e que vem, apesar dos obstáculos, criando oportunidades.

E o Estado tem chance, tem as possibilidades. Continuamos a centrar no Estado — mesmo sendo as pessoas que construíram a sua vida pela esquerda —, centrando e fazendo o Estado girar da mesma forma. A gente precisa de mudanças, a gente precisa quebrar paradigmas, porque da forma em que está a gente não muda, a gente não altera as regras. A gente precisa criar essas oportunidades. E como é que nós vamos criar essas oportunidades? Reconhecendo que, de fato — e eu não acho que tem dúvida —, não é preciso ter mais números: o racismo estrutura; as pessoas morrem porque são negras, não porque são pobres. E elas, de tão negras, e as brancas, de tão pobres, terminam virando negras, e viram estatísticas. Mas nós sabemos que os brancos pobres têm mais oportunidades.

Nós vivemos... Eu me lembro de um diálogo que teve nesta Casa, aqui, Sr. Presidente, que foi em torno da aparente contradição, do paradigma, de uma aparente contradição que haveria: ao mesmo tempo você tem um maior acesso de jovens negros nas universidades, de 18 a 24 anos, e, ao mesmo tempo, é essa juventude que é o alvo, que é a mais vulnerável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir, Vereador.

O SR. SÍLVIO HUMBERTO - Concluindo, Sr. Presidente, não é, não tem contradição; teria contradição se o racismo não estruturasse o poder. Se o racismo deixasse de estruturar o poder, você poderia dizer assim: para o negro que ascende



socialmente, o seu problema está resolvido. E não está; ele continua enfrentando as estatísticas. E isso vai piorar se a gente não tomar — e por isso o caráter histórico desta CPI —, se a gente não tomar providências reais para sair justamente da retórica.

Na Câmara de Vereadores nós aprovamos recentemente, na última quarta-feira, uma moção de repúdio a esse projeto, esse PL 171 — que é um verdadeiro 171 contra a juventude negra deste País! (*Palmas.*)

Nós aprovamos essa moção de repúdio. Amanhã, Sr. Presidente, nós vamos fazer um debate na Câmara de Vereadores, pela Comissão de Reparação, discutindo o modelo de segurança pública e direitos humanos. Mas a gente sabe que também cabe ao Município — que até hoje não tem fundo municipal para a juventude, que não tem o número de creches adequadas; porque nós sabemos que essa juventude não brota do asfalto. Então é preciso determinação, é preciso se importar com as pessoas, é preciso dizer que as pessoas são muito mais importantes do que as coisas da cidade. Se a gente não mudar essa visão, nós vamos continuar, infelizmente, daqui a mais 10 anos, com mais, aumentando o número. É como disse o finado Ministro Thomaz Bastos: “*Estamos embaixo enxugando a água com a torneira aberta*”. E a gente não está aqui para estar desperdiçando talentos!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, nosso Vereador Sílvio Humberto, pela belíssima contribuição.

Quero passar a palavra para o Dr. Maurício Teles Barbosa, que está sendo representado aqui pelo Coronel Admar Fontes, representando o Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia.

O SR. ADMAR FONTES - Boa tarde, Deputado Reginaldo Lopes, Deputada Rosângela Gomes, nas pessoas dos quais eu saúdo toda a Mesa e todos os demais.

Em primeiro lugar, quero parabenizar a Câmara dos Deputados pela iniciativa desta CPI de apurar as mortes dos jovens, preocupação esta que deve ser de todo ser humano. Todo ser humano tem o direito à vida. Então nós temos que estar preocupados com a morte de outro ser humano, inclusive da forma como está



ocorrendo: de forma violenta. Com esta preocupação com as mortes... O Governo do Estado da Bahia tem se preocupado muito com isso; o Secretário de Segurança Pública também tem se preocupado com isso. E o Governo mantém o Pacto pela Vida, que foi iniciado no Governo de Jaques Wagner e que continua agora no Governo do Dr. Rui Costa. Nós temos os esforços do Programa Pacto pela Vida, que vem reduzindo o número de homicídios, desde 2009, em 24%; dados relativos a 2014, são 415 homicídios a menos. São dados que estão na minha mão. Desde 2012, o número de CVLIs entre jovens de 15 a 29 anos vem caindo em Salvador, e na RMS caiu 26,7%. São dados e é realidade. Os fatos que acontecem aqui na Bahia, em especial que aconteceram aqui em Salvador, estão sendo apurados ou foram apurados, em sua maioria, com o acompanhamento do Ministério Público. Isso prova celeridade e lisura nos acontecimentos.

Então, nós tivemos o caso do Giovane, com acompanhamento do Ministério Público — foi citado aqui —, e a guarnição da RONDESP vai ser responsabilizada juridicamente e vai ser submetida ao processo lá na frente, ao julgamento. E tantos outros que venham realmente a cometer um deslize serão submetidos a um processo e encaminhados à Justiça, para que ela decida sobre o que os policiais militares, civis ou quaisquer outros fizeram ou não fizeram.

Dessa forma é que deve ser feito. É essa a preocupação do Pacto pela Vida. Nós temos que nos responsabilizar pela vida uns dos outros. Por isso, Deputados, nós estamos aqui, em nome do Governo do Estado, para dizer que essa preocupação pela vida também é uma preocupação do Estado da Bahia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Coronel Admar Fontes.

Passo a palavra para o representante do Governador Rui Costa, Sr. Geraldo Reis, Secretário de Justiça do Estado da Bahia.

O SR. GERALDO REIS - Boa-tarde a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Federal Reginaldo Lopes, que preside esta CPI, e na oportunidade registrar que consideramos de suma importância que uma Comissão de Inquérito dessa natureza tenha à sua frente uma pessoa do seu perfil, com a sua história, com o seu compromisso. Quero cumprimentar também a Relatora desta Comissão, a Deputada Rosângela Gomes, pessoa de quem todos aqui sabem da



sua história, da sua capacidade, da sua credibilidade; o Deputado Marcelino Galo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; o Deputado Bira Coroa, Presidente da Comissão de Igualdade Racial; a Sra. Ângela Guimarães, Secretária-Adjunta Nacional de Juventude; o Sr. Clériston Cavalcante, da Defensoria; o representante da OAB, que já saiu, Dr. Eduardo; o Coronel Admar; o Vereador Sílvio; a Sra. Luana Marinho, pesquisadora da UFBA; os Srs. Deputados membros desta Comissão; os representantes aqui da sociedade civil; as lideranças dos movimentos sociais; os familiares de vítimas.

Eu gostaria de dizer, em nome do Governador Rui Costa, que, em primeiro lugar, o Governo da Bahia reconhece a importância desta CPI, e, mais do que reconhecer a importância desta CPI, o Governo da Bahia reconhece como não natural o quantitativo de jovens negros e pobres que são mortos no Brasil e na Bahia. Mas, ao mesmo tempo, nós gostaríamos de fazer uma breve reflexão acerca da complexidade desse fenômeno. Muitas vezes, uma visão dualista não dá conta dessa complexidade. Consideramos, por exemplo, muitas vezes, que essa discussão é pautada pela seguinte dualidade: trata-se da ausência do Estado ou da presença do Estado? Trata-se de resultado de inclusão social ou de exclusão social?

Curiosamente, é exatamente a partir de 2002, quando o mercado de trabalho formal se torna mais dinâmico, quando diminui sensivelmente a taxa de desemprego, quando aumenta sensivelmente a renda média do trabalhador, quando se diminui a precarização do trabalho, quando se estendem as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, entre outros, quando o salário mínimo aumenta substancialmente, pois curiosamente, senhores, é exatamente nesse mesmo período de crescimento econômico, de inclusão social, que nós vemos os números se alavancarem fortemente.

É exatamente nesse período. Para se ter uma ideia, tenho aqui em mãos uma matéria da *Folha de S.Paulo* sobre assassinatos de jovens elaborada por alguns pesquisadores, inclusive um pesquisador do IPEA, onde se registra que, em 2002, mais de 27 mil jovens foram mortos, foram assassinados. Em 2012, no plano nacional, esse número caminha para 30 mil.



Entretanto, há que se considerar a diferenciação, a devolução desse fenômeno a partir das várias regiões, porque, curiosamente, o Sudeste teve uma queda de 37% em homicídios de jovens negros e pobres. Ao mesmo tempo, houve um aumento na Região Sul, na Região Centro-Oeste e, sobretudo, na Região Norte e na Região Nordeste. E nós sabemos que, nos últimos 10 anos, o Nordeste foi a Região que teve o maior percentual de crescimento econômico, onde houve maior incidência das políticas de transferência de renda. Então, é necessário que nós tenhamos um pouco mais de atenção para entendermos a essência desse fenômeno. Não se trata de negar o fenômeno.

É necessário dizer, também, que na Bahia aumentou substancialmente o número de jovens negros e pobres que foram mortos. Da mesma forma, aumentou também, substancialmente, o número de homicídios em geral. O número de vítimas de homicídios na Bahia, em 1996, era de 1.883 ao ano. Em 2007, nós percebemos uma guinada, chegando, em 2012, a 5.879 homicídios. Então, nós não estamos aqui para esconder este grande problema. Mas observamos, também, que a partir de 2010 há uma estabilidade. Conseguiu-se estancar essa guinada, essa subida substancial no crescimento do número de homicídios, em especial de jovens negros.

Nós observamos, também, que em Salvador, por exemplo, no ano 2000, foram vítimas de homicídios 645 pessoas; em 2006, foram 968; em 2007, há uma guinada, há uma subida bruta para 1.732 vítimas. Depois de 2008, em Salvador, começa um processo de declínio, caindo, por exemplo, em 2014, para 1.321. Isso é para se comemorar? Não, de forma nenhuma. Mesmo que tivesse caído pela metade, de 5.500 para 2.500, não seria motivo de comemoração, porque os números absolutos são muito anormais, os números absolutos são gritantes.

É partindo desse diagnóstico que o Governo do Estado da Bahia vem trabalhando no sentido de remodelar o Programa Pacto pela Vida. Sr. Presidente, Deputado Reginaldo, o Pacto pela Vida já implantou 17 bases comunitárias em Salvador, na Região Metropolitana, e em algumas cidades médias do interior. O planejamento é para que possamos chegar a 20 bases.

Após a implantação dessas bases, ocorreu um processo de sistematização, de forma organizada, dos indicadores de Crimes Violentos Letais Intencionais — CVLIs. Diminuiu substancialmente o número de homicídios nas regiões onde foram



implantadas essas bases. Mas é verdade também que houve uma migração do crime, que houve uma migração da violência. Hoje, a violência migra, por exemplo, para cidades médias e até mesmo para cidades com menos de 100 mil habitantes. Nesse sentido, há uma posição do Governo de reformular o Pacto pela Vida, reconhecendo que o braço social do Pacto pela Vida está muito aquém da ação policial, do braço policial.

O Pacto pela Vida, Sr. Presidente, congrega todos os Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário —, Defensoria Pública e Ministério Público. Lá, nós começamos a fazer um processo de planejamento em que cada setor e cada segmento de poder faz o seu planejamento e começa a estabelecer as suas metas. Na esfera da Justiça, por exemplo, começa-se a fazer mutirões para fazer julgamentos.

Eu não vou aqui me alongar sobre as mudanças no Programa Pacto pela Vida, porque estarei encaminhando ao senhor, posteriormente, Presidente, um documento que eu tenho aqui em mãos de mais de 12 ou 13 laudas. Não seria o caso de fazer a sua leitura aqui. Eu o encaminharei ao senhor com o nosso depoimento formal. Mas nós estamos fazendo uma reformulação no sentido de que atividades lúdicas, culturais, de arte, sejam implantadas nas bases comunitárias.

Às vezes, acontecem algumas atividades sociais, mas às vezes também acontecem algumas por iniciativa própria de alguns policiais, como, por exemplo, o Karatê do Saber, que já é um programa reconhecido. Outro programa bastante reconhecido é o NEOJIBA, que queremos implantar em todos os territórios de identidade do nosso Estado. E, entre outros, estamos encaminhando a reimplantação dos Núcleos de Direitos Humanos, com equipes compostas por assistentes sociais, por psicólogos, por advogados e, sobretudo, por pessoas especializadas em mediar conflitos em áreas de comunidades vulneráveis.

Mas, para além disso, Sr. Presidente, são medidas que eu considero de suma importância e que vão ajudar seguramente na diminuição do número de homicídios de jovens negros e pobres na Bahia. Aliás, Sr. Presidente, quando nós comparamos o período de janeiro a abril deste ano com o do ano passado, vemos que houve uma redução de 17% no número de homicídios de jovens negros e pobres no Estado da Bahia. Repito: não é para se comemorar.



A Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Sr. Presidente, tem cumprido um papel de acolher os movimentos sociais, as várias representações do Movimento Negro, as entidades da sociedade civil, sobretudo após o acontecimento do Cabula, que é de conhecimento de todos, evidentemente.

Mediamos uma agenda dos movimentos sociais com o Exmo. Sr. Governador Rui Costa. Em uma reunião de mais de 4 horas e meia, foi constituído um fórum permanente de diálogo com os movimentos sociais e a sociedade civil. Mais ainda, foi constituído um grupo de trabalho, que, dentro de poucos dias, estará entregando ao Sr. Governador um caminho concreto para a suspensão, para o fim do Auto de Resistência no Estado da Bahia. (*Palmas.*)

Entendemos também que, nessa dualidade, muitas vezes nós cometemos um erro, quando absolutizamos a influência do tráfico no conjunto dos homicídios de jovens e negros. Mas também cometemos um erro quando absolutizamos o papel da polícia no homicídio de jovens pobres e negros. Há que se reconhecer que, no Brasil e na Bahia, a polícia ainda mata mais do que o normal. No Brasil e na Bahia, a polícia mata mais do que em muitos países desenvolvidos e mesmo em países em desenvolvimento. Não podemos tapar o sol com a peneira. Toda e qualquer ação policial fora da lei seguramente será averiguada, seguramente será julgada e seguramente será penalizada. O exemplo começou com o caso Geovane. Vários policiais foram indiciados, recentemente, após a apuração desse caso. E o Ministério Público cumpriu o seu papel na denúncia. E há outros casos também. O processo referente ao caso Cabula também será concluído. E, ao se averiguar, se comprovado, seguramente, os responsáveis também haverão de ser penalizados. Tudo é uma questão de tempo.

Mas é necessário também, Sr. Presidente, que tenhamos uma visão mais ampla, mais abrangente, sobre esse fenômeno do aumento da violência no País, porque, como eu já disse, curiosamente, a violência e o número de homicídios aumentam quando a economia cresce, quando a inclusão social aumenta.

Há que se reconhecer que há um processo de desagregação da estrutura familiar. Há que se reconhecer que há um processo de indução ao consumismo. Há que se reconhecer que há um processo de perda de valores morais e éticos. Não estou falando aqui a partir de um ponto de vista moralista ou conservador. Há que se



reconhecer que nós vivemos um drama social para além do crescimento econômico e para além da inclusão social que ocorreu nos últimos anos. Mas, além desses aspectos, nós temos que nos perguntar, objetivamente, se o tráfico tem ou não tem uma grande influência no aumento da violência e no aumento do número de homicídios no Brasil e na Bahia. Objetivamente, temos que nos perguntar se o aumento da violência está relacionado ou não com o relaxamento dos critérios para porte de armas.

Curiosamente, Sr. Presidente, é possível perceber que muitos daqueles que hoje defendem a diminuição da maioria penal possivelmente são os mesmos que, na época do plebiscito, foram contra a política de desarmamento. São os mesmos que defendem facilitar o porte de armas.

Mas eu quero trazer, Sr. Presidente, outro tema para esse debate. Ou melhor, o tema já foi colocado pela pesquisadora aqui. Eu acho que os Srs. Deputados que estão à frente desta CPI e a senhora, Vice-Relatora, precisam ter a coragem para ir além dos posicionamentos político-ideológicos, para ir além dos compromissos religiosos. Precisam ter a coragem para abrir um debate em nível nacional sobre a regulamentação das drogas, porque são as drogas, o comércio das drogas ilícitas é responsável por grande parte dos homicídios de jovens negros e pobres. Não podemos esquecer, não podemos fazer de conta, porque essa é uma das fontes dos nossos problemas.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, não falando enquanto governo, porque isso não é, pelo menos ainda, uma posição de governo, não se trata de incentivar o uso de substâncias psicoativas. Trata-se de ter uma política de reparação de danos, mas não basta a reparação de danos. Todos aqui sabem que muitos países da Europa, muitos Estados dos Estados Unidos e até mesmo o Paraguai estão avançando nesse sentido. É uma questão pragmática. Se nós não tivermos coragem de avançar nesse debate, aí sim nós estaremos enxugando gelo.

As políticas públicas são importantes. A inserção produtiva e a inclusão social são elementos essenciais. Mas tenho convicção de que o problema das drogas, o problema do tráfico tem que ser enfrentado. E esse é um problema tão grande quanto a crise econômica e quanto a crise política neste País. Portanto, Sr.



Presidente, em meu nome pessoal, gostaria que o senhor também levasse esse debate à frente.

Por fim, eu quero dizer que eu sei que os movimentos sociais, cumprindo legitimamente o seu papel, cumprindo a sua função, fazem a pressão, cobram, reivindicam, conquistam espaços, conquistam visibilidade, conquistam audiência. E quero dizer que isso é de suma importância, Sr. Presidente, porque eu entendo que é necessário, sim, aperfeiçoarmos a política de segurança pública no Estado da Bahia. É necessário, sim, mudarmos a mentalidade e a cultura da nossa ação policial. É necessário, sim, que possamos avançar nesse sentido. É claro que o movimento social naturalmente tem que ter uma postura mais contundente, naturalmente tem que ter uma postura de maior cobrança, tem que cobrar mais pressão, mais celeridade. Mas o nosso papel, Sr. Presidente, é exatamente o papel da mediação entre essa cobrança, entre essa pressão, esse pedido de celeridade e o processo de diálogo interno, para que possamos promover um convencimento e alterar a substância da nossa política de segurança pública.

E eu creio — creio não, tenho certeza, tenho segurança — que o nosso Governador está aberto a essas possibilidades, da mesma forma em que ele abriu a possibilidade de pôr fim aos Autos de Resistência. Aliás, os movimentos sociais, que dialogaram 4 horas e meia com o Governador, são testemunhas de que houve um verdadeiro diálogo, houve olho no olho, e o Governador foi, sim, sensível a muitos dos argumentos colocados pelos representantes dos movimentos sociais.

Então, é nesse sentido, com essa postura de mediação, mas de firmeza, que não abro mão das minhas convicções. Mas repito: nós estamos para alterar a concepção, a filosofia da política de segurança pública no Brasil e na Bahia. Nós não podemos trabalhar — repetindo, já falei isso umas dez vezes — como se estivéssemos numa corrida de 100 metros. Nós estamos numa maratona, mas o fato de estarmos numa maratona, repito, não quer dizer que devemos nos esconder de temas difíceis. E o tema da regulamentação das drogas seguramente é um dos temas em que o Brasil está atrasado, em que a Bahia está atrasada, em que o Congresso Nacional está atrasado.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado ao nosso Secretário de Estado de Justiça, Dr. Geraldo Reis, representando aqui o nosso Governador Rui Costa.

Quero dizer que nesta mesma Casa tive a oportunidade de, em 2011, discutir na Comissão Especial o enfrentamento ao *crack* e outras drogas. Naquele momento eu defendia que o Brasil não tinha nenhuma política de prevenção, de reinserção, de tratamento, de qualificação, e nenhuma política de fronteira. Mas hoje também eu tenho muita concordância com a fala do Secretário, porque o Brasil tem que enfrentar esse debate. A nossa Lei nº 11.343 deu um passo ao despenalizar.

Eu tentei, na Comissão Especial, fazer com que a gente não deixasse o ato discricionário para o juiz decidir quem é traficante e quem é usuário, porque na maioria das vezes os pobres são traficantes e os ricos são usuários. Talvez o Brasil precise e esta CPI poderá, se for uma compreensão dos seus membros, do conjunto no debate, criar uma legislação que ponha uma pactuação na mudança da legislação brasileira. Eu acho que nós poderíamos fazer um processo de transição e chamar todos os países do continente da América do Sul para fazerem o mesmo processo, como iniciou o nosso corajoso Presidente Pepe Mujica no Uruguai, no sentido de despenalizar, descriminalizar, liberar.

Eu acho que nós poderíamos desenhar um projeto em que fosse pactuada a reestruturação do Estado brasileiro, porque eu também concordo: dessa política de segurança pública na sua totalidade, Secretário, que gasta 258 bilhões de reais e que cada vez mais requer novos investimentos o Estado brasileiro não dará conta. É ineficiente, incapaz de responder, em especial, à política da guerra às drogas, que escolhe as comunidades mais pobres para serem invadidas e terem seus direitos de ir e vir e seus direitos fundamentais sempre violados, enquanto a maioria que consome as drogas tem suas comunidades protegidas porque são, na ampla maioria, de brancos, e nunca são violados seus direitos.

Nesse sentido, eu acho que esta é uma reflexão. Eu quero parabenizar o senhor pelo cargo que ocupa como Secretário de Estado de Segurança. Eu acho que essa posição, e também falando em nome do Governador Rui Costa, ajuda muito para que possamos romper o debate demagógico, moralista, preconceituoso, de senso comum, que a mídia quer impor à sociedade brasileira e que



lamentavelmente forma opinião e impede que o conjunto da representação direta do povo brasileiro tenha coragem de manifestar verdadeiramente as suas posições.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Quero passar a palavra para a nossa companheira, Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude, Ângela Guimarães.

A SRA. ÂNGELA GUIMARÃES - Boa tarde a todas e a todos. Coube-me ser a última a falar aqui neste plenário. Então, não vou me estender muito, porque acredito que nós tivemos uma audiência bastante rica de compromissos estabelecidos e de proposições para a reversão do atual quadro de genocídio da juventude negra.

Quero iniciar saudando o Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, a Relatora, Deputada Rosângela Gomes, e também os nossos Deputados, em nome de quem quero saudar todas as autoridades aqui presentes.

Quero saudar aqui a companheira Luana e, em nome dela e da militância aqui presente, das entidades, da UNEGRO, da Campanha Reaja e do Fórum Nacional de Juventude Negra, saudar a todos os ativistas e as ativistas dessa causa que passaram por aqui hoje.

Bom, diante de tudo que foi falado, eu acredito que nós temos aqui, nesta CPI, um espaço privilegiado de debate e de proposição para superação do genocídio da juventude negra. E quero destacar isso como primeiro elemento da minha fala, porque nós estamos vivendo uma tremenda onda conservadora no Congresso Nacional. Enquanto nós temos guerreiros e guerreiras desta CPI, ao mesmo tempo se desenrolam outros processos paralelos: é Frente Parlamentar de Segurança Pública, Comissão de Segurança Pública, Comissão de Direitos Humanos, Frente Parlamentar pela flexibilização do Estatuto do Desarmamento e todos esses espaços hegemônicos pela bancada da bala, que se ampliou em muito na atual Legislatura e que vem empreendendo derrotas para o campo de quem milita em torno dos direitos da população negra, dos direitos da criança e do adolescente, dos direitos da juventude.

Não é à toa que um dos primeiros atos da atual Legislatura foi aprovar de forma açodada, na Comissão de Constituição e Justiça, a tramitação da PEC 171. Nós temos estabelecida posição pública do Governo Dilma contrária a qualquer



proposta sobre aumento do tempo de internação de crianças e adolescentes ou de redução da idade da imputabilidade penal, porque nós acreditamos que não adianta militarizar e prender, encarcerar mais as nossas crianças, adolescentes e jovens. A nossa ação precisa ser numa outra direção.

Eu acredito que o diagnóstico que o Movimento Negro e o conjunto dos movimentos sociais ouvidos trazem aqui é muito importante, porque nós estamos diante de uma pesada herança escravista, colonialista e agravada pela ditadura militar, sim, e que nos impõe a transformação, a refundação e a reconstrução das nossas instituições.

Eu acho que, como Governo Federal, eu trago aqui essa autocrítica nossa, que as nossas instituições não têm sido utilizadas para defender e para preservar a vida da juventude negra. Esse apelo e essa autocrítica são colocados porque a combinação de uma política de segurança pública que enxerga na população negra um inimigo interno a ser combatido com uma política de encarceramento massivo, com uma tentativa de redução da idade penal e com uma política de guerra às drogas sempre penalizou os mesmos e as mesmas.

E apenas mudanças tópicas ou pontuais nesse atual estado de coisas não vão resolver. Tanto que o Governo Federal está propondo uma PEC, uma proposta de emenda constitucional que altere as responsabilidades em relação à política de segurança pública, porque nós entendemos que não dá mais para essa tarefa grandiosa ficar apenas a cargo dos Governos Estaduais. A União e os Municípios também têm que ter suas atribuições, enxergando a política de segurança pública como uma questão ampliada e complexa, e não apenas dizendo respeito às Guardas Municipais, à Polícia Militar ou à Polícia Civil.

Nós acreditamos que esse tema do enfrentamento ao genocídio da juventude negra é, de fato, hoje, o principal desafio da nossa democracia, porque não dá mais para dar um passo adiante para discutir aqui a ampliação da representação política nos espaços do Parlamento, não dá para dar um passo adiante para discutir aqui a paridade salarial entre brancos e negros, não dá para dar um passo adiante para discutir aqui onde está concentrado o poder econômico, se a gente, de fato, não tomar medidas que sejam medidas de curto, de médio e de longo prazos e que



precisam ser cravadas nas instituições brasileiras como responsabilidades do Estado.

Nós acreditamos que o fator da impunidade é um fator que precisa ser superado. É basicamente assustador que menos de 8% dos nossos homicídios, no Brasil, cheguem a algum tipo de investigação ao final do seu processo, assim como também é assustador que 40% das pessoas que estão presas hoje são presos em situação de prisão temporária. Então, nós trazemos aqui o compromisso do Governo Federal, mas queremos também envolver o Poder Judiciário na alteração dessa ordem de coisas.

Quero dizer para vocês que esse tema ainda não é o tema, digamos assim, de larga compreensão pelo conjunto do Estado brasileiro. Uma parte expressiva sobretudo dos Estados brasileiros, dos oito Estados onde há os maiores índices de morte de jovens negros, nega-se a fazer esse debate. Justificando, seja pelo viés do tráfico de drogas, seja por outros vieses, essa situação de matança da juventude, em especial da juventude negra, é possível dizer também que esse tema não tem tido o reflexo necessário nas Casas Legislativas.

Aqui eu quero deixar um desafio também para a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Em São Paulo, foi montada uma Comissão Estadual da Verdade sobre os crimes da democracia, em que o foco é justamente investigar o genocídio da juventude negra. Nós entendemos a importância e somos apoiadores do trabalho da CPI da Câmara Federal, mas nós entendemos que há desdobramentos estaduais que precisam acontecer no âmbito também das Assembleias Estaduais, e esse processo de discussão do enfrentamento ao genocídio da juventude negra precisa ser um processo sistemático. Depois que esta audiência aqui se encerrar, precisa haver compromissos concretos na continuidade da ausculta dos movimentos sociais, na ausculta também aqui de outros poderes públicos, para que a gente possa dar cabo a esse desafio.

Aqui no Estado da Bahia, nós iniciamos, em 2008, a construção de uma política estadual para a juventude. A Bahia junto com Pernambuco são os dois únicos Estados brasileiros que contam hoje com um Plano Estadual de Juventude, com uma política pública de Estado para a juventude. Nós acreditamos que esta Casa também deve zelar pela efetivação desse plano estadual, porque ali está



concentrado um conjunto de políticas públicas que vai, justamente, impedir que a juventude negra fique vulnerável a esse tipo de violência extrema, que é a violência exteriorizada aí pela situação dos homicídios.

Outro dado que queremos trazer aqui também — e eu tive a oportunidade de estar com o Deputado Reginaldo no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão e também na Assembleia Legislativa do Estado do Rio, e nós vimos de perto lá a experiência das UPPs —, o que nós podemos destacar dessa experiência é que simplesmente a questão de mais militarização, de mais repressão, de mais guerra às drogas, de mais armamento, não vai responder, é uma fórmula falha. É uma fórmula absolutamente falha. (*Palmas.*)

O Estado precisa ser pleno. O Estado precisa ser pleno na sua função de garantir o bem-estar social, o desenvolvimento de trajetórias saudáveis e autônomas para a juventude brasileira, e o papel do Poder Legislativo é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ângela, queira concluir.

A SRA. ÂNGELA GUIMARÃES - Vou concluir, Sr. Presidente. Nós, ao mesmo tempo em que estamos vendo a PEC 171 no Congresso, na Câmara Federal, muitas vezes vemos, em Câmaras Municipais, em Assembleias Legislativas, propostas como o toque de recolher, a criminalização do uso de bonés ou de calça folgada e uma série de outras questões que dizem respeito a uma estigmatização e a uma violência em relação à juventude negra e pobre. Da mesma forma, muitas Câmaras Municipais e Assembleias não conseguem fiscalizar o investimento constitucional, por exemplo, em educação e em saúde, que são questões fundamentais para reduzir essa vulnerabilidade da juventude negra à violência.

Enfim, eu acho que muito já foi dito. O que fica daqui é o compromisso do Governo Federal. Nós lançamos, em 2012, o Plano Juventude Viva, que acreditamos que ainda é insuficiente, que precisa dar um salto. Estamos em diálogo. Este é um ano, para o Governo Federal e para os Governos Estaduais, muito importante, porque é o ano de construção dos planos plurianuais, que vão direcionar para onde vão os investimentos estratégicos desses Governos nos próximos 4 anos.

Desde já eu quero deixar um convite para os movimentos organizados para uma audiência que vai haver aqui em Salvador, uma audiência pública do Plano



Plurianual Participativo do Governo Federal, dia 22 de maio, às 9 horas, na qual os movimentos vão ser chamados a dar opinião sobre esse Plano Plurianual. Nós acreditamos que essa demanda precisa ser colocada. Apenas colocar, internamente, a demanda da ampliação e do fortalecimento do Juventude Viva e de políticas de prevenção e de enfrentamento à violência é limitado. Precisa haver essa pressão de fora para dentro. Precisamos avançar com o nosso sistema judiciário, numa política de controle externo de toda a política de segurança pública, e precisamos que as nossas instituições do sistema judiciário cumpram o seu papel constitucional de garantir o acesso à Justiça e de pressionar o Estado para que esses homicídios não caiam nesse número, que é tenebroso, de menos de 5% de investigações.

Então, eu fico por aqui, porque, de fato, o tempo está esgotado. Já foi alongado aqui o processo da CPI, mas eu quero dizer que nós temos que acompanhá-la de perto, porque eu acredito que esse é um dos flancos progressistas que nós temos hoje na Câmara, que vai apontar, certamente, para políticas de curto, médio e longo prazo que venham a superar o genocídio da juventude negra brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Ângela Guimarães.

Quero registrar a presença da assessoria da Deputada Federal Moema Gramacho. Também o Deputado Waldenor Pereira estava aqui presente. A Deputada Tia Eron está presente também, mandando um abraço a todos. A Deputada Luiza Maia esteve por aqui, e o Deputado José Raimundo está presente, assim como o Deputado Augusto Castro. A Deputada Maria del Carmen também esteve presente, e quero agradecer, enfim, a presença do Sr. Lázaro, que teve dois filhos assassinados. Eu acho que, dentro dessa organização, mais ou menos, nós registramos a presença de todos.

Quero também registrar que um dos nossos expositores deixou aqui um cartaz: *Pai Luta por Justiça*. É uma campanha da Anistia Internacional que pede à população que envie cartas defendendo, cobrando justiça na questão das violações dos direitos humanos no Brasil.



Agora, nós estamos aqui com um problema de ordem técnica, vamos dizer assim, do espaço físico. A Ordem do Dia está para se iniciar, ela nos impede que continuemos nesse espaço.

Nós ouvimos aqui, talvez, mais de 20 instituições. Temos ouvido instituições todas as terças e todas as quintas, em Brasília, e vamos a todos os Estados. Acredito que nós vamos ouvir, sem nenhum exagero, ao término desta primeira rodada da CPI, no mínimo, 500 instituições da rede de proteção aos direitos humanos, às famílias vítimas de violência.

Estamos buscando um acerto político, na nossa Casa, para que possamos ter uma segunda rodada, na qual nós queremos apresentar, para debate com a sociedade, as proposições legislativas que serão encaminhadas e também as indicações ao Poder Executivo. Por que eu estou dizendo isso? Porque há um compromisso de todos os membros desta CPI de estarem lá representando, mas com a consciência de que nós não estamos substituindo. Portanto, nós queremos, democraticamente, a participação de todos e estamos fazendo isso no exercício, a partir do nosso roteiro de trabalho e da nossa metodologia de trabalho.

Portanto, eu não tenho como abrir para as perguntas e intervenções do Plenário, mas, se o Plenário entender que... Eu sei que querem falar, que querem se manifestar. Se a Casa Legislativa aqui disponibilizar outro espaço, uma sala, nós podemos suspender a reunião por um tempo e retomarmos o trabalho.

Nós estamos aqui à disposição. O Deputado Bacelar, o Deputado Davidson Magalhães, o Deputado Delegado Edson Moreira, o Deputado Bebeto, a nossa Relatora Rosângela Gomes e eu aqui, na condição de Presidente, estamos à disposição. Se o Plenário achar que precisa de mais um tempo para se manifestar e nós conseguirmos um espaço, uma sala, estaremos aqui à disposição para continuarmos o debate.

Neste espaço nós estamos impedidos, porque, como pelo Regimento Interno vai começar a Ordem do Dia, é impossível continuarmos a reunião. Até cometi um erro regimental, porque eu pedi ao Deputado Marcelino Galo, se ele pudesse, para presidir aqui e abrir para o Plenário, mas esqueci que não é possível, pelo Regimento, o Plenário falar na Ordem do Dia da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.



Então, o Deputado Marcelino Galo está á disposição, mas temos esse impedimento regimental. Então, pergunto aqui...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Você tem 1 minuto, então. Vamos lá, companheiro.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É o Sr. Edmilson Sales.

O senhor tem 1 minuto.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos tentar 1 minuto...

O SR. EDMILSON SALES - Sinceramente, essa denúncia, com 1 minuto, fica prejudicada.

Eu venho trazer aqui a mensagem e o pedido de ajuda das mães, das mulheres, dos jovens e dos idosos de Engenho Velho da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Qual é o nome do senhor, para as notas taquigráficas?

O SR. EDMILSON SALES - Edmilson Sales.

Moro numa comunidade que, desde a Semana Santa, vem sofrendo ataques de indivíduos com armas de alto calibre. Ainda ontem, tiveram a audácia de encerrar uma celebração religiosa de uma igreja católica. Nós, desde a Semana Santa estamos sofrendo. Registramos, já, seis homicídios. E é uma comunidade, Deputado, que...

Imagine que, ontem, eu conversei com uma dessas mães. O filho dela faz o sétimo semestre de Direito na Católica, que é uma faculdade próxima à nossa comunidade, e ela não permite mais que ele vá para a aula. A escola pública que nós temos lá não está mais funcionando à noite, porque o clima de insegurança nessa comunidade já passou do limite.

Nós, inclusive, na semana passada, para quebrar a barreira, que estava existindo, da imprensa, que não estava anunciando nem denunciando o que estávamos passando lá no Engenho Velho, tivemos que ir até a *TV Record*, invadir a *Record*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Edmilson Sales, conclua.



O SR. EDMILSON SALES - ...para que fosse feito um registro dos índices de homicídio em Engenho Velho da Federação.

Por incrível que pareça, não é a polícia... Aí está a ineficiência de políticas de segurança para garantir a vida das pessoas: ainda ontem mesmo, eu fiquei na rua principal, de 10 horas da manhã até às 15 horas, e não se viu um sinal sequer — um sinal sequer! — para que pudéssemos dizer que nós estamos seguros. Agora mesmo, eu estando aqui, minha prima mandou uma mensagem: *“Quando você chegar, cuidado, porque está havendo troca de tiros”*. Infelizmente, nossos jovens... Eu queria entender...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Edmilson Sales, conclua.

O SR. EDMILSON SALES - Só mais 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos reabrir a reunião.

O SR. EDMILSON SALES - Queria entender...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É só o seguinte...

O SR. EDMILSON SALES - Queria entender por que alguns jovens — sim, alguns jovens — essa sociedade perversa obrigou que abandonassem o livro e a caneta e pegassem o rifle.

Esse é o clamor de uma comunidade de 23 mil habitantes que está passando por uma situação que, quando dá 19 horas, é submetida a toque de recolher. Por questão de segurança nossa, nós estamos adentrando nossas casas, fechando nossas casas e não saindo, às 19 horas, com medo de sofrer qualquer tipo de ataque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Edmilson Sales.

Nós conseguimos um espaço: a Sala Herculano Menezes. Nós vamos suspender os nossos trabalhos até às 15 horas e vamos retomá-lo nesse espaço, na sala Herculano Menezes. Aí, nós vamos abrir 1 hora para a gente ouvir o Plenário. A Relatora estará presente, assim como nós, os Deputados. Então, às 15 horas, quem tiver disponibilidade de continuar...

Então, eu vou suspender a reunião aqui. Vamos retomá-la às 15 horas, na Sala Herculano Menezes, ao lado.



Então, muito obrigado pela presença de todos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde. Vamos reabrir os nossos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres no Brasil.

Quero registrar a presença do Deputado Davidson Magalhães, do Deputado Delegado Edson Moreira, do Deputado Bebeto, da Deputada Rosângela Gomes, nossa Relatora — será que ela já está a caminho? Estamos nós três aqui e nós vamos ouvindo até que a Relatora esteja presente.

Então, com a palavra, por 5 minutos, o Sargento Abisolon — é isso? —, da Associação de Polícias Militares Protagonistas de Humanismo no Desenvolvimento Social da Bahia. Com a palavra o nobre sargento.

O SR. ABISOLON PEREIRA DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Está saindo o som? Eu sou o Sargento Abisolon. Estou na reserva, mas fui o representante da Polícia Militar na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Essa conferência aconteceu em 2009. Agora é que vai acontecer a 2ª Conferência Nacional.

Acontece que levamos uma proposta para Brasília de uma polícia humanista. A polícia humanista é esta aqui, Srs. Deputados. É porque se falou bastante, e a sociedade civil aqui na Bahia dá até razão de nós, praças da Polícia Militar, por causa disso aqui, ó: nós temos um trabalho apresentando um modelo de polícia humanista, aonde o policial entra nos bairros da periferia. Esse trabalho é desenvolvido no bairro Beiru Tancredo Neves, um bairro violento, aqui em Salvador. Moro lá há 19 anos. Não uso arma. Fizemos um trabalho do qual os policiais... Porque aqui na capital, na maioria, os oficiais e praças são negros, então é fácil trabalhar.

Esse projeto foi desenvolvido durante três anos pela Universidade Federal da Bahia. E aqui mostra que a Polícia Militar da Bahia deu o primeiro passo para a desmilitarização. A nossa proposta... Em 95, tinha 13 cargos. Reduziram para coronel, capitão de polícia, tenente de polícia e, dos soldados, cabos, sargentos, subtenentes, nós tiramos; seria “agente de segurança pública”.

Durante cinco anos, foi debatido esse projeto e reduziu bastante a violência. Por que reduziu a violência? Porque os policiais militares, a partir dos soldados,



eram levados para a periferia, e lá a recomendação, até hoje, os conselhos comunitários de segurança pública aonde os oficiais sentavam, recebiam a queixa... Até, na época, o Deputado Estadual Nelson Pellegrino, trazia a comunidade; Nelson Pellegrino ia para o Comando da Polícia Militar e se reunia do soldado ao oficial.

Esse modelo acabou. Por que acabou? Porque entrou uma nova filosofia de trabalho.

Aqui, sim, a política pública aonde a comunidade ia. Quando a comunidade se dirigia ao oficial, o oficial dizia: *“Pergunte ao soldado, porque vocês vão encontrar, nas periferias, o soldado. Vocês vão encontrar no módulo é o soldado.”*

Aqui apresentamos um trabalho do papel da Polícia Militar na proteção integral das crianças e adolescentes, um manual de abordagem feito pelo Coronel Gilson Santiago. Está aqui. A Polícia Militar da Bahia, até o ano 2000/2001, antes da greve dos policiais, isso aqui era colocado em prática, no 5º e 8º Batalhões. A Polícia Militar da Bahia tem esse manual, só que não teve a oportunidade de colocar depois da primeira greve da polícia, em 91.

Todo o material está aqui. A Deputada Relatora não viu, mas é esse aqui. Policiais... Aqui eram 1.816 alunos das escolas públicas, no 5º Batalhão. essa época, o modelo de escolas abertas... Nós trabalhamos com escola aberta.

Quero chegar até o momento de agora, porque violência nas escolas é um absurdo. Eu tenho 64 anos, faço agora — muito obrigado, companheiro — e aí, na Revolução de 64, o Exército entrava nas escolas. Hoje entra a Polícia Militar, e ainda ganha gratificação com uma pistola ponto 40, na Ronda Escolar. É um absurdo! Já fui ao Ministério Público da Bahia. Está tudo documentado. Todo o material.

Outro absurdo está aqui, no relatório final da Semana de Mobilização e Debate: Segurança com Cidadania nas Escolas. O Estado do Ceará entrou com 80 colégios estaduais; a Bahia, só dois. Num universo de 1.350 colégios estaduais, a Bahia só apresentou só dois colégios. Está tudo relatado aqui.

Bem, o que eu quero dizer é o seguinte: está aqui o material. Só que o Governo do Estado passou 8 anos aqui e trouxe o modelo de polícia pacificadora do Rio de Janeiro; trouxe — está aqui — o Plano Estadual de Segurança Pública da Bahia, onde os senhores estão vendo este relatório, falando do Cabula. Se aqui, que



foi criado em 95, tivesse entrado em prática, não teriam acontecido as coisas do Cabula. Aqui, ó.

Agora, o Plano Estadual de Segurança Pública 2012/2015 é este aqui, onde o Governo fala: foi copiado do Estado de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. O que sobrou para a minha Polícia Militar, com 190 anos? RONDESP. Só sobrou RONDESP! Só sobrou RONDESP!

Para finalizar, está aqui: a capital nossa tem o 18º Batalhão e 27 CIPMs, sucateados, o que não fica barato. O Governo do Estado que saiu criou aqui o modelo do Rio de Janeiro. Até a cor das viaturas nossas é azul e branco, copiado do Rio de Janeiro. Está aqui.

E o que é de estranhar é que nós, policiais militares que temos trabalhos sociais... Solicitei na OAB uma audiência pública para conhecer a OAB e dar oportunidade a nós, policiais, a mostrar os trabalhos que nós temos, ONG. Eu dirijo mesmo é a Academia de Polícia Humanitária Mirim da Bahia. É uma ONG, mas nós não estamos tendo oportunidade na mídia. Por quê? A mídia é violenta, ela dá espaço a todos os policiais que apresentam alguma proposta de reivindicação. É certo? É, correto. Reivindicar? Sim. Mas nós temos direitos e também dever de combater a violência para nós não sermos vítimas.

Então, em nome dos praças da Polícia Militar do Estado da Bahia, em nome de todos os oficiais e praças dos 190 anos da Polícia Militar, eu solicito que nesta audiência pública, levada para Brasília, que seja... Em todos os Estados que as senhoras e os senhores forem, digam para apresentar... Mandem avisar antes para os Deputados Estaduais solicitarem que, do carcereiro ao agente de polícia que tiverem trabalhos sociais, o delegado que tiver trabalho social, que venha participar. E, do soldado ao coronel que tenha trabalho social, que venham participar.

Aqui mesmo está presente um oficial que tem um trabalho excelente e reconhecido até por outros países, mas, nesse Governo que saiu, nós não tivemos a oportunidade de ver. Para encerrar, dizer que ele está presente aqui. É aquele oficial ali, é oficial superior. Ele nem foi apresentado. E agora, que nós temos um negro Governador do Estado, nasceu na Liberdade, a maioria dos policiais civis são negros, os policiais militares são negros, as autoridades constituídas aqui são



negras, essa é a oportunidade de o Governo do Estado apresentar um modelo de segurança pública independente do Rio, São Paulo e outros Estados.

Muito obrigado. Essa é a nossa fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sargento Abisolon, pela contribuição.

Com a palavra, representando o Movimento Negro, Everaldo Vieira.

O SR. EVERALDO VIEIRA - Boa tarde a todas e todos.

Primeiro, eu quero fazer uma grande referência a todas as entidades presentes e, portanto, a toda a militância do Movimento Negro aqui na Bahia, pessoas inclusive que têm grande destaque na luta política do movimento no Brasil, em nosso Estado e, sobretudo, na capital.

Mas é importante salientar esse tema da violência, que, além de ser um tema muito polêmico, é importante avaliar que essa violência que é gerada no nosso País também é fruto do próprio Estado brasileiro, que não tem efetivamente capacidade de responder às demandas do povo brasileiro, sobretudo as da população negra, das mulheres e da juventude.

Eu queria deixar registrado que moro numa cidade onde nós temos em torno de 300 mil habitantes economicamente ativos. A cidade de Camaçari é considerada como o segundo maior PIB do Estado da Bahia. É uma cidade inclusive que, embora tenha uma grande população economicamente ativa e seja rica, tem um povo pobre, embora nós tenhamos uma relação com o Governo (*ininteligível*) relação. Mas não dá nem para a gente discutir a violência, a violência física, que, embora aconteça inclusive também com a grande estrutura do aparato do Estado brasileiro, mas também existe a culpabilidade de determinados governantes, quando lançam para a sociedade uma perspectiva de fechar uma sala de aula, uma perspectiva de acabar com o turno, de fazer fusão, porque os alunos, as crianças, sobretudo, não estão frequentando as salas de aula. A gente percebe a incapacidade e a incompetência de determinado Governo, quando lança isso. E lança inclusive também aquelas crianças e jovens para o mundo de determinadas situações, inclusive para uma grande vulnerabilidade.

Eu estou dizendo isso porque eu era presidente de associação de um bairro carente, onde eu moro, e, infelizmente o Governo anunciou isso, nós peitamos e



dissemos que não; que, se fizesse isso, certamente, nós iríamos aumentar o número de jovens, sobretudo de jovens negros, no crime organizado ou em outro tipo de situação desconfortável. Conseguimos reverter aquele quadro, mas, infelizmente, nós temos ainda algumas lideranças e alguns governantes que nos colocam nessa situação ruim.

Então, a gente veio nesse sentido. Quero dizer que eu acho que a sociedade civil organizada tem um papel fundamental. Primeiro é para dar uma resposta, sobretudo ao formato desse Congresso Nacional. Infelizmente, depois de 70 anos, nós temos um Congresso altamente conservador. É um golpe, uma derrota que a sociedade civil e a classe trabalhadora tiveram nesses últimos 70 anos, desde quando surgiu a Consolidação das Leis do Trabalho. Depois veio a possibilidade de uma elite não negra, inclusive de representantes de partidos da Direita, que vieram com a tentativa de resgatar a ditadura militar aqui no Estado da Bahia e no Brasil.

Houve um processo de ditadura militar, e nós temos a possibilidade do retorno dela. Mas, infelizmente, a gente vê a ditadura militar presente. Não dá para ser abordado, em determinada situação, em determinado local, com um processo truculento, por determinados agentes do Estado, porque nós temos a cor da pele diferenciada. É importante que as autoridades aqui possam rever essas questões, porque, quando nós somos abordados em determinadas situações, existe muito excesso, existe inclusive violação dos direitos humanos, porque quem está ali, em determinado carro ou situação, é um negro, não é uma pessoa branca, e existe tratamento diferenciado. Isso também caminha para gerar e aumentar o grau de violência nas periferias e nas cidades.

Então, é importante registrar isso e dizer que a Região Metropolitana é um local em que infelizmente tem aumentado o índice de violência. Foi demonstrado aqui um indicador na Mesa, mas, infelizmente, na prática, não é isso que nós vemos. Nós vemos aqui os indicadores apontando, a cada momento: isso tem cor; isso tem raça; isso tem gênero; isso tem sexo. Isso inclusive tem região, que são as periferias, aquelas cidades onde o Estado, infelizmente, não está presente, e, às vezes, quando se faz presente, é com outro tipo de comportamento. Isso não é bom para a nossa sociedade brasileira. Isso não contribui pra a economia do nosso País. Isso só faz botar para baixo a estima e o fator psicológico do povo brasileiro,



sobretudo da juventude negra, que é alvo, nos últimos anos e nos últimos tempos, aqui na Bahia e na região.

Então, finalizo por aqui, trazendo para as autoridades que é importante que se estabeleça também uma comissão. Se a gente quiser tocar o dedo na ferida e para minimizar os impactos causados pelo racismo e pela violência, é importante que haja comissões capazes de fiscalizar, de investigar e dar resposta para esses agentes que têm, como princípio, exterminar o povo não branco.

Um forte abraço. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado Everaldo Vieira, do Movimento Negro, pela contribuição.

Passo a palavra também para o membro da ONG Chama Viva. É o Prof. Rodrighy, é isso?

O SR. RODRIGHY - Isso mesmo.

Boa tarde a todos e a todas. Vou agradecer também a presença à Deputada Relatora, a Deputada Rosângela, ao Deputado Reginaldo Lopes e aos demais.

Eu estou dizendo o seguinte: estou me sentindo feliz hoje, falando por quase 7.350 jovens que temos no histórico na nossa ONG, que estão sofrendo a todo o momento. Ainda há pouco, eu terminei escutando que, só ontem, nós tivemos aqui nove assassinatos. A realidade é veraz.

Eu tenho 12 anos como professor, mas abandonei a sala de aula. Eu tive uma oportunidade de lecionar 60 horas para o Estado, em vários bairros de Salvador, e toda evasão escolar era porque os jovens, muitas vezes, foram assassinados. E, no momento agora, enquanto jovem, eu estou me sentindo feliz, felizardo. E parablenizo todos vocês, todos nós que estamos aqui. Vocês puderam ver — V.Exa. também — a presença daqueles jovens gritando “*não à violência!*”. Eles mesmos chegaram hoje de manhã: “*Olha, a gente vai fazer parte de uma CPI, e já morreram. A gente tem que retornar para casa*”. E aí, que mundo é esse?

E a prática é mais cruel. A teoria é bonita. Todo mundo tem que mudar, mas vamos vivenciar o que é que está acontecendo.

Nós fizemos duas chamadas de rua. Tivemos aqui 770 jovens, no Porto da Barra, no dia 7, num bairro turístico de Salvador, para mostrar essa realidade. E muitos jovens, lá de Cajazeiras, estavam dizendo, por exemplo: “*Professor, eu não*



estou indo mais para a escola, já abandonei. Está tendo tiroteio, está isso, está aquilo". E outra: começaram os erros, que não estão sendo percebidos pelo Governo, que são as linguagens. Aí eu pergunto: nós vamos educar ou punir? E por que eles estão sendo assassinados? Basta fazer a investigação, escutando.

Eu também peço licença — e agradeço a todos —, mas o que tem que acontecer também é ouvir esses jovens, como nós fizemos. Eu quero deixar disponível também essa apostila de escuta, porque aqui 7.370 jovens falam. Inclusive, uma das perguntas interessantes é esta: *“O que a escola é para você?”* Noventa e nove por cento dos jovens disseram: *“Uma fonte de conhecimento”*. Mas depois a resposta vem contrária: *“Eu tenho medo de ir à escola”*. Ou seja, o que está acontecendo e ocorrendo é diálogo de surdo e mudo. Enquanto um secretário da ONG, juntamente com os outros, os demais, como estávamos aqui com o nosso Presidente, o Pastor Vanderli... Eu não sou evangélico, mas me juntei a ele, na torcida para que a gente possa rever esse quadro.

E eu estou me sentindo muito hoje, como já disse no Facebook, feliz em saber que nós estamos aqui, brigando, lutando por uma causa mais justa, que não vai sair da minha memória, que é a gente combater esse genocídio que está acontecendo com nossos jovens. Eu posso falar por Salvador. E, quando saio viajando pelo Brasil, é pior ainda. Eu tenho a certeza de que, mais tarde, o número de nove, uma hora dessas, vai aumentar.

Então, Deputada Rosângela, Deputado, nosso Presidente, Reginaldo Lopes, me sinto feliz. Obrigado mesmo, pela iniciativa.

Todos os presentes: este é o momento. O que estou sempre assegurando é: tem que se trabalhar a linguagem para combater a violência. E o que eu chamo de linguagem é... Os grupos da violência sobrevivem com essa linguagem. O que é a linguagem? É o processo de educação. E o que Beccaria sempre falou sobre a educação, o que a gente está vendo da redução da minoridade, a redução da minoridade, no caso, sobre a penalidade. Então, Beccaria nos informou muito, há muito tempo, que você tem que saber o que é uma relação intrínseca: de onde vieram esses jovens, o que tem acontecido com esses jovens, qual é a família; se ele, dentro da família, passou por violência e, por sua vez, é oriundo da classe



média, pobre, negro, que sofre. Depois, você vai trabalhar a relação extrínseca: o que é que o Governo apresenta para melhorar? Nada.

Eu vou adiante. A comunidade que eu enfatizei tem 789 mil habitantes: Cajazeiras. Lá tem 372 mil jovens, segundo o IBGE. Lá não tem um curso técnico, não tem nada. A única coisa que tem para esses jovens é o chamado paredão, uma música alheia e drogas em excesso. Por sua vez, é tristonho que ainda, com cara de jovens, escutam alguns policiais falando: *“Por isso que eu mato, e os bandidos traficantes também mato.”*

Então, nós estamos vivendo numa sociedade maluca e homicida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, professor. Obrigado por ter mobilizado os meninos, jovens.

Agradeço, em nome da CPI, a presença de cada companheiro e companheira. Podem ter certeza: a CPI está buscando construir um país melhor para eles, para nós e para todos.

O próximo a fazer uso da palavra e último também inscrito é Eudes Oliveira, do Movimento Atitude Quilombola.

O SR. EUDES OLIVEIRA - Boa tarde. Vou ficar de frente, porque nós somos tão invisíveis... Eu vou ficar em pé para que as pessoas todas possam me ver.

Primeiro, eu queria agradecer a oportunidade à Mesa. E aí eu vou agradecer, em nome dos movimentos sociais que aqui estão, como a Campanha Reaja e outros movimentos que estão presentes.

Quero dizer o seguinte: eu acho que a gente tem que ter uma visão das coisas não de faz de conta, porque nós sabemos qual é a raiz do problema. Todos nós aqui sabemos. A raiz do problema é uma só: nós vivemos numa sociedade capitalista; uma sociedade capitalista e de disputa.

Há disputa. E qual é a disputa? A menina está aqui com um celular. Ela, para ter um celular, disputou, mas ela teve instrumento para disputar o celular. Ela teve educação, conseguiu emprego e conseguiu comprar o celular. Nós, negros, não temos instrumento para disputar.

Na periferia, como é que a gente disputa o pão? Como é que disputa, se não deram à gente a creche, se não deram à gente o trabalho? Como é que você disputa? E aí eu pergunto: é simples? O jovem negro ou um jovem qualquer vai



disputar sua sobrevivência. E, do outro lado, você tem uma elite que tem toda formação, que se forma no melhor curso, na melhor escola, na melhor faculdade, vai para a graduação, vira doutor e vai disputar o cargo da Comissão de Direitos Humanos, vai disputar o cargo do curso de diretor da escola, vai disputar o cargo de Presidente da República, vai disputar o cargo de Secretário de Segurança Pública.

Nós, negros, como disputar num mercado competitivo, onde... Hoje, por exemplo, não há creche em Salvador, e a Prefeitura está dando 50 reais para a mãe. Um complemento, porque não conseguiu colocar o menino na creche. Está dando um complemento de 50 reais. Ela que se vire!

Essa é a realidade de nós negros para disputar essa sociedade. E aí é importante que vocês saibam que a gente sabe qual é o problema. A gente sabe. Entendeu, Hamilton? E a gente tem que disputar. A gente tem que disputar, mas tem que ter os instrumentos de disputa que nos são negados.

Essa sociedade que está aí nega esse instrumento de disputa para a gente. E aí, quando o jovem vai disputar da forma que ele... É a única forma que tem, porque, se você não tem escola, se você não tem creche, se você não tem emprego, você vai disputar para ter... A televisão diz: *"Você tem que ter um smartphone, você tem que ter o carro, você tem que ter a casa."* E eu vou disputar isso como? Como eu disputo? Com o aluno do Anchieta, que sabe fazer as quatro operações, que tem noção de matemática, de robótica, de engenharia, de física. Como é que eu disputo?

Eu só tenho um instrumento de disputa, senhores, que é a força. E, numa sociedade, não podemos ter pudor, porque... Se acabar, por exemplo, se hoje tirar a droga da favela, tem muita gente que morre de fome, porque sobrevive inclusive da venda de droga. Você está entendendo? Porque não tem, não teve instrumento de disputa.

A gente tem que ter a responsabilidade de saber que a sociedade que mata 50 mil jovens, que tinham sonhos... Porque o primeiro direito que tirou... O primeiro direito que o ser humano tem é a vida, gente; o segundo, a liberdade. E, se ele tira a vida, primeiro, tira a possibilidade de você viver. E, quando não consegue, tira a sua liberdade, encarcera. Essa é a realidade da juventude negra. E não adianta a gente chegar aqui e discutir. O problema está aqui.



E tem mais: esse pessoal que mata, a polícia que mata. A polícia tem comando. Policial não sai à toa, não. Policial sai porque alguém comandou. Para concluir, alguém comandou, alguém mandou!

Secretário e Presidente, para a gente tratar isso aqui de forma séria, a CPI tem que sair daqui já com indicação de chamar, já para a próxima, intimar o Secretário de Segurança Pública, intimar para ser ouvido, porque ele é quem comanda. Ele tem que ser responsável. O policial está lá. Ou, então, tem que intimar, tem que intimar os comandantes todos, para explicar por que tanto jovem morre.

Porque o povo que está pedindo mais segurança... Quem pede mais segurança? Sabe quem é? Porque, lá no Nordeste, eu não quero segurança, eu não quero a polícia. A polícia chegou lá, sexta-feira, atirando num final de linha. Eu não quero a polícia! Quem pede segurança é o morador da Barra, é o morador da Pituba. Esses precisam de segurança. Sabe por quê? Porque eles têm instrumento para disputar. E nós, lá no Nordeste, não temos nenhum instrumento para disputar, não. Nós disputamos o pão de cada dia é na força. É a sobrevivência, minha senhora. E sobrevive... O Bispo Edir Macedo falou na sua entrevista: "*Aqui, ou você mata ou você morre.*" É a nossa sobrevivência.

Obrigado. Eu espero que esta CPI chame já, na próxima semana ou sei lá quando, os responsáveis pelo assassinato dos jovens negros da periferia de Salvador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós já tínhamos encerrado as inscrições, mas o companheiro Hamilton Borges pediu a palavra. Nós vamos abrir uma exceção aqui por 3 minutos. Antes, porém, como o Deputado Davidson Magalhães tem uma agenda, eu vou passar a palavra para ele e depois eu passo para o senhor.

Então, com a palavra, Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Primeiro, Sr. Presidente, Sra. Relatora, colegas Deputados e todos vocês que estão aqui nos ouvindo, eu queria parabenizar a Comissão por esta audiência, pela abertura de oitiva não só às autoridades que estavam envolvidas no problema da segurança, mas também a



toda a comunidade que sofre diretamente com os problemas relacionados à falta de segurança.

Há hoje um pronunciamento do próprio Ministério Público em relação à apuração do caso da chacina do Cabula em função do... Concluindo, ele termina não citando, mas diz que serão indiciados. Essa é uma posição positiva conforme a própria nota do Governador, hoje, no sentido de haver mais coerência em relação ao combate à violência, diferentemente do primeiro posicionamento.

Gostaria de parabenizar a todos pela realização deste evento.

Eu tenho certeza, Relatora, que com essas contribuições vamos avançar bastante para um relatório que signifique uma contribuição às políticas públicas de combate à violência, especialmente contra os jovens negros.

Quero dizer que, desde a colocação feita pela manhã, temos que fazer uma observação: o problema contra os negros no Brasil é histórico, de acordo com a sociedade escravista, na qual fomos formados. Mas há um ditado que diz que, se você acha que as coisas não podem piorar, elas podem piorar, sim. Há cinco décadas a maior causa morte da nossa juventude não era essa que está ocorrendo hoje. Então, há um agravante nesse problema, há uma radicalização, diríamos assim, do processo dos homicídios no Brasil contra jovens e negros. Portanto, além de situar historicamente, é importante detectar esse crescimento, esse grande salto, esse grande percentual de aumento que ocorreu na década de 80 e 90.

Estou dizendo isso, porque as causas são sociais. Eu ouvi as palavras do Secretário, e até o corriji depois: *“Olha, Secretário, as coisas estão se agravando; os números absolutos em relação aos homicídios são absurdos. O grande salto percentual dos homicídios foi na década de 80. Não é à toa que é a década perdida. E a década de 90 foi a década da estagnação econômica no Brasil.”* Por isso nós não podemos deixar de ter essa relação, senão perdemos a base objetiva do que está acontecendo no Brasil.

Nesse sentido, esta CPI tem uma contribuição importante a dar. E essas contribuições que foram dadas aqui indicam caminhos.

Eu sempre digo que a polícia no Brasil é a que mais está matando, mas, em compensação, é a que mais está morrendo. Esse conceito é uma experiência que, eu gostaria, inclusive, que depois pudessem ser disponibilizadas para a CPI essas



iniciativas que foram tomadas aqui por segmentos dentro da Polícia Militar, porque fica também um contraponto de que esse não é um pensamento absoluto. Àquela cartilha, da tipificação do criminoso, nós temos outra contraposição dentro da corporação da Polícia Militar, pois existem pessoas, setores envolvidos e comprometidos também com a polícia comunitária, com uma polícia que efetivamente garanta a segurança do cidadão.

Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, depois eu gostaria que ela pudesse ser disponibilizada também até para fazermos uma contraposição do que é a forma correta e do que é a forma incorreta e absurda de preparar os nossos policiais para irem para as rua.

Quero agradecer e parabenizar todos, principalmente o Presidente, os colegas que vieram, que se deslocaram de seu Estado, Minas Gerais, para nos acompanhar, e agradecer também a nossa Relatora.

O SR. ABISOLON PEREIRA DE OLIVEIRA - Gostaria de tirar uma fotografia entregando essa cartilha ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Entregue para a Relatora.

O SR. ABISOLON PEREIRA DE OLIVEIRA - Mas tira uma foto para registrar o ato. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Também quero informar ao Plenário que nós estamos entregando para a Relatora e para a CPI cópia do encaminhamento da Defensoria Pública da Bahia sobre o caso do assassinato dos dois filhos do Jorge Lázaro. Então, está aqui. Nós vamos acompanhar o pedido dele de proteção.

Quero passar a palavra para Hamilton Borges.

O SR. HAMILTON BORGES - Eu queria agradecer a todos os membros da CPI e dizer que a gente continua aqui em respeito a esta CPI. A gente acredita que esse trabalho não pode ser um trabalho em que a gente chega à mesa, faz um discurso e se retira. Tem que ouvir até o final. Por isso, a gente está aqui. *(Palmas.)*

A gente também queria se pronunciar porque teve uma informação do Secretário de Justiça — e tem membros da Secretaria de Justiça aqui; ele disse que foi criado um grupo de trabalho para se tratar dos casos. Nós não temos



conhecimento desse grupo de trabalho. Queríamos falar isso na frente do Secretário, mas a assessoria dele está aqui. Nós não temos conhecimento desse grupo de trabalho.

Fomos chamados para uma reunião com o Governador. Depois, participamos de duas reuniões para tratar de questões, entre elas, uma exigência que foi nossa, não foi do Governador, que era de acabar com os autos de resistência. O Governador tem resistência em acabar com o auto de resistência e fez uma série de reuniões, chamando especialistas para fazer debate aqui, debate ali, para ver qual era a melhor opção dentre as opções de São Paulo, de Pernambuco, etc.

Então, para colocar exatamente como foi colocado isso: nós não fazemos parte de um grupo de trabalho, porque um grupo de trabalho é decretado, correto? Um grupo de trabalho, nós assinamos um decreto; existe um trâmite legal para o grupo de trabalho. Participamos da reunião. Se o Governador vai criar um grupo de trabalho, nós achamos importante e queremos participar desse grupo de trabalho. Agora, essas reuniões de que nós participávamos elas foram abortadas. Para a gente foi, porque ela foi cancelada depois de uma ação que nós faríamos no Cabula, no dia 19 de abril; tudo preparado para essa ação. Uma série de problemas aconteceu. E o Governo...

Sr. Presidente, queria que constasse isso nesta CPI: o Governo preparou uma ação policial, com helicóptero, com cães farejadores, com policiais armados, no local onde se reúnem as famílias do Cabula, onde nós nos reunimos periodicamente. Prenderam um monte de gente, invadiram casas de pessoas, inclusive da comunidade; devem ter prendido três ou quatro, ou oito traficantes do varejo da região, mas aquilo me soou como uma intimidação, assim como a notícia da decisão do MP.

Essa notícia nós já tínhamos ontem, através do *El País*, que nos entrevistou e ligou para a gente dizendo que tinha essa decisão no Ministério Público. Ontem, a Polícia Militar invadiu a Vila Moisés, colocou acampamento, colocou barraca, intimidou as pessoas. A gente vê uma ligação entre a presença da CPI aqui e a notícia do Ministério Público.

O que nós estamos querendo dizer, a gente está reafirmando, inclusive para o Governo, é que existe um processo de intimidação. Agora, com essa decisão, esse



processo se acirra. E com todas as discussões que nós temos feito com o Governo, que o Secretário vem dizer que é um grupo de trabalho, isso para a gente soou muito ruim.

Acho que tem que ter um mínimo de honestidade nessas relações. Então, se fala o que quer, vai ter que ouvir também, ou então ficasse para ouvir, para responder, para retrucar qualquer coisa, mas a situação em que nós estamos mergulhados não é uma situação que nos permita fazer debate teórico; não é uma situação que nos permita ficar fazendo perfumaria ideológica; É uma situação real, concreta.

Nós não estamos aqui com os familiares. Nós nos comprometemos com esta CPI de vir com os familiares. Nós não estamos aqui por medo. Esta CPI tem que saber que existe um clima de medo instalado pela política de segurança pública. Inclusive, a nossa turma saiu para resolver algumas coisas e eu fiquei aqui trancado, porque, em tese, aqui ninguém vai praticar um atentado contra nós. A gente não sabe o que vai acontecer quando sair. Então, a gente queria ter... Por isso o pedido ali na mesa, naquele momento, e os pedidos que nós fizemos anteriormente em Brasília. Eu estou aqui, inclusive, para saber as respostas. Inclusive, se houver uma resposta “não”, não há problema: *“Não teve isso, não teve aquilo, não teve aquilo outro”*. Nós estamos aqui para ter respostas e colocar mais uma coisa: existem mecanismos para o Governo garantir a segurança da comunidade. Existem mecanismos para o Governo garantir a segurança da Reaja. Amanhã, nós vamos fazer uma ação de rua. Nós não vamos dar um passo atrás, nós vamos para as ruas. Estaremos no Campo Grande. Ficaremos a noite inteira na Praça da Piedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir, Hamilton.

O SR. HAMILTON BORGES - Concluindo, nós queríamos que esta CPI solicitasse — é outro Poder, com sua autonomia — a esse Governo que garanta concretamente a proteção tanto dos familiares quanto dos membros da Campanha Reaja.

Muito obrigado.

A nossa fleuma, a nossa posição é porque nós não estamos aqui brincando, nós estamos aqui de verdade. Entenderam? Essa nossa emoção é baseada nisso, e



a gente também não poderia chegar aqui para fazer um teatro pela manhã e se retirar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Hamilton.

Eu quero passar a palavra à Sra. Anhamona de Brito, Superintendente da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

A SRA. ANHAMONA DE BRITO - Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Saúdo as representações da Câmara Federal que compõem esta mesa, na pessoa... Peço licença, Presidente, para cumprimentar aqui a Relatora Rosângela, uma das 12 mulheres negras que têm assento na Câmara Federal. Isso é importantíssimo para nós, inclusive no que diz respeito ao asseguramento de nossas presenças nos espaços políticos institucionais de poder, mesmo sabendo que o quantitativo é reduzido.

Meu nome é Anhamona de Brito, sou Superintendente de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça.

Vou fazer algumas considerações pontuais sobre algumas questões trazidas de forma muito pertinente por Hamilton Borges, liderança do grupo Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, na compreensão de que é, assim, fundamental. Inclusive, quero fazer alguns reconhecimentos ao que ele, no caso, fez aqui, neste momento, como questionamento acerca da fala do Secretário de Justiça.

Quando do discurso, do posicionamento do Secretário, o Hamilton já havia, inclusive, se posicionado sobre — como é que eu vou dizer? — uma certa “incoretude”, uma referência não muito acertada, que diz respeito à composição, à constituição de um grupo de trabalho para tratar de forma mais específica, mais direta das questões relacionadas à segurança pública aqui no Estado da Bahia, também visando ao enfrentamento, à reversão dos elevados indicadores de mortes de jovens negros, que é o ponto motivador desta CPI.

Hamilton está correto, sim, quando diz que um grupo de trabalho, necessariamente, precisa de uma constituição formal. Para ser intitulado grupo de trabalho, é fundamental que ele seja constituído levando-se em conta alguns procedimentos, que essas informações sejam encaminhadas e, inclusive, sejam de conhecimento público, através de ato administrativo publicado no *Diário Oficial* do Estado. Efetivamente, o que nós estamos chamando de GT, levando em conta as



considerações corretas de Hamilton Borges, pode não ser compreendido como um grupo de trabalho formal. Certo?

O que acontece, que tem, no caso, se desdobrado desde o incidente do Cabula? De lá para cá, houve, como foi pontuado pelo Secretário de Justiça, espaços de discussão envolvendo representações da sociedade civil, instituições de Estado, a princípio, na Secretaria de Justiça. Tivemos dois momentos na Secretaria de Justiça. Na sequência, houve, como foi referenciado tanto pelo Secretário quanto por Hamilton, aqui, na sua primeira fala, no plenário desta Assembleia Legislativa, um encontro dos movimentos sociais com o Governador Rui Costa. E, fruto disso, houve um encaminhamento dado pelo Governador do Estado de, primeiro, garantir a constituição, a formação de um fórum para repensar a garantia, o aperfeiçoamento das nossas políticas, das políticas de segurança pública de nosso Estado, de modo a assegurar que o braço social ganhe uma prevalência, e, principalmente, repensar mesmo o rumo de como as questões e as políticas de segurança pública estão minimamente dadas. Esse é um ponto. E, para além disso, saiu também como encaminhamento importante a constituição desse grupo de trabalho.

De lá para cá, do encontro do Governador com as representações dos movimentos até hoje, houve momentos de discussão entre setores do movimento social e instituições de Estado, a exemplo da OAB, juntamente com a Secretaria de Justiça, a assessoria do Governador, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia. E, nesses momentos, nós tivemos dois encontros para conduzir um pouco dessa pauta política.

Houve a definição de questões prioritárias. Como foi colocado pelo Secretário de Justiça, Secretário Geraldo Reis, no plenário, na sessão de hoje, na audiência de hoje, a questão dos autos de resistência foi pontuada de modo efetivo pelo Governador Rui Costa como uma questão fundamental dentro desse rol de demandas a serem minimamente discutidas nessa relação mais ampliada entre sociedade civil e Estado e efetivamente asseguradas nas ações nossas de governo, como uma medida para garantir a reversão ou minimamente pensar os rumos para abolir os autos de resistência como uma medida utilizada para tipificar as mortes ocorridas da atuação policial.



Isso nós temos como demanda e estamos discutindo e produzindo internamente. E aí se leva em conta, no caso, a nossa atuação de técnicos de governo, dentro dos nossos espaços originários, Secretaria de Justiça, com a assessoria do Governador, com a Secretaria de Segurança Pública, com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Estamos trabalhando pela produção dessa primeira peça, desse primeiro instrumento, a ser obviamente discutido nas relações com os movimentos, com as outras instituições de Estado que têm discutido conosco.

Então, por mais que não tenhamos — e eu acho que o posicionamento de Hamilton Borges aqui é válido —, formalmente, um GT constituído, nós do Governo compreendemos que o processo de diálogo entre os movimentos sociais e o Estado, instituições de Estado, Poder Executivo, está constituído, sim, estabelecido. Não há, de nossa parte, nenhum retrocesso. Tampouco há algum tipo de entendimento de que, por conta de tal acontecimento político, ou de outro acontecimento político, ou de uma determinada movimentação da sociedade civil, por conta dessas mexidas que são próprias da dinâmica política e precisam acontecer, nós do Governo vamos retirar o posicionamento de diálogo ou de construção coletiva, construção parceira, envolvendo outros olhares, garantindo a presença da sociedade civil nessa construção.

Para nós, a presença, inclusive, dos segmentos sociais que discutem, dialogam, vivenciam cotidianamente a questão da violência, sobretudo com essa situação endêmica de mortes de jovens negros no processo de construção das mudanças, é fundamental.

Falo aqui como representante de governo que atua na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. E também, pelo meu próprio pertencimento racial e pela minha própria escolha política, eu me posiciono como uma pessoa — estou falando de mim — comprometida com essa questão. E não estou, através de minha fala, colocando qualquer tipo de escudo para o posicionamento político institucional do Governo do Estado da Bahia.

Da nossa parte, o posicionamento de diálogo com os movimentos, tendo a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social não como a interlocutora, mas como uma importante interlocutora nesse processo, está mantido.



As discussões permanecerão. As produções técnicas serão, sim, compartilhadas, discutidas.

A nossa intenção é que, no que diz respeito aos autos de resistência, essa construção passe por um posicionamento ampliado, envolvendo outros setores, para que a gente garanta, ao final e ao cabo, a sustação dessa medida, que é tão dolorosa, pesada nas vivências cotidianas dos jovens negros do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição.

Quero passar a palavra à nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

Agora nós vamos voltar a Brasília. Temos um voo às 18 horas, então nós estamos com o tempo um pouco limitado. A todos que estavam inscritos nós garantimos a fala.

Com a palavra a Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Boa tarde a todos e a todas.

Dando sequência ao nosso trabalho, primeiro eu quero agradecer a todos os senhores e senhoras que aqui estiveram na parte da manhã e, de forma bastante proativa, contribuíram com o trabalho que nós estamos desenvolvendo, e aos senhores que ficaram até agora. É uma pena que tenhamos que ir embora, mas eu considero o dia de hoje como um dos dias mais positivos para que possamos elaborar os nossos trabalhos.

Nós ficamos sentados aqui, observando todas as falas, todas as demandas, todos os posicionamentos. Gostaria de falar para os senhores e para as senhoras que nós temos compromisso com a nossa sociedade, nós temos compromisso com o Estado, nós temos compromisso com o nosso povo, com a nossa gente. E nós estamos vivendo o início de uma Legislatura. Nós — Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Delegado Edson Moreira, Deputado Beбето, eu — poderíamos ter nos dirigido para outros temas, para outras ações.

O que eu percebo — e aí eu quero falar do meu compromisso — é que a sociedade tem todo o direito de ficar chateada, triste, revoltada. Eu ouvi o depoimento dos pais, como o do Jorge Lázaro, como o daquele outro da capoeira, o Mestre Ninha, e os dos demais; não só aqui, mas também lá no Complexo do Alemão, na semana passada, como os dos pais que foram lá com o Hamilton e a



doutora, na semana retrasada. A nossa preocupação é reproduzir um relatório com bastante verdade e responsabilidade. Eu ouvi, de todos os eixos, de todas as diretrizes, todos os pontos.

No início, quando o Deputado Reginaldo Lopes me chamou para trabalhar junto com ele, nós aprovamos um plano de ação na CPI. Inicialmente, esse plano de ação iria aprovar requerimentos com instituições que pudessem nortear o nosso trabalho. Nós o fizemos, e estamos ouvindo instituições acadêmicas, pesquisadores, familiares, associações, movimentos. A segunda etapa seria justamente sair de dentro da Câmara e vir para os Estados, obedecendo ao Mapa da Violência, e ouvir a população de uma forma bem objetiva.

É uma pena, eu até brincava com o Deputado Reginaldo Lopes na hora do almoço, porque o nosso Secretário — aí eu já não vou falar como Relatora, mas como Deputada ou como cidadã —, ao querer botar a culpa desse atraso, desses assassinatos, desse fato que assola os jovens negros e pobres... Eu falo porque tenho experiência de causa. Eu não estou tão jovem, mas também não estou tão longe da minha juventude e sei o que é pertencer a uma família miserável, de pai e mãe alcoólatras. Sei o que é morar na rua, sei o que é sonhar para estudar. Eu tive que vender... Eu gosto de falar disso porque isso serve de exemplo para jovens que acham que políticos, hoje, são todos iguais e que a política não presta. A política presta sim, o que não presta é a politicagem, que é o que reina e domina este País, mas a essência da política é que nós precisamos resgatar.

E por onde eu vou, falo e faço um apelo às pessoas para que, quando forem às urnas depositar os seus votos, façam-no de forma consciente. Acho que foi o Prof. Samuel que falou mais cedo que o nosso povo preto está morrendo, mas o nosso povo preto precisa votar também de forma mais comprometida, porque depois são 4 anos que ficamos aqui vendo companheiros, como vi aqui o representante da Associação Quilombola, Eudes Oliveira, e outros, manifestando-se. Porque mudamos a situação é no voto, não há outra maneira. O nosso instrumento de poder é o voto. E nós vendemos o voto — eu estou falando “nós” enquanto sociedade — e depois ficamos com uma série de herança errada, atrasada, perversa. Falamos do capitalismo, de tudo o que falta.



Eu ouvi aqui que a culpa é das drogas. Para mim, a culpa não é das drogas. As drogas talvez sejam um ponto também sobre o qual tenhamos que nos debruçar e trabalhar. A culpa foi dos governos que no passado foram frouxos: frouxos com educação, frouxos com cultura. Ao espaço para fornecer cidadania os nossos jovens, no passado, infelizmente não tiveram acesso. Eu me coloco enquanto uma jovem que também passou por isso, porque eu queria estudar. Eu morava na rua. O meu pai batia na minha mãe o dia inteiro, a minha mãe batia no meu pai. Eu passei por isso. Eu sou de Vigário Geral, Parada de Lucas.

Eu ouvi até o companheiro falar aqui do Edir Macedo, que fala que tem de matar ou morrer. É claro, ele fala na situação espiritual, porque, se não fosse Deus na minha vida... Eu aprendi que para mim Deus era tudo, depois eu tinha que acreditar em mim. E foi aí que eu mudei a história da minha vida. O que nós precisamos é mostrar para a nossa juventude que ela é capaz, e principalmente ver o que está errado.

É o que nós estamos fazendo aqui. Esta Comissão tem deixado tudo — família, Parlamento, base — para sair em todos os Estados e ouvir a população. No final, vamos produzir um relatório com muita responsabilidade. Falei isso para o Hamilton lá na Câmara e estou falando isso aonde eu vou, porque, se não fosse para isso, eu não estaria aqui. Eu não sou pessoa que para pelo meio do caminho. Eu tenho muita responsabilidade e compromisso com aquilo que faço. E conheço o Deputado Reginaldo Lopes também pelo trabalho que fez no CONJUVE, pelo trabalho de combate às drogas. Conheço os demais companheiros que estão ao nosso lado. Eu não estaria aqui se não tivesse o compromisso e a responsabilidade de reproduzir, de fazer um relatório que pudesse dar uma contribuição objetiva à nossa sociedade no que está errado. Qual é a demanda? O que precisamos avançar? O que nós sabemos que se deve fazer? Levar a Plenário, votar e depois encaminhar a quem tiver que se encaminhar: ao Poder Executivo, ou ao Poder Judiciário, ou ao Poder Legislativo.

Então, eu falo da minha satisfação, mas também quero deixar bem claro que nós estamos aqui, enquanto Comissão, com muita responsabilidade. E, enquanto Relatora, com muita responsabilidade também em ouvir tudo que foi dito, desde o primeiro até o último palestrante, para que possamos, de uma forma bem



responsável, delicada e minuciosa, apresentar o nosso relatório final, o compromisso não só com a Câmara, mas sobretudo com a juventude, com os nossos jovens negros e pobres no nosso País.

Muito obrigada pela acolhida, pela forma como povo da Bahia nos recebeu aqui hoje, não só a mim, mas a toda a Comissão! Muito obrigada.

Boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vou ser breve, por causa do tempo.

Sr. Presidente, sinto falta aqui do Diretor da Polícia, do Comandante-Geral da Polícia Militar. Eles deviam comparecer aqui, pois foram convidados, para, pelo menos, mandar um representante. Não deram satisfação nenhuma para a CPI. Isso nos deixa entristecidos, porque muita coisa foi falada, e, por parte deles, não se falou nada. Tenho certeza de que avançamos, e, agora, a Relatora vai produzir o relatório final, vamos ajudá-la.

Colher esses subsídios aqui foi importante. O representante do Secretário ficou de nos enviar os dados dos homicídios, e nós vamos analisar futuramente.

Muito obrigado. Agradeço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero também agradecer a presença de todos.

É evidente que em cada Estado onde estamos promovendo audiências e também visitando algumas comunidades há casos emblemáticos. Até quero aqui responder ao Hamilton Borges que nós, da Comissão, devido Itabuna estar um pouco distante, então, designamos os Deputados Beбето, Bacelar e Davidson Magalhães. Então, a CPI vai acompanhar as técnicas, os consultores vão voltar aqui na sexta-feira e vão a Itabuna na sexta-feira. Quanto àqueles processos, eles vão fazer diligência lá no fórum na sexta-feira.

Nos demais casos em que pedimos informação dos inqueritos, em relação àqueles vítimas que foram até a CPI, nós estamos aguardando as respostas. Isso tem, acho, 15 dias, no máximo — talvez 12 ou 13 dias.



Em relação ao caso que chegou até nós aqui, o processo do Jorge Lázaro, estamos encaminhando, estamos tomando conhecimento hoje. É evidente que ter solidariedade aos casos que são relatados nas audiências — acho que alguém usou essa expressão — é uma exigência. Eu quero reforçar que nós temos solidariedade, que nós vamos fazer encaminhamentos e ajudar a buscar e acelerar alguma solução nesse sentido. É evidente que a CPI trabalha de maneira mais sistêmica. Nós estamos buscando ajudar no que for possível, mas é evidente que são inúmeros e milhares em cada Estado, em cada comunidade em que passamos.

Então, nós não podemos prometer que vamos elucidar, até porque lamentavelmente o próprio Ministério da Justiça estabeleceu uma força-tarefa de 2007 a 2012 de 140 mil processos, um pacto com todos os Governadores e com os tribunais, só conseguiu, nesse pacto com o Ministério da Justiça, com todas as Secretarias Estaduais e com os tribunais, elucidar 8 mil casos.

Olhem o tamanho da complexidade da impunidade na estrutura da Justiça criminal neste País. Nós precisamos ter, é evidente, alguma proposição no final da CPI que acelere esse processo, sinalize a modernização. Isso vai ser parte dos encaminhamentos.

Então, estou aqui e não quero aqui criar, é evidente, uma falsa expectativa. Não posso também prometer que nós vamos elucidar, mas nós não somos frios e insensíveis a essas questões. É evidente que, lendo os autos do seu processo sobre a morte dos seus filhos, não tenho palavras. Quero manifestar a minha solidariedade nesse sentido. Foi uma execução.

Também, quando se trata dos programas de proteção — eu percebi que o senhor já foi incluído no programa de proteção —, nós também precisamos fazer um marco legal no Brasil. Na minha opinião, eles não garantem a segurança e a proteção às vítimas e aos defensores dos direitos. Isso, eu acho que dá para perceber.

Então, nós vamos fazer audiências em Brasília, vamos chamar alguns Secretários de Justiça dos Estados e vamos pensar juntos. Eu acho que precisamos repensar. Temos três programas. Talvez tenhamos de unificar, reestruturar. O nosso programa é muito frouxo, muito fraco, perante alguns outros programas em países



mais avançados. Então, acho que não dá proteção às nossas vítimas, precisa ser aperfeiçoado.

Às vezes, no caso, como o senhor mesmo fala sobre cumprimento objetivo, é evidente que uma pessoa, como o senhor, que foi tão agredida, é difícil está ainda de pé aqui buscando justiça.

Eu quero dizer isso ao senhor, quero também agradecer a sua presença.

A presença aqui do Secretário de Justiça, representando o Governador, foi importante não só para a CPI, mas também para uma demonstração de diálogo do Governo do Estado, do Governador Rui Costa. Eu li agora no Facebook uma nota também que ele publicou.

Eu acho que é isso. Nós precisamos fazer com que esse tema seja de responsabilidade de toda a sociedade brasileira. Nós precisamos reeducar a sociedade brasileira, para participar desse debate sobre segurança pública. Isso, jamais, pode ficar reservado e privatizado a quem apenas faz parte da força de segurança pública no País. A privatização desse tema levou a uma intolerância no debate. Sempre que se vai discutir, na hora em que alguém que representa as forças de segurança pública ouve a sociedade questionar, começa-se a gritar.

Não podemos ter esse tipo de intolerância. Nós precisamos realmente convergir, a partir dos diferentes pontos de vista. Portanto, nós temos um desafio enorme de fazer com que o tema segurança pública seja de domínio popular, e que as políticas públicas que forem construídas sejam construídas com a participação das pessoas que são as que vão receber a proteção do Estado.

Então, nesse sentido é que queremos construir algumas legislações. Por exemplo, essa emenda na Constituição e a obrigatoriedade de os planos de segurança pública ser construídos com a participação popular e a sociedade ter mecanismos de controle externo é fundamental nesse sentido.

Espero que consigamos avançar, para democratizar esse debate e ter uma política que realmente não viole direitos, mas seja garantidora de direito.

Sei que há inúmeros desafios. A cada audiência, surgem novas ideias, novos encaminhamentos. A CPI é extremamente aberta. Não podemos ter nenhum tipo de preconceito, mas também nenhuma proibição ideológica para ouvir nenhum setor, muito pelo contrário. Não podemos agir dessa forma. Posso falar em nome da



Relatora, que também está extremamente aberta, participativa e quer construir os melhores encaminhamentos. Como eu falei na abertura, os nossos encaminhamentos serão muito democráticos. Queremos de fato que a sociedade civil, em especial as vítimas, familiares de vítimas e os movimentos organizados, em especial da nossa população negra e pobre, possam participar. Nós vamos colocar nos portais os encaminhamentos e que a sociedade fale: *“Deputados, está incompleto. É por aqui.”* Nós queremos, de fato, uma participação efetiva.

Neste momento, nós fazemos um debate amplo. Todo mundo fala, mas não há um encaminhamento. A própria Relatora tem de fazer o relatório, fazer os encaminhamentos ao Executivo. Queremos um prazo para tornar públicos os documentos. Aí, nós que vamos inverter o jogo. Nós queremos cobrar dos senhores o olhar crítico e novas proposições, novas soluções.

Costumo dizer que tenho experiência — já constituí mais de oito Comissões Especiais. Às vezes, quando chamamos alguém para discutir um tema, costumamos falar de tudo, mas, ao mesmo tempo, não deixamos o encaminhamento prático. Então, nós queremos, de fato, ao ouvir todos, tentar fazer uma síntese, fazer um encaminhamento preliminar e ter um retorno de todos. Por aí pode avançar esse tema sobre segurança pública cidadã, como deve ser, dentro de direitos humanos nessa perspectiva. Espero que consigamos cumprir essa missão e essa tarefa.

No mais, eu quero aqui encerrar os trabalhos de hoje, declarar encerrados os nossos trabalhos da CPI. Vamos ter reunião amanhã, uma audiência pública, na Câmara dos Deputados, às 14h30min. Na quinta-feira, vamos ter outra audiência pública e, na segunda-feira, vamos estar no Estado de Alagoas. De fato, Maceió, a capital, tem o maior índice de violência e extermínio de jovens negros do mundo, que chega à casa de quase 200 para cada 100 mil habitantes jovens e negros no Estado de Alagoas.

Então, quero declarar encerrada a reunião, agradecendo a presença das senhoras e dos senhores. Muito obrigado. Contamos com o olhar crítico e propositivo de cada um que está presente nesta audiência pública.

Muito obrigado.

Declaro encerrados os trabalhos. *(Palmas.)*